

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LINGUÍSTICA**

PRISCILA TEIXEIRA MATOS

**EVIDÊNCIAS SOBRE A POLISSEMIA E
A GRAMATICALIZAÇÃO DO VERBO “VER”**

JUIZ DE FORA

2012

PRISCILA TEIXEIRA MATOS

**EVIDÊNCIAS SOBRE A POLISSEMIA E
A GRAMATICALIZAÇÃO DO VERBO “VER”**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Linguística da Faculdade de Letras da Universidade Federal de Juiz de Fora, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Linguística.

Orientadora: Profa. Dra. Patrícia Fabiane Amaral da Cunha Lacerda

JUIZ DE FORA

2012

Matos, Priscila Teixeira.

Evidências sobre a polissemia e a gramaticalização do verbo “ver” /
Priscila Teixeira Matos. – 2012.

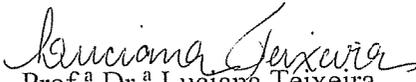
126 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Linguística)-Universidade Federal de Juiz
de Fora, Juiz de Fora, 2012.

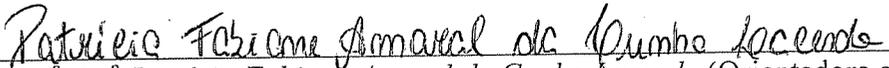
1. Linguística. 2. Gramaticalização. 3. (Inter)subjetivização. 4.
Gramaticalização de construções. 5. Polissemia. I. Título.

TERMO DE APROVAÇÃO

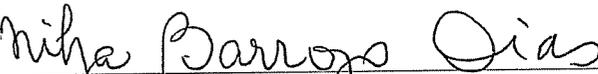
Esta dissertação, intitulada *Evidências sobre a polissemia e a gramaticalização do verbo "ver"*, foi julgada adequada para a obtenção do grau de MESTRE EM LINGUÍSTICA, linha de pesquisa Linguagem e Sociedade, e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Linguística da Universidade Federal de Juiz de Fora.


Prof.^a Dr.^a Luciana Teixeira
Coordenadora do PPG-Linguística

Banca Examinadora:


Prof.^a Dr.^a Patricia Fabiane Amaral da Cunha Lacerda (Orientadora e Presidente)
Departamento de Letras, UFJF


Prof.^a Dr.^a Keylla Cristiane Manfili Fioravante (Examinadora)
Departamento de Letras, UFJF


Prof.^a Dr.^a Nilza Barrozo Dias (Examinadora)
Departamento de Letras, UFF

Conceito emitido: A

Juiz de Fora, 20 de agosto de 2012.

AGRADECIMENTOS

São muitos aqueles que estiveram ao meu lado durante os anos de mestrado e que, à sua maneira, contribuíram para esta conquista. Deixo, aqui, meu sincero agradecimento.

Agradeço, primeiramente, a Deus por ter me concedido capacidade, paciência, saúde e, acima de tudo, por colocar em meu caminho pessoas maravilhosas que me ajudaram a lutar pelos meus sonhos e a alcançar este objetivo.

À minha querida professora e orientadora Patrícia Fabiane Amaral da Cunha Lacerda, meus sinceros agradecimentos, por toda a paciência, dedicação e por compartilhar comigo todo seu conhecimento. Certamente levarei comigo todas as nossas discussões, que não só enriqueceram este trabalho, como me serão, também, de grande valia por toda a vida acadêmica. Sua competência e seu comprometimento servirão sempre de exemplo para mim.

Agradeço também às professoras Nilza Barrozo Dias e Keylla Cristiani Manfili Fioravante, que, com prontidão, aceitaram compor a banca examinadora desta dissertação, de modo a contribuir com este trabalho. À Professora Nilza, agradeço por ter me apoiado, incentivado e orientado em nossas pesquisas durante o período de minha graduação, despertando em mim o gosto pelos estudos linguísticos.

Aos professores do Mestrado em Linguística, agradeço pela excelente formação fornecida na UFJF. Seus ensinamentos foram cruciais para a realização deste trabalho, e o compromisso com o ensino que demonstram será sempre um modelo para minha vida profissional.

Foram também parte deste processo meus queridos amigos de turma, com os quais dividi alegrias e incertezas. Agradeço, em especial, à amiga Rogéria, que compartilhou comigo este momento de crescimento e se tornou, fortuitamente, uma das principais responsáveis pelo meu objeto de pesquisa.

Também agradeço à coordenação e à secretaria do PPG Linguística da UFJF. Sou grata à Professora Doutora Luciana Teixeira e à querida Rosângela pelo empenho em buscar fazer sempre o melhor para o programa, de maneira a atender às necessidades do corpo discente e docente.

Agradeço, ainda, à FAPEMIG, pela bolsa concedida durante o curso de mestrado.

Ainda no âmbito acadêmico, agradeço à Professora Doutora Maria Cristina Lobo Name por ter sido a primeira professora a oferecer-me a oportunidade de realizar pesquisas relacionadas à Linguística. Agradeço, ainda, à Professora Doutora Ana Cláudia Peters Salgado, que me orientou durante o Projeto de Treinamento Profissional, o qual envolvia o bilinguismo e a educação infantil. Muito obrigada por me oferecer ensinamentos referentes ao ensino de língua estrangeira e por despertar em mim o prazer pela educação.

Agradeço, ainda, com um carinho muito especial, aos meus pais por valorizarem meus estudos, oferecendo-me todo apoio e incentivo e permitindo que eu tivesse acesso a uma excelente formação profissional. Meu sincero agradecimento ao meu querido irmão, que soube ser paciente e entender os momentos em que precisei estar ausente.

Não posso deixar de mencionar aqui minhas avós, meu avô, meus tios, tias, primos e primas, que, por todo este tempo em que precisei ser, muitas vezes, ausente, me concederam apoio e acreditaram no meu sucesso. Por dedicarem a mim, sobretudo, todo amor e carinho, que permitiram que essa dura caminhada fosse mais serena, o meu muito obrigado!

Agradeço, ainda, a todos os meus amigos e amigas, que souberam compreender minha distância e encorajaram-me com conselhos valiosos que levo comigo por toda a vida. Com todo seu amor e carinho, concederam-me momentos de alegria que me deram forças para seguir sempre em frente e nunca desistir de meus objetivos.

Por fim, agradeço a meu esposo, Thiago, que se mostrou um grande companheiro, concedendo-me apoio incondicional em todos os momentos em que precisei. Foi paciente, amável, carinhoso e soube ser um grande amigo mesmo nas horas mais desesperadoras. Agradeço por estar ao meu lado, por me fazer feliz e por, acima de tudo, demonstrar em todos os momentos de nossas vidas o que é um verdadeiro amor.

RESUMO

Este trabalho investiga a polissemia e a gramaticalização do verbo “ver”, buscando identificar seus diferentes usos. Além disso, procuramos estabelecer o padrão construcional que caracteriza cada um dos usos identificados. Durante a pesquisa, operamos com as hipóteses de que (i) “ver” desenvolveria, no decorrer do tempo, funções discursivas que percorreriam um caminho de crescente (inter)subjativização (FINEGAN, 1995; TRAUGOTT, 1995, 2010; TRAUGOTT & DASHER, 2005); e que (ii) os diferentes usos do verbo estariam relacionados semanticamente, revelando polissemia. A fim de comprovar essas hipóteses, foi realizada uma pesquisa sincrônica, que considerou a distribuição e a frequência de uso (BYBEE, 2003; VITRAL, 2006; MARTELOTTA, 2009) do verbo “ver” no português contemporâneo, mais especificamente no dialeto mineiro. Para isso, utilizamos o *corpus* do projeto *Mineirês: a construção de um dialeto*, que recobre as cidades de Belo Horizonte, Arceburgo, Mariana, Ouro Preto, Piranga e São João da Ponte. A partir da análise dos dados, foi comprovado que “ver” desenvolveu-se de um uso [- subjetivo], baseado na percepção sensorial, para usos [+ subjetivos], relacionados à percepção cognitiva. Foram, ainda, identificados outros usos [+ (inter)subjetivos], dentre os quais se destacam marcadores discursivos.

Palavras-chave: gramaticalização; (inter)subjativização; gramaticalização de construções; polissemia; verbo “ver”.

ABSTRACT

This work investigates the polysemy and the grammaticalization of the verb “ver”, trying to identify the different uses of the verb. Moreover, we tried to determine the constructional pattern that characterizes each of the identified uses. During the research, we assumed these hypotheses: (i) “ver” would develop, over time, discursive functions that would run a path of increasing (inter)subjectivization (FINEGAN, 1995; TRAUGOTT, 1995, 2010; TRAUGOTT & DASHER, 2005); and (ii) the different uses of the verb would be semantically related, revealing polysemy. In order to prove these hypotheses, we accomplished a synchronic survey, which considered the distribution and use frequency (BYBEE, 2003; VITRAL, 2006; MARTELOTTA, 2009) of the verb “ver” in contemporary Portuguese, more specifically, in dialect of Minas Gerais. To do this, we used the *corpus* of the “Projeto Mineirês: a construção de um dialeto”, which includes the cities of Belo Horizonte, Arceburgo, Mariana, Ouro Preto, Piranga and São João da Ponte. From the *data* analysis, we could demonstrate that “ver” came from a [- subjective] meaning, based on sensorial perception, and developed [+ subjective] uses, related to cognitive perception. We also identified other [+ (inter)subjective] uses of the verb, among which stand out the discourse markers.

Keywords: grammaticalization; (inter)subjectification; grammaticalization of constructions; polysemy; verb “ver”.

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - <i>Cline</i> unidirecional proposto por Traugott (1995)	25
Quadro 2 - <i>Cline</i> unidirecional proposto por Traugott (2010)	26
Quadro 3 - Sentidos de “ver” retirados do Diccionario etymologico, prosodico e orthographico da lingua portuguesa (BASTOS, 1912)	42
Quadro 4 - Sentidos de “ver” retirados do Dicionário Aurélio (1999)	43
Quadro 5 - Sentidos de “ver” retirados do dicionário Houaiss (2001)	45
Quadro 6 - Marcadores discursivos em que figura o verbo “ver”	66
Quadro 7 - Outras construções em que figura o verbo “ver”	68

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Distribuição do verbo “ver” no corpus analisado	70
Tabela 2 - Distribuição dos tipos de percepção sensorial presentes em <i>Ver 1</i>	74
Tabela 3 - Levantamento da frequência dos complementos à direita de <i>Ver 1</i>	76
Tabela 4 - Levantamento da frequência dos complementos à direita de <i>Ver 2</i>	88
Tabela 5 - Levantamento da frequência dos complementos à direita de <i>Ver 3</i>	94
Tabela 6 - Levantamento da frequência dos marcadores discursivos com o verbo “ver” de acordo o tipo identificado	100
Tabela 7 - Levantamento da frequência das “outras construções” com o verbo “ver”	108

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
CAPÍTULO I - FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	15
1.1. Abordagem funcionalista.....	16
1.2. Gramaticalização	19
1.2.1. A gramaticalização como processo de (inter)subjetivização	20
1.2.2. Gramaticalização de construções	26
1.3. Mecanismos de mudança semântica	29
1.3.1. Metaforização e metonimização	30
1.3.2. Polissemia	32
1.4. Conclusões	36
CAPÍTULO II - DISCUSSÕES EM TORNO DO VERBO <i>VER</i>	38
2.1. Verbos perceptivos: em busca de uma definição.....	39
2.2. Em busca de um sentido mais básico para o verbo “ver”	42
2.3. Verbo “ver”: revisão teórica	47
2.4. Conclusões	56
CAPÍTULO III - METODOLOGIA	58
3.1. A constituição do <i>corpus</i>	58
3.2. A metodologia qualitativa e o papel da frequência na análise de processos de gramaticalização	59

CAPÍTULO IV - ANÁLISE DOS DADOS	63
4.1. <i>Ver 1</i>	71
4.2. <i>Ver 2</i>	81
4.3. <i>Ver 3</i>	92
4.4. Marcadores discursivos com o verbo “ver”	98
4.5. Outras construções com o verbo “ver”	107
CONSIDERAÇÕES FINAIS	115
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	117
ANEXO	123

INTRODUÇÃO

A língua é um instrumento de interação social. Desse modo, os falantes a utilizam como uma importante ferramenta que os auxiliam em diversas situações do cotidiano. Sendo assim, as línguas não são estruturas estáticas, mas sim dinâmicas, que sofrem constantes mudanças que se originam na interação.

Desse modo, o processo de mudança semântica presente nas línguas é um assunto instigante, que impulsiona a investigação linguística. Nesse sentido, estudos que envolvem a gramaticalização têm se tornado cada vez mais frequentes na Linguística, visto que representam uma das principais abordagens para compreender tal fenômeno. A gramaticalização é entendida, em um sentido amplo, como o processo de mudança linguística a partir do qual novas formas são criadas para funções já existentes e/ou novas funções são conferidas a formas pré-existentes, estabelecendo-se, assim, certa regularidade nas diferentes mudanças identificadas¹.

Nesse sentido, optamos por investigar os sentidos que são atribuídos ao verbo “ver”. Percebemos, enquanto falantes da língua portuguesa, que este verbo pode exprimir sentidos diferentes, que são perfeitamente compreendidos nas mais diversas situações comunicativas.

Desse modo, “ver” pode expressar, primeiramente, um sentido concreto, que codifica, conforme defendemos neste trabalho, percepção sensorial. Dessa forma, o verbo pode ser parafraseado, por exemplo, por “enxergar”, “observar” e “assistir”, indicando que o falante percebe algo físico através dos seus olhos. Este verbo também pode expressar uma opinião acerca do que se diz. Nesse caso, “ver” codifica a opinião do falante em relação a uma situação mais abstrata, podendo ser parafraseado por verbos como “perceber”, “concluir” e “pensar”, que revelam percepção cognitiva. Este verbo possui, ainda, um sentido híbrido, que mescla a percepção sensorial e a percepção cognitiva. “Ver”, dessa forma, ao ser empregado, tem como base aspectos físicos (percepção sensorial) para que se possa chegar a uma determinada conclusão (percepção cognitiva).

¹ Traugott (1995, 2010) e Traugott e Dasher (2005) consideram que a gramaticalização se estabelece a partir de uma perspectiva diacrônica, baseada em um processo de mudança linguística. Ressaltamos que, nesta pesquisa, não trabalhamos com a perspectiva diacrônica, o que, neste caso, nos leva a considerar que os diferentes usos identificados para o verbo “ver” apresentam-se como produto desse processo de mudança. Nesse sentido, tratamos de sua gramaticalidade, a qual resulta de processo de gramaticalização.

As diferentes acepções atribuídas ao verbo “ver” já foram discutidas por Cezário (2001) e Carvalho (2004), no entanto, as análises das autoras não se pautam na perspectiva de gramaticalização adotada por nós nesta pesquisa – a qual considera que o processo de mudança linguística se dá através de um processo de (inter)subjativização. As autoras também não se dedicam a traçar os possíveis padrões construcionais dos diferentes usos de “ver” – assunto que será abordado nesta pesquisa.

Sendo assim, acreditamos que, no processo de gramaticalização do verbo “ver”, esteja envolvido um processo de mudança semântico-pragmático (TRAUGOTT & DASHER, 2005; Davidse, Vandelanotte & CuYckens, 2010), o qual particulariza-se, sobretudo, pela codificação de sentidos que se baseiam em perspectivas, crenças e julgamentos do falante, isto é, sentidos mais subjetivos. Julgamos, também, que esses sentidos podem desenvolver, ainda, sentidos intersubjetivos, que surgem através da preocupação do falante em relação ao seu interlocutor. Consideramos, assim, que novos usos se instanciam na língua através de um processo de (inter)subjativização.

Outra perspectiva importante na realização deste trabalho envolve a gramaticalização de construções, que parte do princípio de que as construções são as unidades básicas da língua, as quais se estabelecem a partir do pareamento entre forma e sentido. Desse modo, o verbo “ver” vincula-se a determinadas construções linguísticas, permitindo o reconhecimento de padrões prototípicos, que se relacionam diretamente aos usos identificados. Este fato pode ser verificado nas outras construções – sequências em que elementos linguísticos estabelecem uma relação de integridade para que se vincule um determinado sentido – e marcadores discursivos identificados em que figura o verbo “ver”, os quais também serão descritos neste trabalho.

Nesta pesquisa, assumimos, ainda, que os diferentes usos de “ver” apresentados mantêm uma relação semântica. Isso nos permite afirmar a polissemia do verbo (SILVA, 2006).

A fim de investigar esse processo, realizamos uma pesquisa que se pauta, principalmente, na metodologia qualitativa. Promovemos, assim, um levantamento dos diferentes usos de “ver”, descrevendo-os e analisando-os pontualmente. Tendo em vista que esta pesquisa se baseia na perspectiva funcionalista, esta descrição é de suma importância, já que é característico da abordagem funcionalista buscar compreender o funcionamento da língua, preocupando-se em conhecer os diferentes usos do objeto sob análise. Nesse sentido, a partir das ocorrências identificadas, investigamos *in loco* o modo como se instanciam os usos mais (inter)subjetivos na língua através da interação. Todavia, acreditamos que o levantamento de frequência de uso é um recurso relevante para que se possam atestar os estágios do

processo de gramaticalização. A partir da verificação da frequência buscamos, portanto, ter indícios de quais seriam os usos do verbo “ver” que são precedentes em relação aos demais (BYBEE, 2003; VITRAL, 2006; MARTELOTTA, 2009).

No que se refere aos dados levantados neste trabalho, utilizamos o *corpus* do projeto *Mineirês: a construção de um dialeto*, o qual é composto por entrevistas realizadas nas cidades de Belo Horizonte, Arceburgo, Mariana, Ouro Preto, Piranga e São João da Ponte. Este projeto é coordenado pela Profa. Jânia Martins Ramos, na Universidade Federal de Minas Gerais.

Portanto, para cumprir os objetivos apontados acima, o presente trabalho se organiza de modo a discutir: no Capítulo I, os apontamentos teóricos que fundamentam as hipóteses levantadas; no Capítulo II, algumas discussões já empreendidas sobre os verbos perceptivos e sobre o verbo “ver” de modo mais específico – a partir dos trabalhos de Cezário (2001) e Carvalho (2004) –, bem como os sentidos convencionalizados para este verbo a partir de alguns dicionaristas; no Capítulo III, as ferramentas metodológicas que norteiam nossa análise; e no Capítulo IV, a descrição e a análise pontual das ocorrências de “ver”, de modo a defender a proposta de um possível caminho de mudança do verbo na língua portuguesa, demonstrando as características dos padrões de uso que se encontram alinhados a padrões construcionais mais prototípicos.

CAPÍTULO I

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Este capítulo tem por objetivo apresentar, inicialmente, o paradigma teórico que fundamenta esta pesquisa – o funcionalismo. Nesse sentido, partimos de um modelo que, ao considerar que a linguagem não é suficiente em si mesma, estuda como a comunicação entre os usuários de uma determinada língua se dá de maneira contextualizada (NEVES, 1997). E, para caracterizar o paradigma funcionalista, iremos contrapor – de forma bastante breve e pontual – esta vertente à formalista.

Em seguida, abordaremos pontos relevantes no tratamento da gramaticalização. Em um primeiro momento, faremos uma revisão da abordagem tradicional² sobre a gramaticalização, destacando algumas referências teóricas que sustentam, até os dias atuais, essa perspectiva. A seguir, seguindo a perspectiva de trabalhos mais recentes, trataremos da gramaticalização como processo de (inter)subjetivização – fundamentação teórica na qual nos basearemos neste trabalho –, discutindo as principais questões que envolvem essa abordagem. Veremos que, de acordo com esse enquadramento teórico, a construção de sentidos gramaticalizados está cada vez mais baseada na perspectiva dos falantes e dos interlocutores, conduzindo à convencionalização de construções que apresentam sentidos (inter)subjetivos (TRAUGOTT, 1995, 2010; TRAUGOTT & DASHER, 2005; DAVIDSE, VANDELANOTTE & CUYCKENS, 2010).

Posteriormente, discutiremos questões pontuais que estão relacionadas à regularidade da mudança semântica. Nesse sentido, abordaremos os mecanismos conceptuais – metaforização e metonimização – que, de acordo com Traugott e Dasher (2005), estão na base do processo de gramaticalização. Além disso, destacaremos o papel que a inferência sugerida desempenha nos processos de mudança semântico-pragmática (TRAUGOTT & DASHER, 2005).

² Neste trabalho, utilizamos o termo "tradicional" para nos referirmos à perspectiva que restringe a gramaticalização a um processo de mudança linguística a partir do qual os itens lexicais ou com funções menos gramaticais se desenvolvem de maneira a se tornarem mais gramaticais.

A seguir, trataremos do fenômeno da polissemia, destacando sua importância no processo de mudança linguística, e buscaremos, ainda, algumas contribuições da teoria cognitivista, como a ideia de categorização no processo de mudança semântica.

Por fim, apresentaremos nossas conclusões acerca do que foi discutido, destacando pontualmente o posicionamento teórico adotado neste trabalho.

1.1. Abordagem funcionalista

Nesta seção, nos dedicaremos a descrever as principais ideias que guiaram os estudos linguísticos no século XX. Para isso, abordaremos os dois grandes paradigmas contemporâneos – formalista e funcionalista –, destacando seus fundamentos basilares.

Primeiramente, trataremos do paradigma formalista a partir de suas principais correntes: o estruturalismo e o gerativismo. Como discutiremos, ambas as abordagens priorizam o estudo da língua sob a perspectiva da forma, de maneira que a análise da função é transferida para um plano secundário. A partir desse pensamento, os formalistas entendem a língua como um objeto de estudo autônomo, desconsiderando o contexto de produção. Em Kenedy e Martelotta (2003, p.19), podemos compreender um pouco mais o objeto do estruturalismo:

Hjelmslev propõe que a língua não deve ser vista como o reflexo de um conjunto de fatos não linguísticos, mas como uma 'unidade encerrada em si mesma, como uma estrutura *sui generis*. Vista desta forma a língua apresenta um caráter abstrato e estático, já que é dissociada do ato comunicativo. (KENEDY & MARTELOTTA, 2003, p. 19)

A base desse pensamento estruturalista é encontrada na obra póstuma de Saussure (1916), a qual se intitula *Curso de Linguística Geral*. Em sua concepção, a língua é reconhecida como um sistema, e seria tarefa do linguista analisar a organização e o funcionamento de seus elementos constituintes. Para ele, a língua é um todo coerente, isto é, um conjunto de unidades que obedecem a certos princípios de funcionamento. Vale destacar que, nessa obra, são encontrados os conceitos fundamentais que passaram a integrar o modelo estruturalista.

Seguindo a mesma visão imanentista acerca da língua, o gerativismo se desenvolveu a partir do início da segunda metade do século XX, tendo como seu principal representante Noam Chomsky e partindo da concepção de uma gramática gerativa. Para Chomsky (1957), as análises sintáticas da frase, até então, eram insuficientes em diversos aspectos, sobretudo

porque não consideravam a diferença entre os níveis “superficial” e “profundo” da estrutura gramatical. Sob essa perspectiva, o gerativismo tem como um dos seus principais objetivos oferecer um meio de análise dos enunciados que destaque o nível subjacente da estrutura.

Seguindo esse pensamento, Chomsky (1957, 1965, 1986) traça uma distinção fundamental entre o conhecimento que o ser humano tem das regras de sua língua e o uso efetivo desta língua em situações reais de fala. Nesse sentido, ele se refere ao conhecimento como competência e ao uso da língua como desempenho. Para o linguista, a capacidade humana de falar e entender uma língua não se deve a fatores externos, mas sim a fatores internos, sendo, portanto, um dispositivo inato, uma capacidade genética. Desse modo, ele elegeu como objeto de estudo a competência (capacidade de produzir, interpretar e julgar orações) em detrimento do desempenho, uma vez que o contexto não era uma das bases de análise da vertente gerativista.

O gerativismo visa, ainda, a oferecer uma gramática capaz de avaliar a adequação de diferentes níveis de competência e ir além do estudo de línguas individuais para alcançar a natureza da linguagem humana como um todo. Seguindo esse pensamento, o gerativismo postula a noção de que a língua tem princípios inatos e universais (CHOMSKY, 1957, 1965, 1986), considerando que o homem já possuiria algum equipamento inato que lhe permitiria, logo nos primeiros anos de vida, adquirir a língua de seu ambiente familiar e, dessa forma, por meio de um número finito de regras, poderia gerar um número infinito de sentenças. Diante disso, o gerativismo defende a existência do que denomina de universais linguísticos. Em resumo, o gerativismo postula a existência de uma gramática universal (GU), isto é, um conjunto de propriedades gramaticais comuns compartilhadas por todas as línguas naturais.

Depois dessa breve discussão acerca das principais vertentes do paradigma formalista, abordaremos o pensamento estabelecido pelo paradigma funcionalista, perspectiva que fundamenta este trabalho.

O funcionalismo encontra sua gênese no Círculo Linguístico de Praga, fundado no ano de 1926. Os linguistas que compunham esta escola se opunham a certas ideias de Saussure (1916), como a oposição entre sincronia e diacronia e a noção de homogeneidade do sistema linguístico.

O fator mais importante que relaciona os estudiosos do Círculo Linguístico de Praga à origem do funcionalismo é o fato de eles serem os primeiros a considerar a importância da noção de função, uma vez que partem do princípio de que a língua seria um “sistema de meios apropriados a um fim” (THÈSES, 1929 *apud* ILARI, 1992, p.25). Vale ressaltar que a noção de função defendida pelo Círculo Linguístico de Praga reconhece que as estruturas da língua são,

na maioria das vezes, determinadas por suas finalidades características e específicas. Dessa forma, os funcionalistas do Círculo Linguístico de Praga destacam o caráter multifuncional existente na linguagem e ressaltam a importância das funções expressiva, conotativa, referencial, entre outras.

É importante destacar que o pensamento do Círculo Linguístico de Praga está distante da abordagem adotada neste trabalho. No entanto, essa escola contribuiu com o funcionalismo por ter sido pioneira ao considerar a língua e suas funções, isto é, os elementos linguísticos e seus determinados fins. Todavia, ainda não considerava a língua e seu uso na interação verbal ou a língua como um sistema interacional e cooperativo. Portanto, a seguir, trataremos pontualmente da perspectiva funcionalista adotada neste trabalho.

Segundo Neves (1997, p. 17), na vertente funcionalista, a língua é concebida, primeiramente, como um instrumento de interação social entre os seres humanos, usado com o objetivo principal de estabelecer relações comunicativas entre os usuários. Seguindo a mesma concepção, Kenedy e Martelotta (2003, p. 20) caracterizam o pólo funcionalista

[...] pela concepção da língua como um instrumento de comunicação, que, como tal, não pode ser analisada como um objeto autônomo, mas como uma estrutura maleável, sujeita a pressões oriundas das diferentes situações comunicativas, que ajudam a determinar sua estrutura gramatical (KENEDY & MARTELOTTA, 2003, p. 20)

Diante disso, pode-se dizer que, a partir do surgimento do pensamento funcionalista, tornou-se necessário estudar a língua em uso em seus contextos específicos para se compreender sua gramática.

Os funcionalistas se preocupam, nesse sentido, com as relações (ou funções) entre a língua como um todo e as diversas modalidades de interação social, e não apenas com as características internas. Desse modo, dão prioridade ao papel do contexto – em particular, do contexto social – na compreensão da natureza das línguas. Assim, temos que o paradigma funcionalista prioriza a integração dos componentes (ou níveis) de análise, isto é, para essa abordagem, a fonologia, a morfologia, a sintaxe, a semântica e a pragmática devem ser estudadas de forma integrada. Isso porque, como destacam Nichols (1984) e Beaugrande (1993), uma gramática funcional deve alinhar, em sua análise, a estrutura gramatical com a situação comunicativa, correlacionando, portanto, forma e significado dentro de todo o contexto discursivo.

Em suma, mesmo havendo diversas abordagens funcionalistas, é evidente que os estudos desse paradigma convergem para a análise da língua considerando seu contexto de uso. Visto que este trabalho visa a identificar e analisar a gramaticalização e a polissemia do verbo “ver”, nos basearemos no paradigma funcionalista, que considera que o uso é responsável por motivar novos padrões construcionais na língua.

1.2. Gramaticalização

Diante da necessidade de renovação do sistema linguístico, toda língua sofre um processo constante de alterações em sua gramática, visto que essa não é um produto estático e acabado. Vários são os autores que seguem a perspectiva da gramaticalização, a qual se dedica ao estudo da mudança linguística. Dentre eles podemos citar Hopper (1987), Hopper e Traugott (1993), Traugott (1995, 2010), Traugott e Dasher (2005), que partem da premissa de que a gramática é emergente. Como destacam Gonçalves *et al.* (2007, p.15), a gramaticalização pode ser percebida, sobretudo, “pelo surgimento de novas funções para formas já existentes e de novas formas para funções já existentes”.

Os estudos acerca da gramaticalização tiveram início no século X, na China, e, nos séculos XVIII e XIX, chegaram a alguns países europeus (França, Inglaterra e Alemanha) e aos Estados Unidos. Todavia, somente no século XX, a gramaticalização ganhou destaque. Em 1912, Antonie Meillet introduziu o termo gramaticalização e o definiu como “a atribuição de um caráter gramatical a uma palavra anteriormente autônoma” (MEILLET, 1912, p.131). Essa definição é a base para o desenvolvimento de trabalhos posteriores sobre o tema, os quais se tornaram cada vez mais frequentes, instaurando a gramaticalização como paradigma, a partir do final da década de 1980.

Na próxima subseção, descreveremos, de forma sucinta, o caminho percorrido por alguns dos principais trabalhos que tratam da gramaticalização como processo de mudança linguística. Nesse sentido, iniciaremos com a abordagem que denominamos, neste trabalho, de tradicional e, posteriormente, nos dedicaremos à perspectiva da gramaticalização como processo de (inter)subjetivização (TRAUGOTT, 1995, 2010; TRAUGOTT & DASHER, 2005), abordagem que será adotada neste trabalho. Em um segundo momento, trataremos da proposta defendida por Traugott (2003, 2008a, 2008b, 2009) acerca da gramaticalização de construções, enquadramento teórico que também será adotado neste trabalho, uma vez que é nossa intenção

apontar quais seriam possíveis padrões construcionais dos diferentes usos do verbo “ver” que foram identificados em nossos dados.

1.2.1. A gramaticalização como processo de (inter)subjetivização

A fim de encontrar novos meios para explicar o processo de mudança linguística, surgiram os primeiros estudos acerca do processo de gramaticalização. Conforme já mencionamos, o termo gramaticalização foi proposto, pela primeira vez, por Antonie Meillet, em 1912, na tentativa de se referir à “passagem de uma palavra autônoma à função de elemento gramatical” (MEILLET, 1912, p.131). Para o autor esse processo se daria através de um *continuum*, isto é, haveria, em sua concepção, uma passagem do que ele caracteriza como a atribuição de um caráter gramatical a uma palavra originalmente lexical.

Segundo Meillet (1912), a gramaticalização deve ser concebida a partir de uma perspectiva diacrônica, que busque identificar as origens e as mudanças sofridas por morfemas gramaticais. No entanto, mesmo abordando a gramaticalização a partir de uma perspectiva histórica, os exemplos fornecidos pelo autor também apontam para a consideração da gramaticalização como um processo sincrônico.

Além disso, o autor demonstra forte preocupação com formas gramaticais individuais de uma língua. Nesse sentido, Meillet (1912) prioriza a forma, deixando em segundo plano o uso. Observando sua postura, é possível perceber ainda que ele se interessou não somente em identificar as estruturas que compunham a gramática, mas em entender os mecanismos a que se submeteram para alcançar a gramaticalização. De acordo com o autor, os estudos direcionados a identificar a fonte primária de uma determinada forma gramatical seriam responsáveis por demonstrar que tal fonte é uma palavra lexical e que a transição é sempre um tipo de *continuum*.

Desse modo, a perspectiva acerca da gramaticalização proposta por Meillet (1912) envolve basicamente a passagem [lexical] > [gramatical]. Mais tarde, Heine *et al.* (1991) vão além desse continuum ao proporem que a mudança ocorre também através do cline [gramatical] > [+ gramatical]. Segundo Heine *et al.* (1991), a gramaticalização consiste em um crescimento dos limites de um morfema que avança de um valor lexical para um valor gramatical ou de um valor gramatical ou menos gramatical para um que seja ainda mais gramatical.

Há autores, ainda, que concebem a gramaticalização a partir da combinação das perspectivas sincrônica e diacrônica, caracterizando, assim, a perspectiva pancrônica. Hopper e Traugott (1993) são exemplos de autores que assumem a perspectiva pancrônica para o estudo da gramaticalização. Os autores defendem que a gramaticalização, na perspectiva diacrônica, ocorre a partir de um conjunto de mudanças linguísticas em que um item lexical se torna gramatical ou um item gramatical se torna ainda mais gramatical. Já sob uma visão sincrônica, a gramaticalização é vista pelos autores como um fenômeno pragmático, que precisa ser estudado a partir de padrões de uso da língua. A respeito da perspectiva pancrônica, ou seja, da conjugação das perspectivas sincrônica e diacrônica, Neves (1997) destaca a importância da história na compreensão da gramática sincrônica, acentuando a interdependência entre o sistema linguístico e o uso. A gramaticalização é vista, com frequência, como uma ferramenta linguística que auxilia no resgate do percurso diacrônico percorrido por algumas construções linguísticas, podendo, ainda, ser usada na reconstrução interna da gramaticalidade de padrões sincrônicos. As mudanças dentro da gramaticalização, vistas como processo, ocorrem sempre de modo gradual, dispostas em uma escala unidirecional e contínua de aumento de gramaticalidade.

Um termo importante a ser destacado ao se tratar de gramaticalização é unidirecionalidade. As mudanças resultantes da gramaticalização procedem sempre de modo gradual, disponíveis numa escala unidirecional e contínua de aumento de gramaticalidade. Muitos autores que assumem a perspectiva da gramaticalização ilustram o processo de mudança através do que Hopper e Traugott (1993) intitulam *continuum* ou *cline* que se move da esquerda para a direita, não sendo possível o movimento contrário. Nesse sentido, Hopper e Traugott (1993) encaram a unidirecionalidade como uma hipótese passível de verificação empírica. Já Heine *et al.* (1991) a consideram como propriedade definidora do processo de gramaticalização em si.

Hopper e Traugott (1993) consideram que o deslizamento [lexical] > [gramatical] não seria direto. Desse modo, propõem a escala [item lexical usado em contextos linguísticos específicos] > [sintaxe] > [morfologia], partindo do princípio de que os itens lexicais que se tornam gramaticalizados executariam, a princípio, funções necessariamente discursivas e se tornariam, em um segundo momento, sintaticamente fixos e, por fim, constituiriam um morfema. Esse caminho seria unidirecional, pois segue sempre esse percurso.

Já na visão de Heine *et al.* (1991), a unidirecionalidade sempre se movimentaria da esquerda para a direita e de categorias³ cognitivas mais concretas para categorias cognitivas mais abstratas. Para os autores, a partir da ordenação de categorias cognitivas, a unidirecionalidade seria estabelecida da seguinte maneira: pessoa > objeto > processo > espaço > tempo > qualidade.

Outra questão que tem sido amplamente abordada em trabalhos clássicos que tratam da gramaticalização é a delimitação de critérios e parâmetros que permitiriam aferir os diferentes graus do processo de gramaticalização e a perda de autonomia por parte dos itens gramaticalizados. A esse respeito, são relevantes os trabalhos de Hopper (1991), que busca delimitar os estágios iniciais da gramaticalização, e Lehmann (1995 [1982]), que investiga o grau de autonomia das formas em estágios mais avançados de gramaticalização⁴.

Vimos, até aqui, diferentes perspectivas que envolvem a gramaticalização e que se assemelham por comporem o que denominamos de visão tradicional sobre o fenômeno. É impossível negar a importância desses estudos para o desenvolvimento dos trabalhos que envolvem a gramaticalização, pois é, a partir deles, que surgiram conceitos de grande relevância, como a noção de *cline* no processo de mudança e a questão da unidirecionalidade. No entanto, como defendemos neste trabalho, a perspectiva tradicional apresenta algumas lacunas, visto que as necessidades discursivas negociadas na interação não são, muitas vezes, consideradas de forma explícita e sistemática.

Já os trabalhos que se pautam na perspectiva da gramaticalização como processo de (inter)subjetivização (TRAUGOTT, 1995, 2010; TRAUGOTT & DASHER, 2005) não se restringem à distinção entre itens lexicais e itens gramaticais. De acordo com esta nova perspectiva, a mudança se realiza em uma construção, passando, assim, a considerar também propriedades discursivas e semântico-pragmáticas que influenciam diretamente no processo de mudança. Como veremos, para essa abordagem, se tornam essenciais as inferências realizadas pelos participantes durante a interação.

³ Definimos categorização, neste trabalho, a partir do que afirma Lakoff (1987), que se utiliza da noção de protótipos, que será tratada mais pontualmente na subseção 1.3.2. a fim de contribuir com a noção de categorização e de ligação entre categorias. O autor sugere que a categorização humana é essencialmente ligada à experiência humana e à imaginação-percepção de atividade motora e cultural, por um lado, e de metáfora, metonímia e imagens mentais por outro. Desse modo, o autor defende que as categorias linguísticas, assim como as categorias conceptuais, mostram os efeitos da prototipia.

⁴ Ressaltamos aqui que não será apresentada uma descrição mais pontual dos trabalhos que assumem o que denominados, nesta pesquisa, de abordagem tradicional. A nossa intenção é, por outro lado, apresentar, nesta subseção, uma discussão mais abrangente acerca dos trabalhos que se pautam na perspectiva da (inter)subjetivização, abordagem que, como já destacamos, fundamenta teoricamente esta pesquisa.

Em estudos mais recentes, têm surgido abordagens que entendem que a emergência de novos padrões construcionais na língua está intrinsecamente relacionada à necessidade de formas mais expressivas que se encarreguem de marcar o posicionamento dos falantes nas mais diversas situações comunicativas. Em contraste com a abordagem tradicional da gramaticalização, alguns autores têm destacado outros fatores que vão além da forma. Portanto, torna-se relevante nesse processo, além das estruturas linguísticas, quem as pronuncia e por que as seleciona e utiliza. Na próxima subseção, trataremos pontualmente da abordagem proposta por Traugott (2003, 2008a, 2008b, 2009) acerca da gramaticalização de construções.

Para discutir a perspectiva da gramaticalização como processo de (inter)subjetivização, trataremos, primeiramente, da ideia de subjetividade na língua, questão que já vem sendo observada há certo tempo. De acordo com Stubbs (1986 *apud* TRAUGOTT & DASHER, 2005), ao dizer algo, os interlocutores codificam seu ponto de vista. Assim, para o autor, a descrição das marcas que revelam o ponto de vista do falante/escritor e seus significados deve ser o tópico central dos estudos linguísticos.

Traugott & Dasher (2005) também defendem que a subjetividade é essencial. Para esses autores a língua é fortemente marcada por esse elemento, visto que qualquer seleção de repertório lexical e gramatical passa pelo falante. Sendo assim, para eles, de fato, é impossível considerar a língua apenas em sua estrutura e ignorar o uso.

Outra definição clássica de subjetividade é a proposta por Lyons (1982, p. 102). Segundo o autor, “o termo subjetividade se refere à maneira como línguas naturais, em sua estrutura e modo normal de operação, oferecem ao agente ilocucionário maneiras de expressar suas atitudes e crenças”. Nessa afirmação, o autor destaca o fato de a língua ser o principal instrumento que o interlocutor possui para mostrar suas ideias e defender seu ponto de vista.

Também Finegan (1995) considera que não é possível estudar a língua sem considerar seu caráter subjetivo. A esse respeito, o autor afirma o seguinte:

O termo subjetividade possui um grupo de significados, nem tão antigos, nem tão bem estudados como conteúdo da gramática, mas centrais para visões emergentes do discurso – para a interseção da estrutura da língua e do uso da língua na expressão do *eu*. A subjetividade se preocupa com o envolvimento de um agente ilocucionário no discurso, e o efeito deste envolvimento no molde formal do discurso – em outras palavras, na expressão linguística do *eu*. (FINEGAN, 1995, p. 1)

Vemos, portanto, que o autor trata da relevância da interseção da estrutura da língua e do uso na expressão do “eu”. De acordo com seu ponto de vista, a subjetividade está diretamente ligada à língua, sendo impossível estudar a segunda sem considerar a primeira.

Segundo Finegan (1995), a subjetividade está diretamente relacionada à modalidade epistêmica⁵. E, nesse sentido, o autor afirma que três abordagens têm sido o foco central dos estudos recentes sobre subjetividade na língua. São elas: (i) a perspectiva do agente locucionário como “modelador” da expressão linguística; (ii) a expressão do agente locucionário acerca do efeito das proposições; (iii) a expressão do agente locucionário acerca da modalização epistêmica contida nos enunciados. O autor ainda afirma que a modalidade epistêmica seria a ocorrência mais explorada na manifestação da subjetividade do falante.

Outro termo que deve ser destacado aqui e que também faz parte desse processo é intersubjetividade. Enquanto a subjetividade se refere à codificação do ponto de vista do falante, a intersubjetividade, por sua vez, diz respeito à codificação de expressões que revelam a atenção do falante para a imagem do *self*⁶ do interlocutor. Nesse sentido, Traugott (2010) ressalta que a intersubjetividade é uma característica geral de todo uso da língua. Uma vez que a situação de fala envolve interlocutores, em um sentido geral, podemos dizer que todo uso da língua é intersubjetivo. A autora vai ainda além ao afirmar que a intersubjetividade não é apenas uma característica geral no uso da língua, mas também o contexto em que a mudança linguística toma lugar e para o qual contribui.

A partir dessa perspectiva, percebe-se que todo o processamento linguístico passa pelo interlocutor, sendo necessário considerá-lo nesse processo. Com o aumento expressivo do papel da (inter)subjetividade nos estudos da língua, começa-se a considerar a expressividade dos interlocutores no processo de mudança linguística. Dessa forma, a gramaticalização tem passado a ser vista enquanto um processo de (inter)subjetivização.

⁵ Entendemos modalidade epistêmica a partir do que afirmam Traugott (2005) e Neves (2006), que a definem como aquela que se refere à crença e ao conhecimento do falante. Segundo as autoras, a modalidade epistêmica envolve, basicamente, uma atitude do falante e se relaciona à fonte do conhecimento com a qual o falante pode ou não estar comprometido.

⁶ A noção de *self* utilizada neste trabalho é defendida por Erving Goffman, o qual se destaca por ser o grande difusor deste conceito na Linguística. Para ele, *self* não corresponde a uma propriedade da pessoa ou a uma dimensão psicológica interna ao indivíduo, mas sim ao resultado de um processo interacional, o qual se caracteriza pelo controle social exercido tanto pelo indivíduo quanto pelas pessoas que o cercam. Sendo assim, em uma determinada situação interativa, o falante reclama para si um *status* social específico, adequado para aquele momento, ou seja, um *self* específico (GOFFMAN, 1956, 1961). Desse modo, é possível entender o *self* como uma construção discursiva e situada; um produto dos relacionamentos interpessoais (RASERA, GUANAES & JAPUR, 2004). Assim, relativizamos a verdade em relação a nós mesmos a depender de forças sociais, tornando-a momentânea e diversa (GERGEN, 1991).

De acordo com esse enquadramento teórico, a (inter)subjetivização é considerada o processo em que os interlocutores, ao longo do tempo, desenvolvem significados que codificam e tornam visíveis suas perspectivas e atitudes a partir do mundo comunicativo do evento de fala (TRAUGOTT, 2010).

Dentro de sua visão cognitivista, Langacker (1990 *apud* TRAUGOTT, 1995), por sua vez, acredita que a subjetivização deveria ser entendida de maneira estrita, visto que para ele esse processo envolveria o realinhamento de um eixo objetivo para um eixo subjetivo, caracterizando uma mudança de cunho conceptual. Para sustentar sua hipótese, o autor afirma que todas as situações são construídas a partir da fala dos participantes, que podem se posicionar objetiva ou subjetivamente em relação ao dito.

Traugott (1995) e Traugott e Dasher (2005) defendem que a subjetivização se dá como gramaticalização, considerando que esse seria um processo gradiente através do qual as construções – que a princípio expressam sentidos mais concretos e objetivos – passariam, a partir da reiteração de seu padrão de uso, a indicar funções consideradas abstratas, baseadas nas crenças do falante. Em uma obra posterior, a autora considera que a intersubjetivização – assim como a subjetivização – seria também reconhecida como um processo de gramaticalização e envolveria “a reanálise de sentidos pragmáticos como significados semânticos codificados no contexto de negociação de significados entre interlocutores” (TRAUGOTT, 2010, p. 29).

Sob essa perspectiva, a (inter)subjetivização é um processo semântico-pragmático em que um elemento linguístico desenvolve novos sentidos que envolvem a perspectiva dos interlocutores. Desse modo, a autora sugere que os *clines* tradicionais de gramaticalização sejam expandidos (TRAUGOTT, 1995, p. 47). Com base em sua proposta, é possível estabelecer, portanto, o seguinte percurso de mudança:

Quadro 1 – *Cline* unidirecional proposto por Traugott (1995)

[- subjetivo] > [+subjetivo]

Em trabalho posterior, a autora acrescenta a intersubjetivização ao *continuum* (TRAUGOTT, 2010, p. 35). Assim, o caminho percorrido na gramaticalização poderia ser também o seguinte:

Quadro 2 – *Cline* unidirecional proposto por Traugott (2010)

[- subjetivo] > [+subjetivo] > [intersubjetivo]

Traugott (2010) assume, nesse sentido, que a (inter)subjetivização é um processo semasiológico em que expressões linguísticas adquirem novos sentidos na língua. Em particular, se refere à tendência de um material lexical se tornar cada vez mais relacionado a crenças (inter)subjetivas dos falantes ou atitudes em relação ao que está sendo dito e como está sendo dito.

Diante da discussão apresentada, acreditamos que a língua, sendo uma atividade social, deve ser sempre estudada a partir do seu uso, principalmente quando se trata do processo de gramaticalização.

Portanto, o processo de (inter)subjetivização – visto nos moldes da gramaticalização – parece ilustrar a ideia de que a concepção emergentista da gramática é fundamental para que haja uma efetiva compreensão dos processos de mudança. Desse modo, assumimos, neste trabalho, a gramaticalização como um processo diretamente relacionado ao contexto discursivo, pois acreditamos que a mudança surge em uma situação de interação, em que os participantes de uma conversa interagem entre si, construindo seus argumentos e demonstrando sua avaliação acerca das proposições que produzem.

1.2.2. Gramaticalização de construções

Em trabalhos bastante recentes, Traugott (2003, 2008a, 2008b, 2009) posiciona-se a favor de uma perspectiva pautada na “gramaticalização de construções”.

A partir das considerações de Goldberg (1995, 2006), Croft (2001) e Croft e Cruise (2004) acerca da Gramática das Construções⁷, Traugott (2003, 2008a, 2008b, 2009) assume que as construções são as unidades básicas da língua, as quais – entendidas como objetos teóricos – se estabelecem a partir do pareamento entre forma e sentido.

Vale ressaltar que este trabalho não tem como objetivo estabelecer uma interface entre gramaticalização e Gramática das Construções, restringindo-se à proposta de Traugott (2003,

⁷ A Gramática das Construções emergiu, no final da década de 1980, em Berkeley, tendo como grande prerrogativa desconstruir a clássica noção da composicionalidade do significado (SALOMÃO, 2002).

2008a, 2008b, 2009) acerca do processo de gramaticalização de construções, ou seja, destacamos os aspectos que seriam relevantes no que se refere ao tratamento dos padrões construcionais na mudança linguística.

Ao abordar o fenômeno da gramaticalização, Traugott (2003) destaca os trabalhos de Lehmann (1995 [1982], 1992) e Hopper e Traugott (2008 [1993]), que já consideravam a noção de integridade em expressões gramaticalizadas. Sobre a gramaticalização, Lehmann (1992) afirma que o processo envolve uma série de alterações semânticas, sintáticas e fonológicas, que interagem na gramaticalização de morfemas e de construções inteiras, não incidindo, apenas, em uma palavra ou um morfema. Sendo assim, esse processo atinge toda a construção formada pelas relações sintagmáticas do elemento em questão. Hopper e Traugott (2008 [1993]), por sua vez, destacam que é, também, papel da gramaticalização analisar as construções que passariam a atuar em diferentes contextos, de modo a desempenhar funções gramaticais.

Seguindo essa perspectiva, Traugott (2009) ressalta que, com o advento da Gramática das Construções, surge a oportunidade de se pensar, mais especificamente, o que a “construção” significa, de fato, na gramaticalização. Ao tratar desse assunto, a autora também se ampara teoricamente em Bybee, Perkins e Pagliuca (1994), que defendem que a construção inteira – e não apenas o significado lexical de um item – é precursora do sentido gramatical. Desse modo, os autores destacam que a mudança não acontece somente em um item lexical, visto que os itens que o seguem e/ou o antecedem também participam no processo da mudança. Nesse sentido, a fonte do sentido gramatical é a construção inteira, e não suas partes composicionais. A partir dessa premissa, Traugott (2003, 2008a, 2008b, 2009) destaca o que Goldberg (1995 *apud* TRAUGOTT, 2009) denomina de “princípio da fraca composicionalidade”. Dentro desse princípio, considera-se que as construções que fazem parte de uma língua não exibem um significado independente das palavras que a compõem em uma dada sentença. Sendo assim, uma construção não pode ser entendida a partir da soma de suas partes de modo individual, devendo ser compreendida através da construção como um todo. A partir desse princípio, é possível justificar, inclusive, a existência das expressões idiomáticas nas línguas, visto que uma análise individual de seus componentes não é suficiente para que possamos compreendê-las.

Em-se tratando de gramaticalização de construções, Traugott (2003, 2008a, 2008b, 2009) baseia-se, ainda, no trabalho de Croft (2001), que destaca que, a partir da perspectiva da Gramática das Construções, toda estrutura linguística é construcional. Segundo o autor, a ligação entre a forma e o sentido convencional é construída em termos semânticos,

internamente à construção. Nesse sentido, Traugott (2008a, p. 225), baseando-se em Croft (2001), observa que: (i) em um processo de gramaticalização, toda a construção muda o sentido; (ii) uma nova construção passa por mudanças na estrutura gramatical e no comportamento de acordo com sua nova função; (iii) a expansão de construções para novos usos corresponde a uma mudança na distribuição daquela construção. Assim, Traugott (2003, 2008a, 2008b, 2009) destaca que há um pareamento entre forma e sentido no decorrer do desenvolvimento de uma construção. Isso reforça a ideia de que a mudança na totalidade da construção se dá de modo a estabelecer: a) padrões construcionais para determinados usos; b) a gradualidade prevista no processo de mudança linguística.

A partir dessas considerações, Traugott (2009, p. 91) defende a premissa de que a gramaticalização de construções envolveria “a mudança pela qual, em certos contextos linguísticos, os interlocutores usam (partes de) uma construção com uma função gramatical ou designam uma nova função para uma construção já existente”. Assim, em uma situação comunicativa, os interlocutores reconhecem toda a construção “nova”, e não somente um item. A partir desse reconhecimento, novos usos são instanciados na língua. Nesse sentido, o escopo de análise da gramaticalização é ampliado, já que, ao verificar o processo, deve-se, além de identificar novos usos e averiguar a existência de mudança – observando sua motivação e como se deu esse processo –, considerar os ambientes linguísticos que permitem a incidência desses usos, conduzindo à identificação de padrões construcionais.

Assim, a identificação de padrões construcionais viabiliza o alinhamento entre a estrutura da construção e o seu uso, o que facilita o tratamento da gramaticalização como processo de (inter)subjetivização. Isso ocorre porque, ao adotar essa perspectiva, há a preocupação de não separar aspectos considerados estruturais e outros tidos como semântico-pragmáticos. Nesse sentido, Traugott (2003, 2008a, 2008b, 2009) ainda afirma que, em uma dada construção, os níveis semântico, morfossintático, fonológico e pragmático – sendo este último ainda não incluído em todos os modelos que trabalham a noção de construção – operam juntos. Já no que diz respeito à expansão de uso, a autora destaca o fortalecimento pragmático das construções. Ao tratar desse assunto, defende que novas construções que surgem na língua mantêm traços das construções que lhes deram origem, expandindo seus usos para novos domínios pragmáticos. Dessa forma, Traugott (2003, 2008a, 2008b, 2009) afirma que a gramaticalização de construções, além de auxiliar a compreensão da mudança como um processo dinâmico, gradiente e variável, viabiliza a noção do pareamento entre padrões de uso e padrões gramaticais via significado.

Portanto, tendo em vista a gramaticalização de construções, pretendemos, através da análise de nossos dados, descrever possíveis padrões construcionais que caracterizariam os diferentes usos do verbo “ver” identificados em nosso *corpus*.

1.3. Mecanismos de mudança semântica

A língua não existe sem seus usuários e, por essa razão, ao tratar da mudança semântica, é necessário considerar a língua em situações reais de uso. Seguindo esse pensamento, alguns autores defendem a premissa de que o que regula a mudança semântica é a pragmática, já que a dependência contextual de um significado abstrato permite a mudança nas situações comunicativas, mais especificamente o papel dos falantes em organizar os diferentes usos (TRAUGOTT & DASHER, 2005).

E, nesse sentido, as mudanças semânticas se mostrariam regulares entre as línguas. Traugott e Dasher (2005) destacam que estudos translinguísticos revelam tipos prototípicos de mudança semântica que são repetidos ao longo do tempo através das línguas. Ainda segundo os autores, é possível afirmar que, no processo de mudança semântica, há dois níveis, um *micro* e um *macro*. No primeiro, cada instância da mudança semântica tem suas características específicas. Essas características peculiares podem derivar de circunstâncias em que a mudança está inserida em uma comunidade de fala em um determinado tempo. Já no segundo, a direção da mudança semântica é previsível, não apenas em uma língua, mas em todas as línguas.

No entanto, a regularidade da mudança semântica não é totalmente absoluta. É plausível que ocorram “falhas” ou exceções. Isso pode acontecer, por exemplo, devido ao fato de que a mudança se dá na língua em uso dentro de comunidades de fala a fim de suprir certas necessidades comunicativas de um grupo social e para marcar a identidade dos falantes. Desse modo, a mudança semântica deve ser sempre estudada em situações reais de uso, pois, durante a interação, novos usos podem emergir, e a mudança ocorrer.

Com o intuito de tratar das questões apontadas acima, na próxima subseção, abordaremos pontualmente dois mecanismos relacionados à mudança semântica: a metaforização e a metoniminização. Após discutir esses dois processos, também discorreremos, na subseção subsequente, sobre o estatuto da polissemia.

1.3.1. Metaforização e metonimização

Quando nos referimos à mudança semântica, os principais mecanismos são a metaforização e a metonimização. Segundo Traugott e Dasher (2005), metaforização e metonimização correspondem a mecanismos dinâmicos de função processual, os quais se referem, respectivamente, à metáfora e à metonímia, que, por sua vez, são consideradas um resultado sincrônico de um processo de mudança. Sendo assim, os autores consideram que, no processo de mudança semântica, as palavras são utilizadas de uma forma nova. Desse modo, há duas maneiras de se realizar esse processo: seja através da metáfora – metaforização –, em que são utilizados recursos linguísticos que se assemelham àquilo que se quer dizer, ou através da metonímia – metonimização –, que, assim como na metaforização, também é um processo através do qual novos sentidos são desenvolvidos. No entanto, a metonimização utiliza o que seria contíguo àquilo que se quer dizer (NERLICH & CLARKE, 1992 *apud* TRAUGOTT & DASHER, 2005).

Durante grande parte do século XX, a metaforização foi considerada o principal mecanismo de mudança semântica. Traugott e Dasher (2005) entendem a metaforização como um processo que opera entre diferentes domínios, conceptualizados como fontes e alvos e restringidos por relações pragmáticas de semelhanças e diferenças, enfatizando o estatuto sintático da metáfora. Esse mecanismo é usado pelos interlocutores de modo a atribuir novos sentidos a um mesmo lexema. Heine *et al.* (1991) também destacam que a metáfora, no processo de mudança semântica, seria motivada pragmaticamente e envolveria, ainda, uma função gramatical. Para os autores, tal mecanismo permite que predicções já existentes operem em novos contextos por meio da expansão de seus significados. Dessa forma, eles propõem a trajetória de mudança, como mencionamos na subseção 1.2.1, em que focalizam as categorias cognitivas básicas pelas quais ocorreria o desenvolvimento das estruturas gramaticais: pessoa > objeto > processo > espaço > tempo > qualidade.

Já a metonimização tem, cada vez mais, ganhado destaque em estudos recentes acerca da mudança semântica. Barcelona (2000 *apud* Traugott & Dasher, 2005) considera a hipótese de que a metonímia é, provavelmente, ainda mais basilar – em se tratando de linguagem e cognição – que a metáfora. Hopper e Traugott (2008 [1993]) afirmam, ainda, que a metonimização deve também ser entendida como um fenômeno conceptual. Stern (1968 *apud* Traugott & Dasher, 2005, p. 29), por outro lado, fala dos termos “permutação” e “adequação”, que são, segundo ele, tipos de metonímias, visto que envolvem a “apreensão subjetiva do referente”, isto é, envolvem uma associação conceptual.

Segundo Traugott e Dasher (2005), a metonimização pode ser interpretada como um mecanismo conceptual através do qual inferências sugeridas são semantizadas através do fluxo associativo e contínuo da fala/escrita. Sendo assim, ela é capaz de oferecer uma explicação tão completa quanto a metaforização para a mudança semântica.

Desse modo, em meio às complexidades da comunicação, o falante utiliza implicaturas que irão sugerir ao interlocutor inferências necessárias para que se estabeleça a comunicação (MARTELOTTA, 2010). Logo, a metonimização opera no mesmo domínio conceptual e está, por sua vez, baseada em processos de inferenciação. Diante disso, Traugott e Dasher (2005) propõem a Teoria da Inferência Sugerida.

De acordo com esses autores, novos sentidos surgem na língua de maneira instantânea e se espalham em uma determinada comunidade de fala de forma gradual, porém a aquisição do novo sentido no âmbito individual é instantânea. O novo uso se torna, assim, generalizado em diversos contextos e terá força pragmática se houver um valor social e obtiver destaque na sociedade. Desse modo, o novo uso se torna tão acessível quanto o uso original. No entanto, quando o significado original se tornar apenas um mero traço em certos contextos, então, poderemos dizer que a forma gramaticalizada se tornou semanticizada e é possível considerá-la uma nova polissemia:

Historicamente, existe um caminho que vai dos significados codificados, passando pelos significados enunciados e pelos significados pragmaticamente polissêmicos até chegar a novos significados semanticamente polissêmicos. (TRAUGOTT & DASHER, 2005, p. 35)

Diante dessas mudanças ao longo do tempo, o que era visto apenas como uma inferência passa a ser encarado como referência. Diante disso, Traugott e Dasher (2005) procuram explicar esse processo através do modelo da inferência sugerida, sendo a perda de significado classificada como irregular e não prevista pelo modelo. Os autores, juntamente com Hopper e Traugott (2008 [1993]) e Martelotta (2010), acreditam que a inferência sugerida, ou seja, o processo de mudança metonímica é capaz de fornecer um material mais adequado para que se possa entender a motivação da mudança semântica em seus estágios iniciais.

Como se pode observar, a mudança linguística é motivada comunicativamente e a inferência sugerida “engloba as complexidades da comunicação que o falante utiliza para evocar implicaturas sugerindo que o ouvinte faça as inferências necessárias para que se dê a comunicação” (MARTELOTTA, 2010, p. 62). Dessa forma, acreditamos que seja por meio de tal processo de inferenciação que novos usos surjam na língua. Diante das necessidades

comunicativas, os interlocutores usam novos sentidos, sendo possível a compreensão dos significados emergentes devido à projeção de traços semânticos que possibilitaram a interpretação dos novos usos.

Assim, partimos do princípio de que, através do mecanismo conceptual da metonimização – que, como defendemos neste trabalho, seria subjacente aos processos de subjetivização e intersubjetivização –, os diferentes usos do verbo “ver” foram gradativamente instanciados na língua. Diante disso, a reiteração dos novos usos levaria, enfim, à gramaticalização de novas construções.

Acreditamos, portanto, que a língua está frequentemente em processo de mudança e que o estudo da gramaticalização é crucial para a compreensão de como isso ocorre. No entanto, sabemos que o estudo da polissemia é também importante no estabelecimento da mudança semântica, já que ela se apresenta como um resultado de processos de metaforização e metonimização. Diante disso, discutiremos, na próxima subseção, alguns pontos referentes à noção de polissemia que seriam relevantes na definição do processo de mudança pelo qual teria passado o verbo “ver”.

1.3.2. Polissemia

Apesar de já se falar em polissemia – sob a designação homonímia, entre outros termos correlatos – na Antiguidade Clássica, a investigação concreta sobre a multiplicidade do significado iniciou-se no século XVIII e continuou no século XIX, devido ao aumento do interesse pela mudança semântica. Estando fora do escopo do estruturalismo e do gerativismo, apenas nos últimos vinte anos, a polissemia voltou a ser uma questão central na semântica, graças, sobretudo, à Linguística Cognitiva e aos estudos da Psicologia Cognitiva e da Linguística Computacional. Silva (2006) utiliza as palavras de Aristóteles para explicar a origem do conceito de polissemia:

Os nomes são em número limitado, bem como a pluralidade dos enunciados, ao passo que as coisas são infinitas em número. É, por conseguinte, inevitável que o mesmo enunciado e que uma única e mesma palavra signifiquem várias coisas. (ARISTÓTELES, 165a *apud* SILVA, 2006, p.16)

Polissemia é um dos termos mais controversos na Linguística, principalmente quando se busca diferenciá-lo do termo homonímia. Isso ocorre pelo fato de ambos os conceitos se

relacionarem à existência de uma multiplicidade de sentidos para um mesmo vocábulo. Sobre a definição desses termos, Silva (2006) afirma que:

Polissemia é a associação de dois ou mais sentidos relacionados entre si a uma única forma linguística. Uma palavra ou uma outra expressão com vários sentidos. [...] Em oposição à polissemia está também o conceito de homonímia ou associação de sentidos inteiramente distintos, não-relacionados a uma mesma forma linguística [...]. (SILVA, 2006 p. 10)

Seguindo a definição sugerida pelo autor, seria um caso de polissemia quando os sentidos se relacionam semanticamente e são, segundo Leacock e Ravin (2000), resultado de um uso metafórico.

Lyons (1982) também discute essa problemática. Segundo ele, a distinção entre os termos homonímia e polissemia seria insolúvel. No entanto, o autor sugere algumas formas de realizar essa distinção. Uma delas seria ter em mente que o que se deve considerar, principalmente, ao se abordarem a polissemia e a homonímia, é a existência de uma relação sincrônica ou não entre os termos em questão. Segundo Lyons (1982), é possível estabelecer uma relação diacrônica entre os termos da língua inglesa “pupil” (aluno de escola primária ou secundária) e “pupil” (parte do globo ocular – na língua portuguesa, “pupila). No entanto, embora esses termos estejam historicamente relacionados, não se deve considerar que esses termos sejam polissêmicos.

Ainda sobre esse assunto, Pietroforte e Lopes (2011) afirmam que a homonímia é um fenômeno da ordem do significante e diz respeito à semelhança entre imagens acústicas. Sobre o termo polissemia, por outro lado, os autores fazem a seguinte afirmação:

Quando se utiliza o termo polissemia, o critério de definição muda do significante para o significado. Assim, palavras polissêmicas, que possuem mais de um significado para o mesmo significante, opõem-se às palavras monossêmicas, que possuem apenas um. Na polissemia, a um único significante correspondem vários significados [...]. (PIETROFORTE & LOPES, 2011 p. 131)

Ao tratar do fenômeno da polissemia, Bechara (2006) também aponta que este se define pelo fato de existir apenas uma forma – isto é, um significante – com mais de um significado unitário, sendo estes sentidos pertencentes a campos semânticos diferentes. Nesse sentido, ele afirma que a polissemia “é um conjunto de significados, cada um unitário, relacionados com uma mesma forma. Portanto, não se pode ver a polissemia como ‘significados imprecisos e

indeterminados', porque cada um desses significados é preciso e determinado" (BECHARA, 2006, p. 402).

Em uma tentativa de ilustrar, mais pontualmente, o que se denomina como polissemia e homonímia, Silva (2006) arrola alguns exemplos que representam tais fenômenos. Um exemplo de polissemia seria o uso do termo "papel", que pode denominar uma folha ou pedaço de papel, como também pode se referir a um "documento" e a uma "ação" ou "função". Nesse caso, o autor afirma que a polissemia está opostamente relacionada à "monossemia"⁸, uma vez que um termo monossêmico possui apenas um significado, não podendo ser relacionado a nenhum outro sentido. Já no caso da homonímia, um mesmo termo pode ser aplicado a sentidos completamente diferentes sem nenhuma relação etimológica. Na homonímia, portanto, duas palavras possuem em comum apenas o fato de serem representadas pela mesma grafia na língua. É o caso da palavra "banco", que pode se referir à "instituição de crédito" e a uma "espécie de assento". Assim, ao diferenciar polissemia e homonímia, é necessário reconhecer se há ou não uma relação entre os diferentes sentidos associados a uma forma linguística.

No que se refere à mudança semântica, Traugott e Dasher (2005) afirmam que é impossível estudá-la sem levar em consideração uma teoria acerca da polissemia devido à natureza da mudança. Os autores destacam que toda mudança, em qualquer nível da gramática, não envolve apenas uma substituição de um item por outro ($A > B$), mas, ao invés disso, ($A > A \sim B$) e, em algumas vezes, somente ($> B$). Dessa forma, significados antigos podem ficar presos ao registro e, em algumas vezes, podem desaparecer por completo. Seguindo essa perspectiva, assumimos, neste trabalho, que, no caso do verbo "ver", há uma relação semântica entre os usos identificados no *corpus* pesquisado, o que nos leva a considerá-lo um exemplo de polissemia na língua.

Vale ressaltar que a distinção entre polissemia e homonímia não é relevante no uso efetivo dos significados por parte dos falantes, isto é, os próprios falantes, de acordo com o contexto comunicativo, são capazes de distinguir, com facilidade, se dois sentidos de uma mesma forma estão relacionados ou não, e isso não afeta, de nenhum modo, a maneira como usam uma determinada forma e seus diferentes sentidos.

Todavia é preciso ter em mente que a polissemia não deve ser vista como uma coleção de sentidos estáticos que estão relacionados uns aos outros. De acordo com Silva (2006, p. 59), a polissemia deve ser vista como "uma rede de sentidos flexíveis, adaptáveis ao contexto

⁸ Este fenômeno também recebe os nomes de vaguidade, indeterminação ou generalidade.

e abertos à mudança, de impossível diferenciação precisa”. Isso ocorre, segundo o autor, devido à flexibilidade do significado, que é construído no momento da interação, a partir das necessidades, dos interesses, das experiências dos indivíduos e das culturas. Pietroforte e Lopes (2011), por sua vez, pontuam que a linguagem humana é polissêmica, visto que os signos, possuindo um caráter arbitrário e adquirindo seu valor nas relações com os outros signos, passam por alterações de significado em cada contexto. Sendo assim, a polissemia é, segundo os autores, dependente do fato de os signos serem usados em contextos diferentes. No entanto, é preciso ter em mente que a flexibilidade do significado não significa caos, pois existem limites e restrições, exigindo até certa estabilidade.

Seguindo esse pensamento, Silva (2006) afirma que a prototipicidade ou categorização com base em protótipos é o que está na origem tanto da flexibilidade – através da qual os falantes são capazes de adaptar uma categoria a novas circunstâncias e experiências e nela integrá-las – quanto da estabilidade estrutural – que é o que permite que os falantes interpretem novos fatos através do conhecimento já existente –, evitando, assim, que a flexibilidade torne a categoria comunicativamente ineficiente.

Nesse sentido, uma realidade que nos é explicitada através da polissemia é a capacidade cognitiva do ser humano de categorização. Relacionado a esse processo está também o modo como o ser humano realiza a identificação, a classificação, a nomeação e a organização da imensa variedade do mundo que o cerca. Podemos afirmar que a polissemia é um efeito da categorização. E podemos dizer, ainda, que o significado linguístico – e, conseqüentemente, toda a linguagem – envolve categorização. Desse modo, a categorização na linguagem não é exatamente uma cópia da realidade, mas sim uma construção e uma interpretação, que impõe estruturas e formas ao conhecimento do mundo.

De acordo com essa ideia, a polissemia é uma evidência de que categorizamos na maior parte do tempo, e isso ocorre com base em protótipos, já que a prototipia⁹ se baseia na existência de categorias que tendem para um sentido múltiplo e que se estruturam à volta de um centro prototípico. Dessa maneira, diferentes “coisas” podem se assemelhar, de diferentes modos, ao protótipo e, assim, serem integradas numa mesma categoria. Sobre a categorização com base em protótipos, Silva (2006) afirma o seguinte:

⁹ A caracterização por “famílias de semelhança” foi introduzida, na psicologia, por Rosch *et al.* (1976). Os autores demonstram que as pessoas tendem não só a categorizar objetos com base em condições necessárias e suficientes, mas também com base na semelhança entre objetos em relação a um membro prototípico da categoria. Cada categoria, desse modo, é representada por um protótipo que melhor exibe suas características e que, assim, se aproxima da definição de categoria ideal segundo a teoria clássica. Nesse sentido, os protótipos são centrais no pensamento humano, não sendo arbitrários, mas consistentes entre indivíduos e culturas.

A polissemia mostra assim como as categorias estruturadas com base em protótipos têm a enorme vantagem de facilmente se adaptarem à inevitável variação e mudança, mas também a não menos importante vantagem de funcionarem como modelos interpretativos dessas novas condições, situações ou necessidades. Ou seja: as conceptualizações já existentes não só se adaptam à mudança e à novidade, como influenciam novas conceptualizações. Reside aqui um dos aspectos mais singulares e mais eficientes da cognição humana: a capacidade de adaptação a mudanças no mundo exterior e interior, acomodando essas mudanças às categorias existentes e interpretando-as através do conhecimento já existente. (SILVA, 2006 p. 299)

Podemos perceber que a categorização que realizamos com base em protótipos é facilitadora quando se trata do processo de mudança semântica, pois permite que interpretemos novos usos a partir de conceptualizações já existentes, adaptando-os a novas realidades. E, desse modo, o significado de uma expressão inclui não somente o “conteúdo” conceptual que ela representa, isto é, as propriedades inerentes da entidade ou situação designada, mas também o “modo” como esse conteúdo é construído. E é, portanto, dessa capacidade cognitiva que resulta a polissemia das expressões linguísticas.

De acordo com o que vimos até o momento, a mudança semântica é consequência de características inerentes à mente humana e à interação social. Os processos de mudança que resultam, muitas vezes, na polissemia revelam: a) princípios de conceptualização e categorização, como a prototipicidade; b) princípios cognitivos e pragmáticos, como a subjetivização e a intersubjetivização; c) mecanismos de mudança semântica, como a metaforização e a metonimização.

Nesse sentido, é possível afirmar que a metaforização, a metonimização e a (inter)subjetivização – conceitos já tratados nas subseções anteriores – constituem mecanismos básicos da mudança semântica, sendo, portanto, considerados os caminhos que conduzem à polissemia.

1.4. Conclusões

Neste capítulo, procurou-se defender que a abordagem funcionalista é a que atende à perspectiva adotada neste trabalho, uma vez que partimos do princípio de que os processos de gramaticalização e de polissemia apenas podem ser efetivamente estudados de forma

contextualizada, levando em consideração o uso e, conseqüentemente, as situações reais de interação.

Discutimos também que a visão tradicional da gramaticalização apresenta algumas lacunas quando se trata do estudo da língua em uso. Vimos que o cline [item lexical] > [item gramatical] > [item +gramatical] não se mostra suficiente no estudo da mudança linguística, visto que acreditamos que novas construções na língua emergem do uso. Por outro lado, a gramaticalização compreendida como processo de (inter)subjetivização engloba os aspectos estruturais, cognitivos e interativos da linguagem. Desse modo, a metaforização e a metonimização se mostram relevantes para esse estudo, já que a metonimização está na base da metaforização e seria um mecanismo conceptual através do qual inferências sugeridas são semanticizadas através do fluxo associativo e contínuo da fala/escrita.

Vimos, ainda, que diferentes usos de um mesmo item que estão semanticamente relacionados são considerados polissêmicos. Nesse sentido, acreditamos que os usos de “ver” identificados em nossa pesquisa têm seus sentidos relacionados, o que nos permitiria dizer que são polissêmicos. E, como demonstraremos na análise realizada no Capítulo IV, a polissemia atestada em “ver” estaria na base do processo de gramaticalização desse verbo.

CAPÍTULO II

DISCUSSÕES EM TORNO DO VERBO “VER”

Este capítulo se dedica a tratar de três questões relevantes que nos auxiliarão em nossa investigação acerca da polissemia e da gramaticalização do verbo “ver”. Em um primeiro momento, definiremos o que é percepção e o que são verbos perceptivos. Em seguida, delimitaremos sentidos convencionalizados de “ver” a partir de três diferentes dicionaristas. E, por último, abordaremos trabalhos funcionalistas já realizados que incluem em seu objeto de pesquisa o uso do verbo “ver” em uma perspectiva diferente da adotada neste trabalho.

Visto que o verbo “ver” integra um grupo de verbos denominados perceptivos, faremos, primeiramente, um levantamento de alguns trabalhos que tratam desse assunto. Nesse sentido, discutiremos em que consiste a noção de percepção e apontaremos as principais características de verbos que são considerados perceptivos. Dentre os trabalhos utilizados para cumprir os objetivos desta seção, encontram-se Carvalho (2008), Freire (2009) e Sweetser (1990).

Posteriormente, faremos um levantamento dos sentidos convencionalizados atribuídos ao verbo “ver” nos seguintes dicionários: *Diccionario etymologico, prosodico e orthographico da lingua portuguesa* (BASTOS, 1912), *Dicionário Aurélio* (HOLANDA, 1999) e *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (HOUAISS, 2001). Dessa maneira, procuraremos obter um panorama das acepções comumente atribuídas ao verbo, tendo em vista os usos encontrados em nossa análise.

Por último, abordaremos os trabalhos funcionalistas de Cezário (2001) e Carvalho (2004), que tratam, dentre outras questões, do uso do verbo “ver”. Através desse levantamento, será possível destacar pontos que divergem de nossa pesquisa – o que justifica, inclusive, a realização deste trabalho – e salientar questões que podem nos auxiliar no desenvolvimento desta investigação.

Desse modo, este capítulo se organiza de maneira a (i) abordar os principais pontos no que se refere aos verbos perceptivos, mais especificamente ao verbo “ver”; (ii) destacar os sentidos já convencionalizados do verbo nos dicionários e (iii) levantar questões já tratadas por outros autores funcionalistas acerca do uso do verbo “ver”. Ao final, apresentaremos as conclusões a partir das considerações realizadas.

2.1. Verbos perceptivos: em busca de uma definição

Esta seção tem como objetivo fundamental abordar o que se tem discutido sobre os verbos perceptivos, que se caracterizam por expressar percepção sensorial, estabelecendo uma “relação direta entre o experienciador da percepção e o evento percebido” (FREIRE, 2009, p. 68). Desse modo, a partir de trabalhos como os de Carvalho (2008), Freire (2009) e Sweetser (1990), faremos uma breve revisão acerca do que se tem discutido sobre esse assunto, a fim de delimitar, mais pontualmente, algumas das principais características dos verbos perceptivos.

Em um trabalho descritivo dos predicadores experienciais do português, Carvalho (2008) trata dos predicadores de percepção como aqueles que “se relacionam às funções desempenhadas pelos órgãos dos sentidos do corpo humano e que possuem como uma das propriedades que compõem o seu papel temático a propriedade de estado/percepção” (CARVALHO, 2008, p. 26).

Freire (2009) destaca que não se deve procurar limitar a percepção a uma relação direta entre o experienciador da percepção e o evento percebido, uma vez que é necessário ter em mente que a descrição linguística da percepção pode se estabelecer a partir de três tipos: (i) percepção direta; (ii) percepção indireta; e (iii) percepção imaginativa. Na primeira, considera-se a existência de uma relação direta entre o experienciador da percepção e o evento percebido. Na segunda, a percepção é feita a partir de inferências, isto é, cognitivamente. Já na terceira, a percepção ocorre restritamente dentro da mente do experienciador. De acordo com o autor, a percepção direta difere da indireta devido à relação de simultaneidade entre o evento e a percepção. Na percepção direta, o experienciador tem um contato direto com o que é percebido, e isso ocorre no mesmo tempo em que reporta o que está sendo observado visualmente. Já na percepção indireta, as inferências são feitas a partir das circunstâncias, e a percepção não se realiza simultaneamente à ocorrência do evento. É possível perceber essa diferença ao analisarmos as sentenças a seguir:

(1) Larissa *viu* que as crianças saíram.

(2) Larissa *viu* as crianças saírem.

Nos exemplos acima, a sentença (1) representa a percepção indireta, pois o sujeito (Larissa) pressupõe o evento (as crianças saíram) através do contexto. Já em (2), a percepção é direta, visto que o sujeito (Larissa) vê o evento (as crianças saírem) acontecer.

Por sua vez, a pressuposição imaginativa ocorre na mente do experienciador, isto é, faz parte de sua imaginação, como se pode ver na sentença a seguir:

(3) Joana vê sua filha se tornando uma grande advogada.

Como se pode notar, neste caso, o evento não se realizou, no entanto, é visualizado na mente do experienciador. Ainda segundo Freire (2009), além do verbo “ver”, também são considerados verbos de percepção “ouvir”, “sentir” e “perceber”.

Nesse sentido, Cezário (2001), em seu trabalho, denomina os verbos perceptivos de verbos cognitivos e afirma que esses expressam percepção, cognição, atitude mental ou articulação verbal, estando ainda relacionados à modalidade epistêmica. Além do verbo “ver”, a autora apresenta outros verbos como sendo cognitivos, tais como “achar”, “dizer”, “afirmar” etc.

Já sobre a relação dos verbos cognitivos e a modalidade epistêmica, Cezário (2001) afirma que essa modalidade representa o nível do raciocínio, do intelecto, da percepção e, ainda, é responsável pela expressão de julgamentos, de certezas, de dúvidas e de crenças do falante. Assim, é possível associá-la a verbos como “ver”, “achar”, “saber” etc. A autora afirma também que os verbos cognitivos apresentam, em cláusulas completivas, opiniões, percepções e conhecimentos (CEZÁRIO, 2001). E destaca, ainda, que os verbos cognitivos são usados como estratégia para demonstrar distanciamento com o valor de verdade em relação às proposições que são codificadas como cláusulas completivas. Baseando-se em Chafe (1980 *apud* CEZÁRIO 2001, p. 137), a autora, ao tratar da percepção instanciada pela visão, ainda destaca que as propriedades da consciência estariam relacionadas aos movimentos dos olhos:

[...] os olhos percebem cada ser/evento num dado tempo; as fixações são limitadas em duração; há uma área central que processa a informação com mais acuidade e outra periférica. O modo de perceber a realidade, fixando os olhos em determinados seres/eventos, é a forma como a consciência processa as informações, focalizando em alto grau uma pequena parte da informação e deixando na periferia uma grande parte desta. O indivíduo tem, portanto, consciência da realidade ora focalizando uma pequena parte da informação, ora outra. O que é deixado na periferia também está na consciência, só que de forma menos nítida (como na visão). (CHAFE 1980 *apud* CEZÁRIO 2001, p. 137)

Essa afirmação dialoga com Sweetser (1990), que destaca como a percepção sensorial baseada na visão estaria na base de metáforas que envolvem “manipulação” e “monitoramento/controlé”. Segundo ela, a base da metáfora da visão relacionada à manipulação está na capacidade humana de canalizar e focar através do sentido visual.

Segundo a autora, a visão, muito mais do que os outros sentidos, é capaz de atender a um estímulo em meio a uma multiplicidade de estímulos. Já a metáfora da visão de monitoramento ou controle estaria baseada no fato de que guardar e manter o controle sempre envolve visão de monitoramento da entidade controlada, e o domínio limitado da visão física é mais semelhante ao domínio da influência pessoal ou de controle.

A autora também atribui à capacidade de focalização da visão a existência de uma relação entre visão e intelecto. Segundo ela, a capacidade de selecionar um estímulo dentre outros é característica da visão e do pensamento. Sweetser (1990) ainda acrescenta que essa característica não pode ser atribuída a nenhum outro sentido físico, exceto a audição, sendo que este sentido teria menor capacidade de focalização.

Seguindo esse pensamento, Sweetser (1990) afirma que, acima de tudo, a visão está relacionada ao intelecto por ser ela nossa fonte primária de informações objetivas sobre o mundo. Prova disso seria o fato de o inglês – como várias línguas, dentre elas o português – ter expressões como “I see with my own eyes” (Eu vejo com meus próprios olhos) para indicar certeza. Dessa maneira, como destaca a autora, dados visuais se tornam tipos mais certos de conhecimento. Assim, é possível justificar a capacidade de o verbo “ver”, além da percepção física, poder expressar percepções cognitivas e se tornar sinônimo de verbos como “perceber” e “compreender”. A autora também afirma que, seguindo um processo metafórico, o “*self* interno” do falante é entendido em termos do corpo, isto é, do “*self* externo” e, dessa forma, é descrito por meio de vocabulário extraído do domínio físico. No Capítulo IV – mais precisamente, nas seções 4.2. e 4.3. –, trataremos, de forma mais pontual, da projeção metafórica apresentada pelo verbo “ver”, a qual estaria relacionada ao seu uso com sentido [+ subjetivo] e [+ abstrato].

Diante do que vimos até aqui, foi possível observar que os verbos perceptivos expressam as percepções físicas dos falantes, podendo também expressar suas percepções cognitivas. Vimos também que os verbos cognitivos podem ser relacionados à modalidade epistêmica, visto que essa modalidade representa o posicionamento dos falantes acerca de uma determinada proposição, o que permite que os verbos perceptivos, dentre eles o verbo “ver”, estejam associados à modalidade epistêmica.

2.2. Em busca de um sentido mais básico para o verbo “ver”

Sabemos que o verbo “ver” possui diversos significados na língua portuguesa, que são empregados naturalmente pelos falantes em situações de uso, de acordo com o que se quer dizer, a partir de pistas contextuais. Sabemos também – de acordo com o que discutimos no Capítulo I – que novos usos surgem também de situações de interação, provocando mudanças semântico-pragmáticas.

Nesse sentido, a fim de contribuir para a caracterização da polissemia apresentada pelo verbo “ver”, buscamos reunir seus sentidos convencionalizados a partir de três diferentes dicionários, a saber: *Diccionario etymologico, prosodico e orthographico da lingua portuguesa* (BASTOS, 1912), *Dicionário Aurélio* (HOLANDA, 1999) e *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (HOUAISS, 2001). Optamos por pesquisar três dicionários diferentes, pois, ao reunir os sentidos básicos de um determinado termo, pode haver diferenças no número de sentidos considerados por cada autor e na maneira como são agrupados.

Dessa forma, faremos uma análise do tratamento dado ao verbo “ver” por esses dicionaristas e cotejaremos os sentidos por eles destacados com aqueles que foram encontrados nos usos verificados em nossos dados, conforme veremos no Capítulo IV. Assim, além de identificarmos os sentidos dos dicionários que se assemelham aos que encontramos em nosso *corpus*, temos a intenção de atestar se novos usos desse verbo podem ser apontados a partir da nossa pesquisa.

O primeiro dicionário verificado foi o *Diccionario etymologico, prosodico e orthographico da lingua portuguesa* (BASTOS, 1912). Nesse, que é o mais antigo dos dicionários por nós analisado, foram encontrados os seguintes sentidos para o verbo “ver”:

Quadro 3 - Sentidos de “ver” retirados do *Diccionario etymologico, prosodico e orthographico da lingua portuguesa* (BASTOS, 1912, p. 1215)

Ver [vêr], v. *tr.* conhecer ou perceber pelo sentido da vista; ser testemunha de; observar; imaginar; antever; contemplar; examinar; ponderar; visitar; informar-se de; – se, v. *pr.* reconhecer-se; mirar-se; – e *desejar-se*, estar muito embaraçado; –, *s.m.* parecer; opinião; conceito. (Do lat. *videre*).

Como podemos perceber, são atribuídos ao verbo “ver” sentidos considerados [-subjativos], que envolvem o sentido físico da visão, como “conhecer ou perceber pelo sentido da vista”, “examinar” e “visitar”, e também sentidos [+subjativos], que envolvem a percepção intelectual ou cognitiva, como é o caso de “imaginar” e “reconhecer-se”. Vale ressaltar que o

autor também sinaliza que “ver” pode ter a função de substantivo masculino. Nesse caso, teria o sentido de “(emitir) parecer”, “opinião” e “conceito”. Se considerarmos esses sentidos, podemos dizer que “ver” pode ser um modalizador epistêmico, sendo capaz de expressar crenças e opiniões de um indivíduo.

Já o *Dicionário Aurélio* (HOLANDA, 1999) aponta os seguintes sentidos para o verbo “ver”:

Quadro 4 - Sentidos de “ver” retirados do *Dicionário Aurélio* (1999, p. 2058)

ver¹. [Do lat. *videre*] **V.t.d.** 1. Conhecer ou perceber pela visão; olhar para, contemplar: “Vejo alegre os dias de ouro / Na montanha renascer” (Silva Alvarenga, ap. Sérgio Buarque de Holanda, *Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Colonial*, II, p. 139.) 2. Alcançar com a vista; enxergar; divisar; distinguir; avistar: “Abrindo os olhos, vi a meu lado o guarda” (Geir Campos, *O Vestíbulo*, p.24); Viu um cavaleiro que se aproximava. 3. Ser espectador ou testemunha de; assistir a; presenciar: Viu, por acaso, o bárbaro crime. 4. Percorrer; viajar; visitar: “Vi terras da minha terra.” (Manuel Bandeira, *Estrela da Vida Inteira*, p. 173) 5. Encontrar-se, avistar-se com: Não os vi hoje; “Neste tempo, viu Laura, falou-lhe, ouviu-a” (Camilo Castelo Branco, *A mulher Fatal*, p. 32). 6. Reconhecer; compreender: *Perdida a batalha, viu que já não poderia ganhar a guerra.* 7. Prestar serviços médicos a; examinar: O médico foi ver o doente. 8. Observar; notar, perceber: *Pelo que vejo, não acabaremos hoje.* 9. Atentar em; observar: *O diretor pretende ver as normas para a execução do trabalho.* 10. Deduzir; concluir: *Pelos dados, podemos ver que os resultados serão bons.* 11. Imaginar; fantasiar: *Grande fantasia, vê coisas incríveis nos mais simples acontecimentos.* 12. Tomar cuidado em; atentar em; reparar em: *Vê bem os teus passos.* 13. Examinar; investigar: *Vi minuciosamente os testemunhos, e não encontrei provas.* 14. Calcular, prever; antever: *ver o futuro nas cartas.* 15. Estudar; ler: *Mal teve tempo de ver o primeiro capítulo do livro.* 16. Ponderar; considerar: *Viu os prós e os contras da empreitada.* 17. Projetar, planejar; idear: *O general viu demoradamente a tática de combate.* 18. Conhecer; saber: *Segundo os crentes, Deus vê o passado, o presente e o futuro.* 19. Visitar: *Viajou para ver os parentes.* 20. Ter elementos para perceber ou chegar à conclusão de (algo): *Examinou o doente, e viu que estava mal.* 21. Fazer experiência ou tentativa no sentido de obter (certo resultado): *Procurou ver se o convencia.* 22. Calcular; avaliar: *Ao voltar a si, não conseguiu ver quanto tempo levava a viagem.* **Transobj.** 23. Reputar, considerar, julgar: *Via desde já, a eleição perdida; Não o vejo como inimigo.* 24. Enxergar, divisar, avistar: “Vejo turvo o claro dia” (Silva Alvarenga, ap. Sérgio Buarque de Holanda, *Antologia dos Poetas Brasileiros da Fase Colonial*, II, p. 132). 25. Notar, perceber, sentir: “Luto para não ver a fé perdida” (Odilo Costa, filho, *Cantiga Incompleta*, p.33) **T.d. ei.** 26. Concluir, deduzir: *A afirmação não era verídica: todos o podiam ver do depoimento.* **Int.** 27. Perceber as coisas pela visão, pelo sentido da vista; enxergar: “Ver é o supremo bem. Eu insisto em cismar / Se a alma será, talvez, uma função do olhar...” (Vicente de Carvalho, *Poemas e Canções*, p. 103); “Ver só com os olhos / É fácil e vão: / Por dentro das coisas / É que as coisas são.” (Carlos Queirós, *Breve Tratado de Não-Versificação*, p. 25) **P.** 28. Contemplar-se,

mirar-se, rever-se: Via-se nas águas claras da lagoa. 29. Reconhecer-se: Vendo-se vencido, retirou-se do torneio. 30. Achar-se (em algum estado, condição, situação): Vendo-se desarmado, entregou-se à polícia. 31. Encontrar-se, achar-se (em algum lugar): Vendo-se no campo de batalha, sentiu-se forçado a lutar. 32. Encontrar-se, avistar-se reciprocamente: Quando se viram, depois de tantos anos, abraçaram-se comovidos. [Irreg.Pres. ind.: vejo, vê, vê, vemos, vedes (ê), vêem; imperf.: via, vias, etc.; perf.: vi, viste, viu, etc.; m.-q-perf.: vira, ... víramos, víreis, etc.; fut. pres.: verei, verás, etc.; fut.pret.: veria, verias, etc.; imperat.: vê, ...vede (ê), etc.; pres. subj.: veja (ê), vejas (ê), etc.; imperf.: visse, visses, etc.; fut.: vir, vires, etc.; ger.: vendo; part.: visto. Cf. vez, s.f.; Vez, top.; vedes e vede, do v. vedar; vêem, do v. vir; víramos, do v. virar; víreis, dos v. virar e vir; Véria, antr.; o fut. pret. de vir; veraz, adj. 2g; e Veraz, antr.] – s. m. 33. Opinião, juízo; modo de ver: A meu ver, Pedro não tem razão. – **De ver, cheirar e guardar.** Bras. N.E. Pop. Belíssimo; raro, precioso, excelente, maravilhoso: É uma pequena de ver, cheirar e guardar. **Estar amarelo de ver.** Bras.N.E. Pop. Ter visto muitíssimas vezes; estar careca de ver. **Nunca ter visto mais gordo.** Bras. Nunca ter avistado anteriormente; desconhecer de todo: O rapaz de quem falas, nunca vi mais gordo.

ver². [Alter. de vir, por infl. de ver¹, poss.] **V. t. d.** Trazer, buscar: “o Sr. Antunes retirou-se alguns minutos da sala; ia ver charutos.” (Machado de Assis, Iaiá Garcia, p. 630); “ – Vai ver os ovos ali na venda.” (França Júnior, *Folhetins*, p.536); “ – Vai-me ver água, disse , estou com sede.” (Alberto de Oliveira, *Poesias*, 2ª série, p.312); “mandei ver, em Torino, as obras sobre a genealogia das casas nobres italianas” (Alfredo Brandão, *Crônicas Alagoanas*, p. 106). [Cremos estar indicionarizado este sentido de ‘trazer, buscar’, equiv. aproximado de *fazer vir* e *mandar vir*, e que por isso nos parece antes prender-se ao verbo *vir*, contaminado com *ver*, do que a este último verbo, puro e simples. Conjug. v. ver¹.

Em Holanda (1999), foi possível encontrar um número maior de sentidos para o verbo “ver”, em relação a Bastos (1912). Nota-se que todos os usos considerados por Bastos podem ser encontrados em Holanda (1999), inclusive o sentido em que o verbo assume a função de substantivo, como podemos ver na definição número 33: “opinião”, “juízo” e “modo de ver”. Também é possível encontrar em Holanda (1999) definições desconsideradas por Bastos (1912), como “estudar”, “ler”, “prestar serviços médicos”, entre outros. Vemos, ainda, que o dicionário de Holanda (1999), assim como o de Bastos (1912), destaca para o verbo “ver” sentidos [-subjativos], como “enxergar”, “assistir” e “encontrar-se, e [+subjativos], como “fantasiar”, “considerar” e “avaliar”. Conforme veremos no Capítulo IV, alguns desses usos foram, também, encontrados em nossos dados. Destacamos, ainda, que esse dicionário também considera que o verbo “ver” pode ter um sentido “híbrido”, em que se percebe a presença concomitante de percepção sensorial e de percepção cognitiva, o que igualmente foi

verificado em nossa análise, como também demonstraremos no Capítulo IV – mais especificamente, na seção 4.3. Isso pode ser atestado pela primeira definição dada ao verbo pelo dicionarista, que afirma que “ver” pode ter a acepção de “conhecer ou perceber pela visão”.

Já no *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (HOUAISS, 2001), encontramos os sentidos descritos abaixo:

Quadro 5 - Sentidos de “ver” retirados de *Houaiss* (2001, p. 2843)

ver v. (sXIII cf. FichIVPM) **1 t.d.int.** perceber pela visão; enxergar <viu a luz acesa> <o cego não vê> **2 t.d.e pron.** olhar para (algo, alguém ou si próprio), contemplar(-se) <v. paisagens> <v. os desenhos> <via-se demoradamente no espelho> **3 t.d.int.** distinguir ou alcançar com a vista; avistar, divisar, enxergar <ao fim da estrada, viram a fazenda> <possuía terras até onde se pode v.> **4 t.d.** estar presente a, testemunhar, assistir <v. um desfile> <v. uma agressão> **5 t.d.** ter conhecimento ou experiência de <é a melhor pessoa que já vi> <já viu laranja mais doce?> **6 t.d.** atentar em, ter cuidado a respeito de; cuidar <nunca vê com quem sai, e acaba se dando mal> <não viu por onde andava?> **7 t.d.** tomar conhecimento de, descobrir, entender, dar-se conta <depois de ler vários parágrafos, vi a importância do assunto> <demorei, mas acabei vendo a resposta que deveria dar-lhe> **8 t.d. e pron.** encontrar-se, avistar-se (com outro ou um ao outro) <vé a namorada todos os dias> <vejo você a noite> <vêem-se aos domingos> <viram-se na praia> **9 t.d.** ter encontro com, receber <o presidente var v. os sindicalistas amanhã> **10 t.d.** visitar (alguém) para prestar-lhe certo tipo de serviço profissional <o médico foi v. os doentes> <o vendedor prefere v. os clientes em casa> **11 t.d. e pron.** manter relacionamento ou contato com (alguém ou um com outro); frequentar(-se), conviver, estar junto <separados, a mulher não vê mais o ex-marido> <vivem na mesma cidade, mas não se vêem> **12 t.d.** ir para rever ou conhecer (alguém, um lugar); visitar <no domingo viu os pais, depois foi ao cinema> <nessa viagem vi todo o Sul do Brasil> **13 t.d.** consultar-se com <v. um médico; v. uma mãe de santo> **14 t.d.** admitir como verdade, constatar, reconhecer, perceber <você não vê que não gosto mais dele?> <não quer v. a realidade> **15 t.d.** atentar para, ter em conta, olhar, reparar <saiu com um estranho sem v. quem ele era> **16 t.d.** chegar à conclusão de; concluir, deduzir, inferir <considerando todos os fatos, viu que ele merecia aumento> **17 t.d.** observar, notar, perceber, reparar, sentir <na cozinha, vi que o jantar já estava pronto> <não vira que ela usava o vestido novo> **18 t.d.** experimentar, provar, verificar <aquela pêra está verde, vejamos esta outra> <vamos v. como está o bolo> **19 t.d. fig.** criar ideias fantásticas ou falsas sobre (algo); imaginar, fantasiar <ele anda vendo coisas> <vé maldade em tudo> **20 t.d. fig.** fazer voltar à mente, à memória; recordar, evocar <mesmo longe de casa, ainda via o pai na sua cadeira de balanço> **21 t.d. fig.** ter conhecimento antecipado de; prever, antever <muitos anos antes de o filho nascer, ela já via como seu futuro seria brilhante> **22 t.d.** fazer indagação ou investigação sobre; perguntar, examinar, verificar <antes de abrir a porta, v. quem bateu> <veja o que ele quer> **23 t.d.**

pesquisar algo em; estudar, ler <ainda não vi esta lição> <a respeito deste poeta, só me falta v. a enciclopédia> **24** t.d. procurar por (algo) <se não encontrar o livro na estante, vá ver em cima da mesa> **25** t.d. examinar com atenção, analisar, conferir < o juiz ainda não viu o processo> **26** t.d. fazer avaliação de, ponderar, considerar, calcular <v. as vantagens e desvantagens de algo> <v. se os preços compensam> **27** t.d.pred. e pron. fazer julgamento de (de outrem ou de si mesmo); apreciar(-se), avaliar(-se), considerar(-se), reputar(-se) <vê os pais com muito rigor> <v. algo com maus olhos> <vê-se como vítima> <ela se vê melhor que os outros> **28** t.d.pred. e pron. encontrar(-se) em algum estado ou situação <viu sua saúde arruinada pelo cigarro> <vimo-nos perdidos na estrada> **29** pron. reconhecer-se <finalmente viu-se derrotado> **30** t.i. considerar como bom, atraente <não sei o que ele vê nessa sirigaita> **31** t.d. tomar conta de, ocupar-se de; cuidar <cedinho, via o café da manhã e o banho das crianças> **32** t.d. fazer uma tentativa ou uma experiência para chegar a (um resultado) <vai v. se consegue dinheiro para o filme> <passei a manhã vendo se tirava a mancha da toalha> **33** bit. procurar (algo) para (alguém, uma finalidade); providenciar, ir buscar, trazer <vou v. um livro bom pra você> <ficou de v. uma babá para os filhos> <foi à cozinha v. um cafezinho para as visitas> s.m. **34** modo de ver, de considerar; opinião, juízo <a meu v., ele é honesto> - **v.-se e desejar-se** estar muito aflito ou muito embarçado <via-se e desejava-se para satisfazer a todos> •**até mais v.** até logo, até a vista <agora parto, até mais v.> – GRAM **1**) a construção *ao que vejo* foi consid. Gal. pelos puristas, que sugeriram em seu lugar: *pelo que vejo*; **2**) conj. irreg.: a)pres.ind.: *vejo, vês, vê, vemos vedes, vêem*; b) pret. imp.: *via, etc.*; c) perf.: *vi etc.* d) mais-que-perf.: *vira etc.*; e) imper.: *vê, veja, vejamos, vede, vejam*; f) pres.subj.: *visse etc.*; g)imp.subj.: *visse etc.*; h) fut.subj.: *vir etc.*; i) part.: *visto etc.* – ETM lat. *vidĕo,es,vīdi,vīsum,ēre* ‘ver; olhar, ir ver; perceber; compreender; examinar, considerar; ver com os olhos do espírito’; ver *vid-*; f.hist. sXIII *uээр*, sXIII *uiren*, sXIV *bio*, sXIV *veê*, sXIV *veer*, sXIV *vejo*, sXIV *vegote*, sXIV *vejo*, sXIV *viu*, sXIV *vyo* – SIN/VAR ver sinonímia de *entrever* e *refletir*.

Nas definições do dicionário de Houaiss (2001), é possível encontrar a grande maioria das definições supracitadas no dicionário de Bastos (1912) e no dicionário de Holanda (1999). No entanto, o autor descreve alguns usos diferentes, como “tomar conhecimento de, descobrir, entender, dar-se conta”; “manter relacionamento ou contato com (alguém ou um com outro), frequentar(-se), conviver, estar junto” e “atentar em, ter cuidado a respeito de; cuidar”. Vale destacar, também, que Holanda (1999) classifica o uso de “ver” como “trazer, buscar” como “indicionarizado” e afirma que tal uso pode estar vinculado ao verbo “vir”, que, nos termos do próprio dicionário, estaria “contaminado por ‘ver’”. Entretanto, Houaiss (2001) considera aceitável a definição “procurar (algo) para (alguém, uma finalidade); providenciar, ir buscar, trazer” e mostra exemplos possíveis de serem encontrados na língua portuguesa que justificam esse sentido. Houaiss (2001), assim como Holanda (1999), apresenta tanto significados [-

subjativos] para o verbo, como “verificar”, “constatar” e “alcançar com a vista”, quanto sentidos considerados [+subjativos], como “notar”, “perceber” e “ponderar”.

Como vimos até o presente momento, são muitos os sentidos atribuídos ao verbo “ver”. A partir de cada obra consultada, nos deparamos com diversas acepções, que variam de acordo com o tratamento dado ao verbo por cada dicionarista. Delineando uma linha do tempo, foi possível notar que Bastos (1912) foi aquele que nos trouxe menos definições para o verbo, comparando-se aos outros dois dicionários. Holanda (1999) e Houaiss (2001), por sua vez, arrolam praticamente a mesma quantidade de sentidos, havendo mínimas divergências entre as definições apresentadas por ambos. Esses dicionaristas também citam algumas construções com o verbo analisado, no entanto, veremos, no Capítulo IV, que algumas construções encontradas em nossos dados não foram citadas pelos autores. Vale dizer também que, em todos os dicionários pesquisados, foram encontrados sentidos [-subjativos] e [+subjativos] do verbo “ver”. Como demonstraremos no Capítulo IV, também foram identificados em nossos dados usos [-subjativos] e [+subjativos] para o verbo “ver”, além de um uso que, a partir de considerações de Cezário (2001) e Carvalho (2004), denominamos de híbrido. Portanto, com base na pesquisa que realizamos no *Diccionario etymologico, prosodico e orthographico da lingua portuguesa* (BASTOS, 1912), no *Dicionário Aurélio* (HOLANDA, 1999) e no *Dicionário Houaiss da língua portuguesa* (HOUAISS, 2001), foi possível identificar os sentidos que são comumente atribuídos ao verbo “ver”.

2.3. Verbo “ver”: revisão teórica

São poucos os trabalhos que se dedicam a estudar os verbos perceptivos, mais especificamente o verbo “ver”, à luz do funcionalismo, que – como vimos no Capítulo I – é a abordagem que norteia este trabalho. Nesta seção, discutiremos os trabalhos de Cezário (2001) e Carvalho (2004), visto que neles encontramos, dentre outras questões, uma descrição sistemática do verbo perceptivo “ver”. Destacamos aqui que Carvalho (2004) se aproxima, mais pontualmente, da nossa pesquisa, uma vez que a autora – assim como nós – tem o objetivo de descrever os diferentes usos que caracterizam o verbo “ver”.

Em sua tese de doutorado, Cezário (2001) busca atestar estágios de gramaticalização nos períodos compostos por construções com os verbos “achar”, “ver”, “saber”, “mandar”, “querer” e “deixar” com cláusulas completivas. Como destaca a autora, os verbos “achar”, “ver” e “saber” podem apresentar um sentido cognitivo, enquanto os verbos “mandar”,

“querer” e “deixar” apresentam sentidos relacionados à vontade de um referente-sujeito.

Ao tratar especificamente de “ver”, Cezário (2001) identifica, em sua pesquisa, diferentes sentidos atribuídos a esse verbo, que se assemelham a alguns dos usos também encontrados por nós neste trabalho, dentre eles os sentidos de “enxergar”, “experimentar” “ouvir”, “perceber”, “entender”, “constatar”, “descobrir” e “pensar”, conforme demonstraremos no Capítulo IV. A autora também afirma ter encontrado um sentido que, segundo ela, seria “difícil de nomear”, que se assemelha ao advérbio “provavelmente”, que é o uso da expressão “vai ver que”.

A autora ainda identifica um outro uso para o verbo “ver” – que também foi encontrado em nossos dados –, o qual ela denomina de híbrido. Segundo Cezário (2001, p. 129), esse uso “é classificado como híbrido, uma vez que integra um sentido concreto relativo à visão e um abstrato relativo à percepção, à constatação ou à conclusão”.

Nesse sentido, a autora afirma que teve dificuldades para estabelecer fronteiras objetivas para distinguir alguns dos sentidos identificados. Assim, segundo ela, foi feito um amálgama com os sentidos considerados mais próximos. Sendo assim, os sentidos encontrados foram divididos da seguinte forma:

i) sentido de enxergar, experimentar (sentidos mais concretos diretamente ligados aos sentidos humanos):

(4) É que meu colega disse que **vê** você passando por aqui todos os dias (QUE32, N, R, Esc).

ii) sentido de perceber, entender, descobrir, pensar, concluir (sentidos mais abstratos ligados ao plano cognitivo):

(5) Hoje em em dia eu **vejo** que uma pessoa entrando no mercado de trabalho tem muito menos chances de conseguir um resultado satisfatório do que meus pais tiveram a trinta anos atrás na década de sessenta. (DAN2, O,R, Esc)

iii) sentido híbrido: quando o sentido concreto e abstrato estão co-ocorrendo:

(6) lembro assim totalmente ... só as coisa mais importante ... foi ... uma linda mulher ... eu assisti lá na casa do meu noivo ... era louca pra assistir ... uma amiga me recomendou ... né ... aí eu disse ... “vou **ver** se é bom mesmo” ... a história é muito boa mesmo (ROS3, R, L)

iv) sentido de verificar algo no futuro: esse sentido se expressa na estrutura “pra ver se...”, que se configura como uma gramaticalização do verbo em uma cláusula adverbial final:

(7) eh:: todo mundo quer dinheiro pra isso... quer dinheiro pra aquilo... e que ele tem que.... segurar... se não não dá... e nisso vai lançar imposto **pra ver se** entra mais dinheiro... agora... a gente é que sofre... né? porque eles estão lá... tentando... segurar... uma... uma (RAF6, D,R)

v) função de advérbio de dúvida (“vai ver que...”)

(8) botando gelo... aí... nada de passar... a dor... aí minha mãe chegava “que houve? que houve?” “ah... ele chutou a parede... **vai ver que** torceu o dedo...” “ah... meu/ o dedo dele... o dedo está quebrado...” começou a confusão... (RAF61, N, R)

Nesse sentido, de acordo com a autora, em (i), são agrupadas ocorrências em que o verbo “ver” refere-se apenas à visão física. Já em (ii), “ver” tem o sentido de “entender”, que segundo ela, está relacionado ao plano cognitivo, conforme podemos ver no exemplo (5). Em (iii), “ver” tem um sentido híbrido, uma vez que integra um sentido concreto relativo à visão e um abstrato, relativo à percepção. Em (iv), por sua vez, há a presença da construção “pra ver se”. Como destaca Cezário (2001, p. 130), nos casos em que o verbo “ver” figura em uma cláusula adverbial final, o seu sentido seria “difícil de se definir, tendendo a ser algo como ‘verificar’”. Para representar o uso descrito em (v), em que a construção da qual o verbo “ver” faz parte expressa dúvida, a autora afirma ter encontrado apenas duas ocorrências. No entanto, ela destaca que esta construção tem grande recorrência, ao menos na língua falada no Estado do Rio de Janeiro. Ela pontua que se trata, neste caso, de um uso sem sujeito, que apresenta o sentido de dúvida e que é cristalizado. Cezário (2001) também aponta que esse uso pode ser parafraseado através do advérbio “provavelmente” ou do verbo “dever”.

Em sua análise, constituída por um total de 194 ocorrências do verbo “ver” com complemento oracional, Cezário (2001) identificou 77 ocorrências do verbo com sentido mais concreto, isto é, com a acepção de “enxergar”, “experimentar” e “verificar”; 42 ocorrências com sentido abstrato, ou seja, “perceber”, “entender”, “descobrir”, “pensar”, “concluir”; 42 ocorrências com o sentido híbrido e 33 ocorrências com o sentido de “verificar algo no futuro”.

Diante disso, Cezário (2001) ressalta, baseando-se no princípio da unidirecionalidade, que o uso mais concreto – representado pelo sentido de “enxergar” – é fonte para os demais usos, já que, segundo ela, “foram gerados por transferência metafórica de um verbo que se refere ao sentido humano da visão e [o uso mais concreto] passa a codificar estados da mente (de percepção, interpretação, verificação ou dúvida)” (CEZÁRIO, 2001 p. 131). Já o sentido híbrido é considerado pela autora um uso intermediário entre o concreto propriamente dito e o abstrato. Vale destacar que “ver”, em “deixa eu ver”, foi considerado por Cezário (2001) um uso

abstrato ou cognitivo, enquanto nós tratamos o mesmo uso enquanto construção, conforme demonstraremos no Capítulo IV.

Ao realizar a análise das cláusulas com os verbos “achar”, “ver”, “saber”, “querer”, “mandar” e “deixar” como complemento oracional, Cezário (2001) considerou 9 fatores a fim de identificar os graus de integração entre as cláusulas. São eles: 1) modo da cláusula subordinada; 2) tempo do verbo da subordinada em relação ao tempo do verbo da principal; 3) presença ou ausência do sujeito na subordinada; 4) sujeito animado ou inanimado na subordinada; 5) controle; 6) implicação/causatividade; 7) sujeito idêntico ou sujeito diferente; 8) sujeito individuado ou não-individado; 9) inserção de material fônico.

Ao investigar cláusulas com “ver”, a autora afirma que não existem diferenças no que se refere aos graus de integração dos diferentes usos de “ver”. Cezário (2001) defende que o que determina se a estrutura com esse verbo é mais integrada ou menos integrada é o tipo de visão envolvida, ou seja, se a visão é direta ou indireta. De acordo com a autora, a visão direta está, normalmente, vinculada à ideia de “enxergar”, enquanto, por outro lado, a visão indireta se relaciona à ideia de percepção, à interpretação ou verificação no futuro. Para controlar esse tipo de função, a autora estabeleceu, a partir do trabalho de Garcia (2000 *apud* CEZÁRIO, 2001), uma nova categoria, válida apenas para o verbo “ver”, a qual ela denomina de “visão direta ou indireta”. Em sua pesquisa, Cezário (2001) conclui que a visão direta pode ser codificada tanto por uma completiva com conectivo e cláusula finita quanto por uma cláusula infinita. Por outro lado, a visão indireta só pode ser codificada por uma forma menos integrada, que é a completiva finita com o verbo no modo indicativo. Devido à relevância que a diferenciação entre o tipo de visão envolvida – se direta ou indireta – apresentou nos achados do trabalho de Cezário (2001), trataremos pontualmente desta questão em nossa análise de dados no Capítulo IV.

Outro trabalho que se propõe a investigar o processo de gramaticalização pelo qual passou o verbo “ver” foi realizado por Carvalho (2004), que se propõe a analisar cláusulas encaixadas¹⁰ completivas subcategorizadas por verbos causativos e perceptivos a fim de identificar suas características, suas idiosincrasias e seus pontos comuns e, com isso, questionar a postura de algumas gramáticas que as tratam conjuntamente e as analisam

¹⁰ Definimos encaixamento, neste trabalho, a partir de Halliday (1985), que o define como um mecanismo através do qual uma oração ou um sintagma funciona como constituinte dentro da estrutura de um grupo, que é um constituinte da oração. Desse modo, a relação entre a oração encaixada e a oração matriz é indireta, tendo um grupo como intermediador dessa relação – o qual se caracteriza, prototipicamente, pela conjunção integrante “que”. Este grupo marca o processo pelo qual uma oração independente passa a funcionar como membro de outra oração.

como se apresentassem o mesmo comportamento sintático.

No intuito de realizar sua investigação, Carvalho (2004) formula algumas hipóteses principais que guiam seu estudo: a primeira se refere ao fato de que as cláusulas encaixadas completivas subcategorizadas por verbos causativos e perceptivos evidenciam diferentes níveis de integração semântico-sintática, ao passo que a segunda busca comprovar se elas se encontram em distintas trajetórias do processo de gramaticalização. Para essa investigação, a autora assume uma perspectiva pancrônica, visto que conjuga, em sua pesquisa, a análise de dados sincrônicos e diacrônicos.

Dentre as duas categorias de cláusulas estudadas pela autora, foram escolhidos três verbos representantes do grupo dos causativos, sendo eles “mandar”, “deixar” e “fazer”; e três constituem o elenco dos verbos perceptivos, que são, no caso de sua pesquisa, “ver”, “ouvir” e “sentir”. O motivo pelo qual esses verbos foram escolhidos se deu, exclusivamente, por eles terem sido os mais frequentes na amostra.

Sobre a abordagem adotada pela autora, como já relatado acima, o estudo se baseia no funcionalismo para estudar o comportamento das estruturas com verbos causativos e perceptivos do português. No entanto, na tentativa de estabelecer um contraponto com a abordagem funcionalista, que norteia sua pesquisa, Carvalho (2004) cita trabalhos importantes dentro do quadro de referência teórica formalista, como Pontes (1973), Lobato (1975), Perini (1977) e Maier (1997). A seguir, trataremos, de forma breve e bastante pontual, dos trabalhos de Pontes (1973) e Perini (1977), uma vez que algumas das questões levantadas por estes autores são relevantes para este trabalho.

Pontes (1973 *apud* CARVALHO, 2004) investiga os verbos sensitivos “ver”, “sentir” e “ouvir” – tratados, neste trabalho, como perceptivos – e aponta algumas de suas características, tais como: (i) ocorrem com verbos no infinitivo; (ii) possuem sujeitos diferentes do sujeito do infinitivo; (iii) podem ser empregados com um infinitivo flexionado que concorda com o sujeito a que se refere; (iv) admitem como complemento um SN; (v) podem selecionar como objeto sentenças introduzidas por “que”. Após a análise do comportamento sintático dos verbos sensitivos, a autora conclui que esses verbos, da mesma forma que os verbos causativos, são transitivos, selecionando orações encaixadas introduzidas por “que” ou por orações não-finitas. Pontes (1973 *apud* CARVALHO, 2004) ainda afirma que o emprego de verbos sensitivos com sentenças infinitas ou com sentenças iniciadas por “que” implica diferença de sentido. Isso pode ser observado nos seguintes exemplos fornecidos pela autora:

(9) João **vê** que Maria sai.

(10) João **viu** Maria sair.

De acordo com Pontes (1973 *apud* CARVALHO, 2004), em (9), “ver” significa “perceber” (concluir a partir das circunstâncias) enquanto, em (10), sua acepção é de “assistir” ou “presenciar”. Essa diferença de sentido torna-se mais clara com a substituição do tempo verbal da sentença (9), visto que “ver” com acepção de “assistir”/“presenciar”, nos termos da autora, exige simultaneidade de ações. Assim, para ela, essa troca do tempo verbal ratifica, em (9), a acepção de “perceber” e “constatar”.

Seguindo essa perspectiva, Perini (1977 *apud* CEZÁRIO, 2001, p. 32) afirma que existem dois tipos de verbo *ver*: *ver1* com o sentido de ‘enxergar’ (percepção sensorial) e *ver2* com o sentido de ‘compreender’ (percepção intelectual). Para evidenciar esses dois sentidos, o autor cita os enunciados a seguir:

(11) **Ví** João correr.

(12) **Ví** que João corria.

Ao analisar essas duas sentenças, o autor afirma que elas não são sinônimas, já que, em (11), o verbo “ver” expressa uma percepção física, o que, para ele, seria “ver com os olhos”. Por outro lado, em (12), “ver” significa “compreender” através do contexto.

Em sua pesquisa, Carvalho (2004) ainda destaca que os verbos perceptivos subcategorizam cláusulas cujo conteúdo semântico indica algo que resultou da percepção do referente-sujeito da matriz e, desse modo, a percepção pode ser sensorial ou intelectual. Para ilustrar essa afirmação, a autora cita os exemplos a seguir com os verbos “sentir” e “ver”, respectivamente:

(13) E: E quando tem tiroteio como é que é?

F: Ah é um pânico, a gente sempre, se olha vê se não tá ferido, a gente sempre procura alguma coisa, se está ferido que realmente o projétil a **gente só sente queimar**, quando procura já tá ferido. (Inf. 26, Amostra 00 (C), Ginásio, p.07)

(14) E: Você já correu algum perigo de vida?

F: Já, várias vezes. Baile funk.

E: Baile funk, como é que foi?

F: Ah... baile funk... é aquele tipo [de-] [de-] de coisa que a senhora sempre vê na televisão. É briga, é divisão... Eu já fiquei naquele meio, mas (hes) isso aí já era tempo... Mas eu já... parei com isso que **eu vi que isso aí não dá “camisa” a ninguém**. (Inf. 05, Amostra 00 (C), p. 15)

Segundo Carvalho (2004), em (13), o verbo perceptivo “sentir” tem o sentido de “experimentar uma sensação física” e refere-se unicamente à percepção sensorial (a sensação de queimadura que uma bala pode causar no corpo humano). Já em (14), “ver” exprime percepção intelectual, pois apresenta a acepção de “chegar à conclusão acerca de algo”. Neste caso, como vemos, o informante, neste momento da entrevista, chega à conclusão de que não é possível obter benefícios frequentando bailes funk diante de sua própria experiência nesse tipo de ambiente.

Vale lembrar, conforme dissemos acima, que Cavalho (2004) encontrou também, dentre as construções complexas que fizeram parte de sua análise, situações em que o verbo “ver” apresenta um valor semântico híbrido, apresentando, segundo ela, uma intersecção dos sentidos concreto e abstrato, como se pode ver no exemplo a seguir:

(15) A pessoa vai fazê, vai fazê, vai tê que <acert.>(hes)... eu num tenho superstição, [eu]... eu chego em casa, eu **vejo** que ela tem muito trabalho, eu num <gos...> [num]... num chego que nem essas pessoas que joga a meia pra lá e joga isso pra cá... (Inf. 25, Amostra 00 (C), Primário, p.09)

Na ocorrência acima, observamos que o verbo “ver” comporta simultaneamente um sentido relacionado à visão física e um sentido ligado à percepção ou à constatação de algo no plano mental. O informante chega a sua casa e avista muito trabalho a ser feito, o que o leva a concluir que a pessoa da qual está falando “tem muito trabalho”. Nesse sentido, a partir do que é concreto e percebido sensorialmente, se torna possível “perceber” e “concluir” algo. Segundo a autora, também o verbo “sentir” foi, algumas vezes, nos dados por ela levantados, empregado com sentido híbrido.

Ao tratar do sentido híbrido, Carvalho (2004) se reporta aos trabalhos de Sweetser (1990) e Votre (1999). A seguir, destacaremos as questões por ela levantadas acerca desses trabalhos.

Sweetser (1990), no trabalho que já foi discutido na seção 2.1. e que será retomado no Capítulo IV, afirma ser comum o uso de verbos perceptivos relacionados ao domínio físico – isto é, verbos de significado mais concreto – para expressar ideias do domínio intelectual. Ela defende que, nos verbos perceptivos, se evidencia um processo de metaforização, com trajetória de mudança que parte de sentidos mais concretos para mais abstratos. A autora também mostra que as associações entre percepção física e mental via transferência metafórica não são correspondências ao acaso, mas são relações altamente motivadas. Em oposição a esse pensamento, Votre (1999 *apud* Carvalho, 2004) defende que, em se tratando

do verbo “ver”, não existem evidências de uma trajetória que parta do sentido concreto para o sentido abstrato. Em estudos sobre esse verbo perceptivo, baseados em dados empíricos do latim e do português arcaico e contemporâneo, o autor conclui que essa relação entre sentidos concretos e abstratos não poderia ser comprovada.

Carvalho (2004) também destaca que o verbo “ver”, além de expressar percepção sensorial e percepção intelectual e de apresentar um sentido híbrido, ainda pode possuir sentidos que ela denomina de “ainda mais abstratos”. Nesse caso, como a autora destaca, o verbo “ver” assumiria, no discurso, funções pragmáticas. Um exemplo desse uso seria quando o verbo “ver” assume a função de marcador discursivo, como vemos no exemplo a seguir:

(16) E isso dói, isso incomoda, né? porque tem pessoas maravilhosas que não são tão belas, por fora, mas que são grandes atores (est). **Você vê**, as melhores atrizes, que eu acho, que nós temos, que é Marília Pêra e Fernanda Montenegro, não são exemplos de beleza. Se for julgar pela beleza, são pessoas comuns. (est). Mas se fosse pensar assim, elas nunca seriam o que elas são. (est) Né? então isso incomoda muito, né? (Inf. 24, Amostra 00 (C), Colegial, p. 04)

Na ocorrência acima, “ver” unido ao pronome “você” assume a função de marcador discursivo. Segundo a autora, “ver”, em (16), situa-se em uma construção que comporta traços semântico-pragmáticos de impessoalidade. Ao fazer uso dessa construção, o falante pretende chamar a atenção de seu ouvinte para o que se fala; nesse caso, o fato de as melhores atrizes não serem sinônimos de beleza. Conforme demonstraremos no Capítulo IV, dentre os marcadores discursivos encontrados em nossos dados e caracterizados em nossa análise, também se encontra “você vê”.

Ao analisar seus dados, Carvalho (2004) percebe que o verbo perceptivo “ver” obteve alto índice de ocorrência em comparação aos outros verbos perceptivos que fizeram parte de seu estudo. A autora afirma que esse fator pode constituir uma evidência da relevância cognitiva desse verbo e lembra das palavras de Sweetser (1990), a qual defende que, além de a visão ser considerada nossa primeira fonte de dados objetivos acerca do mundo, em nosso cotidiano há um amplo número de objetos que fornecem mais estímulos visuais do que auditivos, por exemplo.

Desse modo, autora também destaca que, dos três verbos perceptivos analisados, “ver” é o que apresentou uma maior gama de significados, que se referem tanto à percepção sensorial como à percepção intelectual. Ela também afirma que esse verbo ainda pode apresentar, em um mesmo domínio (físico ou mental), significados muito próximos entre si, tornando difícil a delimitação clara da diferença de uma acepção e outra em um determinado

contexto. Para reforçar seu pensamento, a autora cita Votre (2001), o qual acredita que a dificuldade de classificar alguns usos desse verbo sugere o caráter complexo, indefinido e indeterminado de seu perfil semântico.

Diante das considerações acima, a autora optou por categorizar alguns usos de “ver” considerando os seguintes critérios: (a) a referência ao domínio físico e/ou cognitivo; (b) a ocorrência em um contexto sintático ou discursivo específico; e (c) o desempenho de funções gramaticais ou pragmáticas. A partir desses critérios, a autora agrupou as ocorrências do verbo da seguinte forma (CARVALHO, 2004, 178-179):

VER¹: sentidos que remetem somente ao domínio físico (‘enxergar’, ‘presenciar’, ‘experimentar através dos sentidos’, ‘ouvir’, ‘verificar’, ‘constatar’ etc.).

VER²: sentidos que se referem a uma atividade mental (‘perceber’, ‘entender’, ‘descobrir’, ‘pensar’, ‘concluir’, ‘comprovar’, ‘tomar conhecimento, saber’ etc.).

VER³: sentido híbrido, que remete tanto ao domínio físico como ao domínio cognitivo.

VER⁴: sentido de ‘verificar algo no futuro’, que geralmente se atualiza linguisticamente em estruturas de finalidade do tipo “p(a)ra ver se” ou “p(a)ra ver com”.

VER⁵: uso que se aproxima de um advérbio de dúvida na expressão “vai ver que”.

VER⁶: usos como marcadores discursivos, que são os casos de “deixa eu ver” e “você vê”.

Em seu trabalho, a autora analisou as ocorrências do verbo “ver” qualitativa e quantitativamente. A partir da análise qualitativa, ela percebeu algumas particularidades sobre cada uso do verbo (CARVALHO, 2004, p. 182-184). As apresentamos, de forma sucinta, a seguir:

VER¹: demonstrou admitir sentenças finitas e não-finitas, sendo que as finitas podem ser introduzidas por conjunções integrantes, pronomes ou advérbios interrogativos. Já as não-finitas podem ocorrer com verbos no infinitivo e no gerúndio.

VER²: pode ocorrer com completivas finitas e não-finitas (neste caso, somente quando tem o sentido se de “tomar conhecimento”, “saber”).

VER³: demonstrou realizar-se apenas com orações finitas.

VER⁴: subcategoriza apenas sentenças finitas introduzidas pela conjunção integrante “se” ou pelo advérbio interrogativo “como”.

VER⁵: representado pela expressão “vai ver que”, é empregado apenas em um contexto

cristalizado. Nesse uso, o verbo “ver” se realiza sempre na forma perifrástica do futuro, ou seja, na terceira pessoa do singular, e apresenta-se sempre sem a explicitação do sujeito e pode ser seguido ou não da conjunção “que”.

VER⁶: engloba dois empregos de “ver” que exercem a função de marcadores discursivos: “deixá eu ver” e você vê”.

Na análise quantitativa, a autora constata que o uso VER¹ é o mais frequente dentre as ocorrências; já VER⁵, uso que a autora considera mais gramaticalizado, teve o número de ocorrências mais baixo em comparação aos demais usos. Como a análise realizada neste trabalho não seguirá os mesmos critérios quantitativos empregados por Carvalho (2004) em sua pesquisa, não detalharemos aqui os resultados por ela obtidos.

2.4. Conclusões

O presente capítulo preocupou-se em apresentar discussões importantes sobre o verbo “ver”. Foram apontadas questões relevantes acerca dos verbos perceptivos – categoria que esse verbo integra – e foram levantadas as principais características dos verbos que são considerados perceptivos. No que se refere a essa categoria verbal, vimos que ela envolve a percepção física, estando, desse modo, relacionada aos cinco sentidos – audição, visão, tato, olfato e paladar. A partir de algumas considerações de Sweetser (1990), Cezário (2001), Freire (2009) e Carvalho (2008), foi possível identificar características fundamentais desse grupo de verbos, permitindo-nos obter colaborações importantes para a análise que será empreendida no Capítulo IV.

Em um segundo momento, reunimos diferentes acepções atribuídas a “ver” a partir de três diferentes dicionários, a fim de fazer um levantamento dos sentidos comumente relacionados a esse verbo e, desse modo, observar as similaridades e as diferenças no tratamento de “ver” por parte dos dicionaristas. Desse modo, arrolamos as principais definições atribuídas ao verbo “ver” a partir das obras de Bastos (1912), Holanda (1999) e Houaiss (2001). A partir dos sentidos apresentados, foi possível confrontá-los aos usos encontrados em nosso *corpus*, permitindo que identificássemos a existência de novas construções em situações de uso. No capítulo IV, descreveremos minuciosamente os usos encontrados e os associaremos aos sentidos descritos neste capítulo.

Em um terceiro momento, resenhamos dois trabalhos funcionalistas que têm, como um de seus objetivos, investigar o uso do verbo “ver” na língua portuguesa. Nesse sentido, foram

apresentadas algumas questões levantadas por Cezário (2001) e Carvalho (2004) acerca do verbo "ver". No capítulo IV, evidenciaremos em que medida nossas conclusões vão ao encontro ou não do que apontam as autoras.

CAPÍTULO III

PRESSUPOSTOS METODOLÓGICOS

Este capítulo apresenta a metodologia utilizada em nossa análise. Em um primeiro momento, descreveremos o *corpus* sincrônico através do qual reunimos os dados analisados neste trabalho. Em seguida, evidenciaremos o método de pesquisa adotado, que, apesar de ser essencialmente qualitativo, se pauta paralelamente no levantamento da frequência de uso, visto que nos baseamos nas considerações de Bybee (2003), Vitral (2006) e Martelotta (2009), que partem do princípio de que a frequência de uso pode atuar como um importante subsídio para atestar processos de gramaticalização.

3.1. A constituição do *corpus*

Em nossa análise, optamos por utilizar um *corpus* em particular, o qual recobre parte do dialeto mineiro. Conforme demonstraremos mais adiante, mesmo trabalhando com um único *corpus*, obtivemos – a partir do levantamento de dados que realizamos – uma representatividade considerável do verbo “ver”.

Em nossa pesquisa, selecionamos entrevistas do *corpus* do “Projeto Mineirês: a construção de um dialeto”, coordenado pela Profa. Jânia Martins Ramos, na Universidade Federal de Minas Gerais. Nesse projeto, foram realizadas entrevistas em seis cidades mineiras, com o objetivo de identificar e descrever especificidades do dialeto mineiro contemporâneo. Outro objetivo pretendido pelo projeto é fornecer explicações de natureza sócio-histórica acerca dos fatos descritos. Dentre as cidades que constituem o *corpus* do projeto, estão: a) Belo Horizonte; b) Ouro Preto; c) Arceburgo; d) São João da Ponte; e) Piranga; f) Mariana. As entrevistas selecionadas para esta pesquisa (ANEXO 1) totalizam 300.000 palavras.

Nossa intenção inicial era analisar o uso do verbo “ver” em outros *corpora*, no entanto, somente no “Projeto Mineirês: a construção de um dialeto”, foi identificado um número considerável de ocorrências de “ver” – mais precisamente 833 ocorrências. Visto que nosso

objetivo era analisar minuciosamente cada uso e seu possível padrão construcional, verificamos que o *corpus* com o qual trabalhamos, desde o início, atendia aos objetivos da pesquisa.

Também fazia parte de nosso objetivo inicial investigar a distribuição do verbo “ver” em *corpora* diacrônicos, contrapondo os resultados encontrados nesses *corpora* a dados contemporâneos. Diante da alta frequência do verbo “ver” no *corpus* utilizado nesta pesquisa, optamos por não realizar essa comparação, mas temos a intenção de, em trabalhos futuros, contrapor os resultados que obtivemos aqui a evidências de cunho diacrônico.

Destacamos, ainda, que não foi nossa intenção analisar os usos do verbo “ver” de acordo com as diferentes cidades que compõem o *corpus* utilizado neste trabalho. Além de não ser este um de nossos objetivos, ressaltamos que não há equidade no tamanho das entrevistas realizadas nas cidades que constituem o *corpus*. Como consideramos que a frequência de uso pode, de fato, atuar como um instrumento importante para atestar processos de gramaticalização (BYBEE, 2003; VITRAL, 2006; MARTELOTTA, 2009), acreditamos que a comparação entre bancos de dados com número de palavras divergente pode enviesar os resultados, já que é esperado que, em *corpora* mais extensos, seja encontrado um maior número de ocorrências do objeto analisado. Desse modo, consideramos o *corpus* do “Projeto Mineirês: a construção de um dialeto” como um todo, sem realizar um estudo pontual direcionado para as diferenças diatópicas em sua constituição.

Com base nas considerações acima, acreditamos que, a partir da análise de um considerável número de ocorrências obtidas no *corpus* do “Projeto Mineirês: a construção de um dialeto”, será possível descrever a polissemia e a gramaticalização do verbo “ver”, tratando de seus diferentes usos e da instanciação de possíveis padrões construcionais.

3.2. A metodologia qualitativa e o papel da frequência na análise de processos de gramaticalização

Como já foi dito, nossa pesquisa se propõe a realizar uma investigação qualitativa acerca da distribuição do verbo “ver”. No entanto, acreditamos que o levantamento da frequência de uso atuará como um importante subsídio em nossa pesquisa, visto que, como discutiremos adiante, a frequência de uso pode, de fato, atuar como um instrumento importante para ajudar a atestar processos de gramaticalização (BYBEE, 2003; VITRAL, 2006; MARTELOTTA, 2009).

Sobre o equacionamento das metodologias qualitativa e quantitativa, Schiffrin (1987) afirma que é comum mesclar as duas perspectivas – mesmo que em graus diferentes –, uma vez que é necessária a descrição prévia das categorias nas quais os dados serão enquadrados e a elaboração de generalizações analíticas a partir da quantificação dos dados. Segundo a autora, na perspectiva qualitativa, se acredita que um número elevado de ocorrências de determinados padrões permite uma análise precisa da estrutura, enquanto que, na perspectiva quantitativa, o índice elevado de ocorrências é relevante para que a análise tenha representatividade estatística. Vale destacar que, neste trabalho, não será realizada uma análise quantitativa dos dados nos termos, por exemplo, em que atua a Sociolinguística Variacionista, mas sim um levantamento da frequência dos usos identificados para o verbo “ver” a partir da instanciamento de seus possíveis padrões construcionais e dos graus de gramaticalização desse verbo nas diferentes construções identificadas.

Apesar de ser uma tarefa árdua definir o que seja pesquisa qualitativa, como já apontam Denzin e Lincoln (2000), é possível dizer que nela o pesquisador está “inserido” no mundo, não sendo apenas um observador. Como pontuam os autores, a pesquisa qualitativa é uma atividade situada que loca o observador no mundo. Ela, portanto, consiste em um grupo de práticas interpretativas que tornam o mundo visível. Seguindo esse pensamento, Bryman (1998) destaca que a metodologia qualitativa enfatiza a perspectiva do pesquisador em relação ao objeto de análise. Além disso, tal perspectiva também se preocupa em oferecer uma descrição detalhada do objeto de pesquisa a ser observado, compreendendo seu contexto e tendo em mente que categorizações – em nosso caso, os usos e os possíveis padrões construcionais identificados para o verbo “ver” – surgem a partir dos dados, e não de categorizações pré-estabelecidas. Desse modo, podemos dizer que a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo.

Após discutir o escopo da metodologia qualitativa e de ressaltar seu papel neste trabalho, trataremos pontualmente, a seguir, da importância do levantamento da frequência de uso nos processos de gramaticalização (BYBEE, 2003; VITRAL, 2006; MARTELOTTA, 2009).

Bybee (2003) defende que o aumento da frequência de uso é um traço definidor do processo de gramaticalização. Segundo ela, a padronização/recorrência do novo padrão de uso leva ao reconhecimento de que se trata de gramaticalização. Nesse sentido, a autora advoga a favor do papel decisivo exercido pela repetição. De acordo com Bybee (2003), temos gramaticalização quando sequências de palavras ou morfemas sofrem um aumento em sua frequência, de modo que sejam interpretadas como uma “unidade única de processamento”. Em outras palavras, quando as sequências de palavras e os morfemas são frequentemente

usados, eles passam a ser interpretados como uma construção, e não como partes isoladas que compõem um todo. Isso é representado pelo princípio da fraca composicionalidade – já discutido no Capítulo I. Desse modo, a autora afirma o seguinte:

Defenderei uma nova definição de gramaticalização, a qual reconhece o papel crucial da repetição na gramaticalização e a caracteriza como o processo pelo qual uma sequência de palavras ou morfemas frequentemente usada se torna autônoma como uma unidade única de processamento. (BYBEE, 2003, p. 603)

Dessa forma, Bybee (2003), além de reforçar o papel da repetição na gramaticalização, assume uma visão construcionista desse processo, visto que acredita que é uma construção com itens lexicais que – ao se tornar recorrente na língua – se torna gramaticalizada, e não apenas um item lexical ou um item gramatical que se gramaticaliza. Conforme mostraremos no Capítulo IV, a partir do aumento da frequência de uso, será possível não somente identificar a gramaticalização do verbo “ver”, como também reconhecer o processo a partir da regularização/recorrência dos novos padrões de uso.

Ao tratar, ainda, da importância da frequência de uso, Bybee (2003) destaca que um dos processos que pode caracterizar a gramaticalização é a redução fonológica. A autora acredita na existência de uma associação significativa entre o grau de gramaticalização semântica e a redução fonológica. Ela aponta também que a perda da transparência semântica devido ao processo de gramaticalização viabiliza uma expansão funcional da construção gramaticalizada. Desse modo, a nova construção se ritualiza em novos contextos a partir de novas associações pragmáticas.

Vitral (2006), assim como Bybee (2003), considera a frequência um fator crucial que nos permite afirmar estar em curso um processo de gramaticalização. Ele destaca que a frequência é um dos critérios de identificação de processos de gramaticalização, assim como os critérios sintáticos, morfofonéticos e semânticos. Segundo o autor, “a apreciação da frequência de ocorrência [...] e a comparação dos valores encontrados é [...] o instrumento decisivo que nos permite afirmar estar em curso um processo de gramaticalização” (VITRAL, 2006, p. 155).

Martelotta (2009, p. 3), amparado teoricamente em Bybee (2006), defende que “a linguagem constitui um sistema complexo no qual fenômenos ocorridos no uso real com altos graus de repetição dão base para o desenvolvimento de uma gramática”. Nesse sentido, o autor defende que, em análises de cunho funcionalista, a frequência de elementos linguísticos em diferentes contextos de uso é primordial para identificar suas relações com fatores pragmáticos. Esse fato, segundo ele, oferece material para que se possam descrever os

valores comunicativos desses elementos no uso efetivo da língua e nos movimentos de mudança que o caracterizam. O autor ainda trata dos termos “discurso” e “gramática” e conclui que o primeiro é parte da gramática, visto que, “através dele, são atualizados um conjunto de procedimentos cognitivos e comunicativos que, pela repetição, serão cristalizados, ou ritualizados, na gramática das diferentes línguas” (MARTELOTTA, 2009, p. 12). Desse modo, o autor dialoga com o que afirmam Bybee (2003) e Vitral (2006), reforçando a importância da frequência de uso no estudo da gramaticalização.

Portanto, defendemos que o levantamento da frequência de uso tem papel significativo neste trabalho, como veremos no Capítulo IV. Através desse tipo de levantamento, indicaremos os usos de “ver” que são mais frequentes na língua e que estariam, como acreditamos, mais gramaticalizados. Utilizaremos, também, critérios de frequência, aliados à metodologia qualitativa, para descrever os possíveis padrões construcionais que subjazem aos usos encontrados no *corpus* analisado.

CAPÍTULO IV

ANÁLISE DOS DADOS

Este capítulo, destinado à análise dos dados, organiza-se de modo a: a) abordar os usos identificados para o verbo “ver”, considerando o percurso de mudança [-subjetivo] > [+ (inter)subjetivo]; b) e tratar dos possíveis padrões construcionais a partir dos quais se instancia cada um dos usos identificados.

Nesse sentido, descreveremos os diferentes usos do verbo “ver” verificados no *corpus* analisado, realizando o levantamento de sua frequência. Conforme discutido no Capítulo III, o levantamento da frequência é, como acreditamos, um subsídio importante para se atestar o grau de gramaticalização (BYBEE, 2003; VITRAL, 2006). Em nossa pesquisa, encontramos três diferentes usos para o verbo “ver” e, ainda, outras construções nas quais figura o verbo em questão. No caso das outras construções, conforme demonstraremos, identificamos uma frequência bastante expressiva de marcadores discursivos. Em virtude do resultado obtido, dedicaremos uma seção específica para os marcadores discursivos nos quais figura o verbo “ver”, ao passo que as demais construções identificadas serão analisadas conjuntamente em uma outra seção devido à sua menor frequência no *corpus*.

Os três usos encontrados – os quais são categorizados, neste trabalho, como **Ver 1**, **Ver 2** e **Ver 3** – revelam, respectivamente, o sentido de percepção sensorial, percepção cognitiva¹¹ e, ainda, um sentido que reconhecemos como sendo híbrido, já que nele pode ser atestada uma mescla entre percepção sensorial e percepção cognitiva. Destacamos aqui que a identificação desses três usos corrobora os achados de Cezário (2001) e Carvalho (2004), visto que as autoras, conforme apontado no Capítulo II – mais precisamente, na seção 2.3. – também evidenciam que verbo “ver” pode apresentar percepção sensorial, percepção cognitiva e um uso híbrido no qual as duas percepções estão presentes¹². Abaixo descrevemos cada um desses três usos e os exemplificamos.

¹¹ Ao tratar do uso mais abstrato de “ver”, Cezário (2001) usa o termo “percepção cognitiva”, enquanto Carvalho (2004) opta por “percepção intelectual”. Neste trabalho, compartilhamos o termo adotado por Cezário (2001) – “percepção cognitiva” – ao abordar os usos abstrato e híbrido do verbo.

¹² Destacamos que, no tratamento dos usos de “ver”, operaremos com as noções de metonimização e metaforização. Conforme discutido no Capítulo I, a metonimização estaria na base da metaforização e poderia ser interpretada como um mecanismo conceptual através do qual inferências sugeridas são semanticizadas através

a) **Ver 1**: expressa percepção sensorial, podendo ser parafraseado, por exemplo, por “enxergar”, “presenciar” e “olhar”. Ao ser confrontado com os demais usos identificados, apresenta um sentido [- subjetivo], questão que será discutida, de forma mais abrangente, na seção 4.1., a qual será dedicada à análise pontual de **Ver 1**. Vejamos, a seguir, algumas ocorrências deste primeiro uso:

(17) E minha prima tem, é :: tinha um amigo que **via** muitas fotos minhas e falava que eu era legal e que eu era, ó, legal (balanço dos lábios), ele nem me conhecia, que eu era muito bonita e tudo.

(18) Assim eu gosto de i... É pelo menos pra podê assisti, sabe? Dan, dan eh... Danceteria eu gosto de i bastante. Eu num sô assim muito de dançá, mas eu gosto de i pra podê é... Assim, **vê** o pessoal dançano. Como eu não danço mesmo. Adoro i im show.

(19) Minha vó contava que na época, da minha vó, tinha uma mulher que traia o marido. Que traia o marido e que a noite, o amante dela fico debaixo da cama, ai a hora que o marido dela dormiu, ele foi com o machado e matou o marido da mulher. Minha vó me contava que isso era ... realmente era verdade. Então todo dia, até hoje, eu na hora de dormi olhe debaixo da cama, porque eu morro de medo. Olho debaixo da cama, dentro do guarda-ropa...tudo pra **vê** se num tem ninguém. E isso eu tenho medo até hoje.

Conforme podemos atestar nas ocorrências acima, “ver” expressa a percepção sensorial dos falantes acerca do evento percebido. Em (17), a entrevistada relata que sua prima tinha um amigo que observava suas fotos e, diante de sua observação, afirmava que ela era uma pessoa “legal” e “bonita”. Em (18), o entrevistado diz que gosta de frequentar danceterias apenas para assistir às pessoas dançarem, já que ele mesmo não dança. Já em (19), o entrevistado relata que, diante da história contada pela avó – segundo a qual, certa vez, o amante de uma mulher se escondeu debaixo da cama para matar o marido – expressa ter medo de que alguém se esconda debaixo de sua cama. Assim, ele verifica todas as noites debaixo de sua cama para se certificar de que não há ninguém. Portanto, nas três ocorrências aqui apresentadas, verifica-se, de fato, que a preocupação dos falantes é externar, através do verbo “ver”, a apreensão sensorial realizada através do sentido da visão.

do fluxo associativo e contínuo da fala/escrita. A metaforização, por outro lado, se estabelece através da projeção entre domínios, conforme trataremos no decorrer deste capítulo.

b) **Ver 2**: indica percepção cognitiva e apresenta um sentido [+ abstrato] e [+ subjetivo] em relação a **Ver 1**, podendo ser parafraseado, por exemplo, por “perceber”, “concluir” e “pensar”. Na seção 4.2., trataremos pontualmente deste uso. Seguem abaixo algumas ocorrências que o caracterizam:

(20) Teve um aluno lá com onze anos que falou que ainda não tinha tomado a segunda dose da BCG e assim, agente fica preocupado com isso, que são doenças que têm como prevenir, a vacina é de graça no posto e os alunos não, não vão lá tomar, então aí a gente deu uma palestra sobre isso pra eles verem a importância.

(21) Ah, lambada? Porque a lambada é um forró melhorado eu vejo a lambada é um forró melhorado, então eu danço esse negócio já tem um tempão já vai desde quando lançou essa tal de/de lambada eu (...) eu já dançava lambada só que era em ter/ em ritmo de forró né, aí fui aperfeiçoando e chegou na lambada.

(22) E cê pretende fazê o quê depois? Trabalhá onde? Ah... depende, porque hoje eu vou ter vários campos de trabalho e eu vō vê o quê... o que eu vo me especializá, o que eu mais... eu pretendo trabalhá na área da informática. Entendeu? Então eu prefiro... depois que eu fizê a pós que eu vō...

Nas ocorrências acima, o verbo “ver” assume um sentido abstrato, que envolve a percepção cognitiva dos falantes, ou seja, neste caso, há a expressão de sua atividade mental. Em (20), o interlocutor relata sua presença em uma escola na qual ele realizou uma palestra com o intuito de levar os alunos a perceberem – e, portanto, inferirem do ponto de vista cognitivo – a importância da segunda dose da vacina BCG. Em (21), o entrevistado conclui que a lambada seria um “forró melhorado”, expressando, assim, sua opinião sobre esse estilo de dança. Já em (22), o entrevistador pergunta ao entrevistado o que ele pretende fazer no futuro. Diante da pergunta, o entrevistado afirma que precisa decidir (“concluir”) em que área se especializará. Nos três casos acima, “ver” envolve a percepção intelectual dos falantes em relação à realidade.

c) **Ver 3**: representa um sentido híbrido, que remete, concomitantemente, à percepção sensorial e à percepção cognitiva. Neste trabalho, consideramos ser este uso, assim como **Ver 2**, [+ subjetivo]. Exemplificamos sua presença no *corpus* a partir das ocorrências a seguir:

(23) Leva lá em casa todo mundo apoia trabalhar e estudar, meu pai vê que eu fico bem cansada, mas, ele acha que é bom sabe? Faz a gente crescer, a gente aprende muito.

(24) antigamenti a igreja era:: u::m lugar di silêncio total, ondi ali teria qui, cê intrô ali cê num podia dá uma palavra aí, ninguém dava, i era um silêncio total i nessi:: +, nessi clima cê conseguia meditá, cê conseguia orá pelas pessoas, cê conseguia lembrá di tudu qui cê quiria pidi, rezá, orá, suas necessidadis todas cê expunha ali pra Nossa Senhora, pra Deus pra qui ti ajudassi a resolvê us problemas i hoji eu veju qui agenti entra nas igrejas, é muita canturia, muita conversa dentru da igreja, hoji eles não si respeitam mais

(25) Com relação a saúde é + uma vergonha eu acho uma vergonha porque eu já + eu já precisei de:: é atendimento público + saúde pública é assim pelo que eu já vi eu moro na + região da Pampulha e lá posto de as, de hospital realmente se tiver precisando de hospital público pra qualquer coisa eu acho que + não + morre viu morre mesmo até eu depois que eu precisei + aí eu + assinei um plano de saúde porque não dá pra contar mesmo com o atendimento público de saúde não uma vergonha.

Ao analisar as ocorrências acima, é possível atestar que, ao fazer uso de **Ver 3**, os falantes concluem algo – o que envolve percepção cognitiva – através de sua observação da realidade – o que envolve percepção sensorial. Na ocorrência (23), a entrevistada afirma que seu pai, ao observá-la e ao presenciar sua rotina de trabalho e estudo, conclui que ela está cansada, mas julga que isso seja positivo para seu futuro. Em (24), o falante diz que, ao analisar e observar a postura das pessoas dentro das igrejas, conclui que não há mais o respeito por esse lugar como havia antigamente. Já em (25), o entrevistado destaca que já presenciou situações que envolvem o mau atendimento na saúde pública e, diante disso, depreendeu que este é escasso, não atendendo às necessidades das pessoas. Como se pode observar nas ocorrências acima, de fato, os falantes se baseiam em evidências sensoriais – obtidas através da visão – para chegar a conclusões/percepções de natureza cognitiva.

Conforme já dito anteriormente, também foram encontrados, em nossos dados, alguns marcadores discursivos nos quais figura o verbo “ver”. Tendo em vista que estes são marcadores variados e que apresentam individualmente algumas regularidades e especificidades, discutiremos cada um deles, mais pontualmente, na seção 4.4. Disponibilizamos abaixo um quadro em que já apontamos e exemplificamos cada um dos marcadores discursivos encontrados no *corpus*¹³.

Quadro 6 - Marcadores discursivos em que figura o verbo “ver”

Deixa eu ver (deixa eu vê / dexa eu vê)	<p>(26) E cê tem alguma história pra contá, que cê via seu vô falando, seu Ah... um coisa assim, <u>dexa eu vê</u>... a naquela época lá era uma coisa assim, ah... casamento era tudo em casa, num tinha esse</p>
--	--

¹³ Como alguns dos marcadores discursivos evidenciados em nossos dados apresentam variações em sua grafia, sinalizamos entre parênteses e barras as diferenças gráficas que foram encontradas.

/ deixo ver / xô vê)	negócio de ficá saino muito... é... era uma coisa assim muito... por exemplo, cê ia na casa da moça tomá chá com o pai. Essas coisa aí. Eu num sei muita coisa não, da época assim.
Quer ver (qué vê)	(27) Ieu andava aqui tinha minha minha tia aqui do outro lado e eu andava só de casa in casa saia piqueni eu acho que eu largava { } e eu ia pra lá es panhava ieu e me levava pa passíá pa i buscá as tia aí eu ia na garupa e eu chegava e ieu crau na garupa e ia aí aí fui ganhano um dinheiro né, na época, ieu ganhei + qué vê + trezentos minrréis naquela época era piqueni
Você (vai) ver (você vê / cê vê / cê viu / cê vai vê)	(28) Vamos fazer o seguinte: -Pra não atrapalhar o casamento, pra não estragar os doces que estão prontos. Vamo fazê o seguinte: -Eu vô em Monte Santo e assumo em caso dele ser processado, ei fico no lugar dele pra ele casá. E eu aceitei! Cê vê que burrada! E se tivesse acontecido?! Eu tinha ficado casada sem marido e com minha vida embananada. (29) Mas agora eu acho que Arceburgo agora, se Deus quiser, eu acredito muito em Arceburgo. Eu acho que agora vai mudá. Eu acho que depois de NP... eu acho que depois que a NP veio pra cá, cê vai vê : vai mudar pra melhor.
Viu	(30) No domingo elas iam lá pras treis e meia quatro ora saiam à noite que elas saiam, ficava dez, quinze moça. Moça! Meninas assim, menina-moça, e a gente ficava ali brincando, sei lá viu! Ainda tem a a a NP. não sei se você já ouviu falar, era uma das nossa companheiras, ela vem constantemente aí, a gente fica lembrando aquele tempo.
Veja bem	(31) E com relação ao que você falo sobre o fato dessas grandes empresas comprarem os times, o quê você acha disso? Oh... isso daí ... é um negócio que eu sou totalmente contra. Porquê? Primeiro, veja bem : o futebol hoje ta em crise. Né? Hoje você... vê só pancada... cê num vê mais aqueles dribles sensacionais que eles davam antigamente. Então, eu acho que isso influencia muito a cabeça do jogador. Sabe? eles jogam por dinheiro. Sabe?
Vê lá	(32) E como é que era a escola naquela época? Você acha que tem diferença da escola de hoje? Ah tem! Naquela época era mais rígida. Né? A gente se num estudasse num passava de ano. Eu bombei o segundo ano, bombei o primero técnico, eu bombei. Porque hoje... vê lá... hoje passa. Né? Hoje num tem repetência. Né?

<p>Você veja</p>	<p>(33) O povo de Arceburgo tinha que ter mais interesse. Né? Mas num tem, é difícil. Você veja: Arceburgo tem um jornal cê pega o jornal, não menosprezando quem escreve o jornal, mas cê vê um quantidade imensa de palavras escritas erradas e a gente vê que num é erro de diagramação, é erro de concordância mesmo. É falta de conhecimento de gramática mesmo.</p>
<p>Para/prá você/ocê/cê vê</p>	<p>(34) eh::: cê já levô susto com alguma cobra? ah::: já sô ... demais bob a gen(te) num vê ela ((risos)) pro cê vê cê já deu alguns pulos por causa de cobra? ah...já ué</p>

Além dos marcadores discursivos apontados acima, foram identificadas algumas outras sequências em que o verbo “ver” estabelece uma relação de integridade com os demais elementos que a compõem para que se vincule um determinado sentido. Assim como os marcadores discursivos, estas – às quais nos referiremos, neste trabalho, como “outras construções” – apresentam algumas regularidades e particularidades que serão discutidas, mais detalhadamente, na seção 4.5. Apresentamos, a seguir, um quadro em que as elencamos e as exemplificamos¹⁴:

Quadro 7 - Outras construções em que figura o verbo “ver”

<p>Ter (muito/nada etc.) + a ver</p>	<p>(35) E o quê você acha da festa ser na praça? Ce acha que a festa tem que ser na praça? Ah eu acho que tem senão tira a tradição da cidade, num tem nada à ver mudar a festa pra outro lugar, num fais o estilo. Eu acho que começô lá tem que sempre ser lá porque é lá que todo mundo conhece, é lá que todo mundo gosta.</p>
<p>Ver + se/talvez + (suj.) + V2</p>	<p>(36/37) Aí, num deu pra eu terminá este ano o meu ensino, ensino médio ainda. Mais assim que eu terminá, eu quero vê se eu começo. Dô início o ano que vem de novo. Aí o que que eu vô fazê ? Eu vô terminá o ensino médio. Aí, já de iniciativa, eu quero começá já o curso pra podê entrá na polícia. Vê se consigo!</p> <p>(38) intão eu vô:: aposentá i vô vê talvez eu continui com meus trabalhus manuais im casa mesmu i ô si tivé a possibilidadi di</p>

¹⁴ Em algumas das “outras construções” identificadas no *corpus* analisado, há elementos que podem ou não estar presentes na configuração de seu padrão construcional. Nestes casos específicos, sinalizamos entre parênteses os elementos que podem (de forma não fixa) integrar cada construção individualmente.

	consegui um impregu di meio horário, eu posso até voltá a trabalhá porque:: tamém eu num gostaria di pará di vez, mais pur inquantu eu vou ficá um tempu im casa, vou acompanhá-la mais,
Para/prá + ver + se	(39) tinha uma menina lá que perguntô se ele .. "cê viu a:... "... acho que é Pirlampo ... cê viu a:: princesa lá ... aí ele falô assim "que Pirlampo?" ... aí ela fal~ assim ... "a princesa" ... e aí ninguém ... aí ele não sabia que princesa que era ... aí eles tava procurano pá vê se achava ela ... aí eles num achô ela não ...
Tem nem que ver	(40) Ah eu gosto, Nossa Senhora, gosto prá car(...) eu gosto é de dançar né? falou que é dançar eu danço, cê não tem nem que ver eu não sei assim é as passada né? lambada, eu não sei as passadas não, mas o bruto da lambada eu danço, o grosso assim ali eu danço uma coisa mais afi /mais afiada, fica difícil prá mim que eu não não dá prá acompanhar não.
Onde já se viu	(41) E todo mundo fico espantado, porque onde já se viu a noiva entrá sozinha.
Você vai ver (você/cê vai vê)	(42/43) "NUNCA mais num te perdôo porque você é muito ruim e além ainda que você fica você descobri que você fica robano aqui na floresta AH::: HÁ:: HÁ você vai vê ((ruídos)) você vai vê como:: como você vai sofrê vai sofrê" aí no final da estória ele sofreu MUITO
Vamos ver (Vamo/vão vê)	(44) Cê acha que isso, com um planejamento da prefeitura vai melhorar? A prefeitura vai... ta fazeno um planejamento pra isso. Né? Já tem projeto, já! Dizem que tem projeto, agora vão vê . Né? Vão esperá.

Na tabela a seguir, apresentamos, de modo geral, a distribuição dos usos do verbo "ver" no *corpus* analisado:

Tabela 1 – Distribuição do verbo “ver” no *corpus* analisado

Corpus do Projeto Mineirês	Ver 1		Ver 2		Ver 3		Marcadores discursivos com “ver”		Outras construções com “ver”		Total de ocorrências
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	
	488	58,6%	94	11,3%	116	13,9%	90	10,8%	45	5,4%	

Através da tabela acima, é possível verificar que foi obtido um total de 833 ocorrências com o verbo “ver”. Podemos atestar, primeiramente, que a maior parte das ocorrências identificadas no *corpus* analisado corresponde ao uso [- subjetivo] de “ver”, em que o verbo expressa percepção sensorial. Nesse sentido, foram encontradas para a categoria **Ver 1** 488 ocorrências, o que corresponde a 58,6% do total. Em seguida, temos – com a segunda maior representatividade em nossos dados – o grupo de ocorrências categorizadas como **Ver 3**, uso que denominamos de híbrido neste trabalho, totalizando 116 ocorrências, o que corresponde a 13,9%. Com grande proximidade em relação ao número de ocorrências de **Ver 3**, temos as ocorrências identificadas como **Ver 2** e os marcadores discursivos. **Ver 2**, uso que é considerado [+ subjetivo] e que engloba a percepção cognitiva, apresenta 94 ocorrências no *corpus* analisado, o que equivale a 11,3%, e os marcadores discursivos, por sua vez, correspondem a 10,8% dos dados – isto é, apresentam um total de 90 ocorrências. Já as outras construções em que o verbo “ver” figura totalizam 5,4% dos dados, correspondendo, portanto, a 45 ocorrências.

Em relação ao uso híbrido verificado em nossos dados, vale lembrar que, conforme abordado detalhadamente no Capítulo II – mais precisamente, na seção 2.3 – Cezário (2001) e Carvalho (2004) também identificaram este mesmo uso em suas pesquisas. Cezário (2001), inclusive, obteve, em seus dados, o mesmo número de ocorrências de “ver” com sentido abstrato e “ver” com sentido híbrido, contabilizando 42 ocorrências para cada caso em um total de 194 ocorrências em que o verbo estava presente. No levantamento de dados que realizamos neste trabalho, obtivemos um resultado bastante próximo ao que foi encontrado por Cezário (2001). Embora não tenhamos obtido o mesmo número de ocorrências para **Ver 2** e **Ver 3** – tal como ocorreu no trabalho da autora – o resultado aferido para os dois usos foi aproximado: foram encontradas 94 ocorrências para **Ver 2** e 116 para **Ver 3**. Carvalho (2004), por outro lado, apesar de ter, igualmente, identificado o uso híbrido em seus dados, encontrou

apenas 16 ocorrências para este uso em 254 dados analisados. Para “ver” com o sentido intelectual – conforme denominado pela própria autora – foram identificadas 72 ocorrências. Já em nossa pesquisa, **Ver 2** totalizou 11,3% das ocorrências com o verbo “ver” e **Ver 3** 14%. Desse modo, os nossos resultados confirmam os achados de Cezário (2001), e, sobretudo, o número elevado de ocorrências com o uso híbrido – aproximando-se de **Ver 2** – apresenta-se como um indicativo de que **Ver 3** já se encontra em avançado processo de gramaticalização, tal como ocorre com **Ver 2**.

A partir do levantamento da frequência de uso de “ver”, apresentada na tabela 1, é possível chegar aos seguintes apontamentos acerca de sua trajetória de mudança:

a) tendo em vista que **Ver 1** representa 58,5% das ocorrências analisadas, verifica-se a predominância do verbo “ver” com sentido [- subjetivo], o qual expressa percepção sensorial. Esse resultado revela o alto grau de estabilidade e difusão deste uso na língua;

b) ao compararmos o elevado número de ocorrências de **Ver 1** aos resultados obtidos para **Ver 2** e **Ver 3**, julgamos que **Ver 1** seja anterior aos demais usos. Diante disso, acreditamos que **Ver 1** admitiria uma maior variabilidade de complementos à sua direita em relação aos outros usos, o que indicaria menor integração entre o verbo e seus complementos.

c) devido à proximidade entre o número de ocorrências levantadas para **Ver 2** e **Ver 3**, acreditamos que esses dois usos distribuem-se radialmente, ou seja, teriam se instanciado paralelamente a partir de **Ver 1**.

d) devido ao número expressivo de marcadores discursivos e de outras construções em que “ver” está presente, julgamos que este verbo, devido à multifuncionalidade apresentada na língua, encontra-se em avançado estágio de gramaticalização, uma vez que passa também a exercer funções textuais e interacionais no planejamento e na organização do discurso, tal como discutiremos nas seções 4.4. e 4.5.

Após elencar os diferentes usos de “ver” encontrados nos dados e de traçar alguns apontamentos preliminares, a seguir, trataremos pontualmente de cada um dos usos identificados, buscando comprovar o cline de mudança [-subjetivo] > [+ (inter)subjetivo]. Além disso, delimitaremos os possíveis padrões construcionais que os caracterizam.

4.1. Ver 1

Conforme vimos acima, **Ver 1**, que expressa percepção sensorial e que pode ser parafraseado por “enxergar”, “presenciar” e “olhar”, corresponde ao uso do verbo mais

recorrente em nossos dados, totalizando 488 ocorrências. Esse fato nos leva a considerar que **Ver 1** tenha dado origem aos demais usos, já que corresponde a 58,5% das ocorrências analisadas. Ao confrontar esse uso com os demais, acreditamos, ainda, que ele seja [- subjetivo], visto que expressa a percepção sensorial dos falantes em relação à realidade. Nesse sentido, conforme demonstraremos nas seções 4.2. e 4.3., os usos que caracterizamos, neste trabalho, como representantes, respectivamente, de percepção cognitiva e de uma mescla entre percepção sensorial e percepção cognitiva revelam, por sua vez, sentidos [+ subjetivos]. Além disso, os marcadores discursivos – abordados na seção 4.4. – e as outras construções com “ver” – tratadas na seção 4.5 –, caminham em uma direção de (inter)subjetivização. Vejamos, a seguir, mais algumas ocorrências que exemplificam **Ver 1**:

(45) E ... **quê que cê acha que deve mudá?**

Na cidade?

É.

Ah... tentá melhorá a situação do... da praça... que era o cartão postal da cidade. As pessoas vinham tirá fotos da praça, da igreja... e agora num tem mais isso. Só se **vê** bancos quebrados, mal cuidado, falta de iluminação...

(46) Eu gostava. A gente entrava. Naquela época a gente entrava sem sabê nada e já começava a aprendê com quem já sabia. Quem já era prática ensinava quem entrava. Primero agente começava acompanha a turma que tava trabalhano, olhava, entrava no centro cirúrgico, **via** as cirurgia, parto, aí depois a gente ia começano a praticá, quando a gente... começava a faze injeção, aprendia a olha pressão, fazê curativo e depois que a gente começava a examiná gestante, o médico ensinava.

Como podemos constatar nas ocorrências acima, o verbo “ver” indica percepção sensorial. Em (45), o entrevistado afirma que, ao visitar a praça da cidade, avistam-se apenas bancos quebrados, demonstrando que não há cuidado dos governantes e da população em relação à cidade. Já em (46), o interlocutor relata sua experiência ao começar a trabalhar em um hospital, afirmando que, em um primeiro período de trabalho, os funcionários recém-chegados presenciavam cirurgias a fim de aprender a executar alguns procedimentos realizados no hospital. Nesse sentido, ao analisar as ocorrências em questão, podemos perceber que os falantes relatam sua percepção sensorial em relação à realidade observada. Assim, nota-se que os falantes não baseiam as situações envolvidas nas proposições em evidência subjetiva, ou seja, não expressam suas crenças e opiniões através do uso do verbo “ver”.

Dentre as ocorrências de **Ver 1** analisadas, encontramos, além de percepção sensorial através da visão, algumas ocorrências do verbo que expressam percepção sensorial através da audição. Considerando que, em ambos os casos, há a indicação de percepção sensorial e verificando que “ver” parafraseável por “ouvir” foi pouco recorrente nos dados, optamos por reunir as ocorrências que expressam as duas percepções em um único uso. Seguem abaixo algumas ocorrências que apresentam “ver” enquanto percepção sensorial através da audição e fornecemos suas respectivas paráfrases com o verbo “ouvir”:

(47) Ah... assim uma coisa que eu lembro assim de vê meu vô falá, que meu vô já tem o quê, já tem mais de oitenta. Eu lembro de vê ele falá de um guerra que teve, eu acho que é aquela guerra que foi São Paulo e Minas, Café com Leite. Ele lembra de vê os soldados. Sabe?

(47') Ah... assim uma coisa que eu lembro assim de **ouvir** meu vô falá, que meu vô já tem o quê, já tem mais de oitenta. Eu lembro de **ouvir** ele falá de um guerra que teve

(48) Teve um homem que ele fica escondido ninguém vê ele e, ele fica falando ele fica falando tipo o moço que fica no todos contra um num fica escondido só vê a voz ? Então ele, também só vê a voz ninguém vê ele.

(48') ele fica falando ele fica falando tipo o moço que fica no todos contra um num fica escondido só **ouve** a voz ? Então ele, também só **ouve** a voz ninguém vê ele.

Nos casos acima, “ver” expressa percepção sensorial, no entanto, não se pode dizer que esta percepção ocorre através do sentido da visão, mas sim por meio do sentido da audição. Em (47), o entrevistado emprega “ver” duas vezes ao relatar fatos e histórias que ele lembra ter ouvido o avô contar. Já em (48), o falante relata um programa de TV em que há um homem que não aparece diante do público, sendo possível apenas ouvir sua voz durante o programa. Nas duas situações, ao fazer uso do verbo “ver”, os entrevistados expressam percepção sensorial através da audição.

Apresentamos uma tabela abaixo em que demonstramos a representatividade das duas percepções sensoriais na categoria **Ver 1**:

Tabela 2 - Distribuição dos tipos de percepção sensorial presentes em *Ver 1*

	Ver 1			
	Visão		Audição	
	n.º	%	n.º	%
Corpus do Projeto Mineirês	462	94,6%	26	5,4%
Total de ocorrências	488			

Como vemos na tabela acima, foi encontrado um número muito pequeno de ocorrências de “ver” com o sentido de percepção sensorial através da audição – 5,4% – em relação a “ver” com o sentido de percepção sensorial através da visão – 96,6%. Dessa forma, conforme destacado acima, tratamos, durante a análise dos dados, as duas percepções sensoriais como **Ver 1**.

Ao abordar o verbo “ver”, conforme discutido no Capítulo II, Cezário (2001) aponta que o que determina a estrutura que acompanha esse verbo, isto é, se é mais ou menos integrada, é o tipo de visão que ele expressa. De acordo com suas conclusões, se a visão é direta, isto é, vinculada à ideia de enxergar, pode ser codificada tanto por uma completiva com conectivo e cláusula finita quanto por uma cláusula não-finita. Por outro lado, se a visão à qual o verbo se refere é indireta, expressando percepção cognitiva, interpretação ou verificação no futuro, só pode ser codificada por uma forma menos integrada, ou seja, uma completiva finita. Desse modo, a autora defende que “ver” com o sentido de “enxergar” pode apresentar como complemento tanto orações encaixadas finitas como orações encaixadas não-finitas.

A discussão sobre o tipo de visão envolvida no uso de “ver” – direta ou indireta – e o tipo de encaixamento encontrado em cada uso também são levantados por Carvalho (2004) – trabalho igualmente já discutido no Capítulo II, mais especificamente na seção 2.3. Em sua pesquisa, a autora identificou que a estrutura não-finita é a mais empregada para codificar o que é percebido diretamente, correspondendo a 78% dos casos analisados. Já as estruturas finitas, por outro lado, mostraram-se mais comuns para exprimir o que é percebido indiretamente, totalizando 119 ocorrências das 123 que apresentam “ver” com sentido de percepção sensorial.

Nesse sentido, buscamos, a partir do levantamento da frequência dos complementos à direita de “ver”, confirmar (ou não) os achados de Cezário (2001) e Carvalho (2004).

Consideramos, desse modo, que **Ver 1** representa a visão direta, pois expressa o que é percebido sensorialmente pelo falante. Já o uso **Ver 2**, que será discutido na seção 4.2., representa a visão indireta, pois indica aquilo que é percebido cognitivamente pelo falante. E, finalmente, o uso que consideramos híbrido, denominado de **Ver 3** neste trabalho – o qual será abordado pontualmente na seção 4.3. –, envolveria os dois tipos de visão, direta e indireta, visto que conjuga as percepções cognitiva e sensorial.

Assim, nossa intenção, ao verificar os complementos à direita de “ver”, é confirmar (ou não) as conclusões de Cezário (2001) e Carvalho (2004), atestando quais seriam os padrões construcionais prototípicos apresentados por esse verbo em seus diferentes usos. Ressaltamos aqui novamente que as autoras tratam apenas da integração de cláusulas em seus trabalhos, não se preocupando em traçar os padrões construcionais de “ver”. Desse modo, a fim de confirmar os achados das autoras e avançar em relação a seus trabalhos, buscamos, em nossa pesquisa, tratar dos padrões construcionais do verbo “ver” – no caso desta seção, de **Ver 1**. Para tanto, analisamos e contabilizamos os complementos que se encontram à direita do verbo, a fim de identificar a partir de que construção prototípica **Ver 1** se instanciará.

Neste trabalho, conforme já mencionado, julgamos que **Ver 1** seria o uso mais antigo do verbo e, portanto, apresentaria uma possibilidade bastante ampla em relação à presença de complementos. Esse fato, de acordo com o que acreditamos, não aconteceria com **Ver 2** e **Ver 3**, que seriam usos mais recentes do verbo e que serão descritos, respectivamente, nas seções 4.2. e 4.3. Assim, ao fazer um levantamento dos complementos de **Ver 1** em nossos dados, foi possível comprovar a nossa hipótese. Conforme demonstraremos a seguir, em relação ao padrão construcional de **Ver 1**, consideramos que esse uso faculta a presença de uma gama bastante ampla de complementos à direita. Vale reiterar que, em trabalhos futuros, pretendemos realizar um levantamento do verbo em questão a partir da análise de dados diacrônicos, para que possa haver mais indícios e evidências de que **Ver 1** é primário em relação a **Ver 2** e **Ver 3**.

Conforme dito acima, foi realizado um levantamento da frequência dos complementos à direita de “ver” nas ocorrências caracterizadas como representativas de **Ver 1**. Apresentamos abaixo uma tabela com a distribuição dos complementos nesta categoria:

Tabela 3 - Levantamento da frequência dos complementos à direita de *Ver 1*

	SN		Oração encaixada finita		Oração encaixada não-finita		Pronome		Outros casos		Total de ocorrências
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	
Corpus do Projeto Mineirês	221	45,3%	30	6,1%	51	10,5%	45	9,2%	141	28,9%	488

Ao analisar a tabela acima, comprovamos a hipótese que formulamos acerca de *Ver 1*: este seria o uso com uma maior variabilidade de complementos à direita. Com base na tabela apresentada, constatamos que o complemento dessa categoria pode se realizar através de um SN, de uma oração encaixada – finita ou não-finita –, de um pronome ou de outros tipos de complementos, que denominamos, neste trabalho, de “outros casos”. Identificamos, a partir da categoria “outros casos”, todas as ocorrências em que havia um SN ou um pronome inferível pelo contexto ou em posição topicalizada.

Ao contabilizar a frequência dos complementos à direita de *Ver 1*, conforme descrito na tabela 3, vemos que o complemento realizado como SN é o que apresenta um maior número de ocorrências – 45,3%. Já os pronomes representam 9,2% dos complementos de *Ver 1*, enquanto as orações encaixadas não-finitas e finitas representam 10,4% e 6,1% dos complementos, respectivamente. O fato de *Ver 1* ser mais frequente com orações não-finitas do que com finitas ratifica os achados de Carvalho (2004), que evidenciou, em sua análise, um maior número de ocorrências de “ver” com sentido concreto estruturando-se com orações encaixadas infinitas – 78% das ocorrências de “ver” com complemento oracional. Os “outros casos”, por sua vez, representam 28,9% do total dos complementos. Apresentamos adiante ocorrências de *Ver 1* em que encontramos os complementos descritos acima. A seguir, exemplificamos pontualmente a complementação de *Ver 1* a partir de SNs:

(49) Já fui muito. Hoje eu não tô tendo muito tempo não mas já vi muito filme no cinema.

(50) Ah... minha profissão é vendedora. Né? Eu trabalho aqui na loja, tudo é... vê o estoque de mercadoria, ajudá as menina vendê, a limpá tamém. A hora que cê chegou aqui eu tava varreno. Fazê cobrança, pagamento de conta. Tudo.

Observamos, nas ocorrências de **Ver 1** acima, duas situações em que o complemento de “ver” se realiza como um SN. Em (49), o entrevistado relata que, no passado, assistia a filmes no cinema com mais frequência. Nesse caso, na sentença “mas já vi muito filme no cinema”, “muito filme” é complemento da forma verbal “vi”. Já em (50), o interlocutor relata as funções que executa em sua profissão, dentre elas a de verificar o estoque de mercadorias do estabelecimento. Na oração “vê o estoque de mercadoria”, o SN “estoque de mercadoria” é complemento do verbo “ver”. Nas situações apresentadas, o verbo expressa percepção sensorial – que, conforme já dissemos acima, é a característica das ocorrências de **Ver 1** – e seu complemento é expresso como um SN.

Encontramos, ainda, ocorrências em que o complemento de **Ver 1** se realiza como um pronome, conforme vemos nas ocorrências a seguir:

(51) Um dia importante. Foi o dia que ce conheceu teu marido? Ou quando nasceu tua filha?
Ai... eu acho que o dia mais importante foi o dia que nasceu minha filha. Né? Que eu vi ela.

(52) aí chegou o rei chegou lá e mandou destruir todas as rocas que tinha lá né aí apareceu a bruxa que ela tava passando no castelo aí ela encontrou uma velhinha com uma roca aí ela perguntou assim deixa mexer eu nunca vi isso aí ela colocou assim na agulha e adormeceu aí a bruxa desapareceu aí o rei encontrou ela mais as fadas a fada vermelha.

Nas ocorrências (51) e (52), os complementos de **Ver 1** se realizam através de pronomes. Em (51), ao responder à pergunta do entrevistador, a entrevistada afirma que o dia mais importante de sua vida foi quando teve o primeiro contato com sua filha a partir de seu nascimento. Nessa ocorrência, o pronome “ela” é complemento de “vi”. Em (52), o interlocutor narra a história da Bela Adormecida. Ao se deparar com uma roca, a princesa pede para tocá-la e observá-la, já que nunca havia visto algo parecido. Nessa ocorrência, na oração “eu nunca vi isso”, o complemento da forma verbal “vi” se realiza através do pronome “isso”. Portanto, em (51) e (52), o complemento de **Ver 1** é expresso por um pronome.

Como demonstrado na tabela 3, foi identificado um número bastante considerável de ocorrências em que o complemento de **Ver 1** se realiza através de orações encaixadas. Nesses casos, as orações que servem de complemento para o verbo em questão podem ser finitas ou não-finitas, como vemos nas ocorrências a seguir:

(53) Eu tenho varias pessoas assim qu'eu gostaria di mim'spirá nelas; di novelas i tal; por causa qui tem genti qui a genti vê fazendu... fazendu coisas legais i a genti tenta imitá.

(54) A:: não conheço viu apesar de eu fazer licenciatura + é as únicas + é da prefeitura eu não sei eu conheço vejo falar muito da:: estadual né + que + faz tá melhorando bastante a educação né em relação aos profissionais em relação aos livros didáticos.

(55) O ano passado, voltano da faculdade, de noite e o ônibus sem farol. Assim, deu medo porque a primeira hist... a hora que a gente tava saindo de NP, a gente pensô que tinha um poquinho de luz, a hora que a gente saiu totalmente no asfalto, a gente viu que num tinha nada. E o motorista num sabia se parava, porque num tinha luz, outro carro ia vir e ia bater porque num tinha sinalização, num tinha nada.

(56) Aí ela dormiu. Aí no dia seguinte, ela tava, ela tava, querendo procurar uma casa e procurou até que ela achou uma casinha pequenininha que era dos sete anões. Só que ela bateu na porta, ninguém atendia; bateu na porta, ninguém atendia. Aí ela ta..., ela teve que entrar porque ninguém estava lá e ela pensou que era uma casa abandonada. E viu que [...] tava todo sujo, tava com comida, uma comida toda velha na mesa.

Como podemos observar nas ocorrências (53), (54), (55) e (56), os complementos dos verbos analisados são expressos através de orações encaixadas. Em (53) e (54), localizamos à direita do verbo orações encaixadas não-finitas, cujos verbos encontram-se nas formas de gerúndio e infinitivo, respectivamente. Já nos complementos de (55) e (56), figuram orações encaixadas finitas, que são, como se pode observar, introduzidas pelo complementizador “que”. Em (53), o informante fala sobre pessoas que admira por vê-las fazendo coisas que julga serem interessantes. Nesta ocorrência, o complemento do verbo “ver” é uma oração não-finita, visto que o verbo núcleo da oração está no gerúndio. Em (54), o falante expõe sua opinião acerca da educação estadual. Ele afirma que tem conhecimento sobre a educação estadual por ter ouvido as pessoas falarem a respeito dela. Nesse caso, o complemento do verbo “ver” é, também, uma oração encaixada não-finita, mas, diferentemente do que ocorre em (53), o verbo núcleo da oração está na forma infinitiva. Já em (55), o falante narra uma situação em que os faróis do seu ônibus estavam com defeito, porém, mesmo assim, resolveu-se seguir viagem acreditando que haveria luz na estrada. No entanto, assustaram-se, pois não avistaram luz alguma quando chegaram ao asfalto. Esta ocorrência representa os casos em que temos uma oração finita à direita do verbo “ver” e, neste caso, a oração encaixada apresenta verbo flexionado e é introduzida pelo complementizador “que”. Na ocorrência (56), o entrevistado conta a história infantil da Branca de Neve e narra o momento em que a personagem encontra a casa dos sete anões. Ao entrar, Branca de Neve percebe que a casa estava suja e desorganizada. Temos à direita do verbo, mais uma vez, uma oração encaixada finita introduzida pelo complementizador “que”, cujo verbo núcleo encontra-se também na forma flexionada. Desse modo, encontramos, nas quatro ocorrências acima, casos em que os

complementos do verbo “ver” se realizam através de orações encaixadas, sendo que, nas duas primeiras, há orações encaixadas não-finitas à direita do verbo e, nas duas últimas, orações encaixadas finitas nessa posição. Isso corrobora o que afirma Cezário (2001) acerca da capacidade de “ver” envolvendo a visão direta – caso de **Ver 1** – de realizar o encaixamento com orações finitas e não-finitas.

Conforme já dito acima, identificamos, ainda, ocorrências em que o complemento de **Ver 1** não ocorre expresso à direita do verbo. Categorizamos essas situações como “outros casos”. Nessa categoria, o complemento de “ver” pode ser identificado como um SN ou um pronome, no entanto, ocorre de forma topicalizada ou pode ser inferível através do contexto, diferentemente dos casos descritos acima. Para ilustrar essa categoria, vejamos alguns exemplos abaixo seguidos de suas respectivas paráfrases:

(57) E até que horário que você acha que deveria ter programa para criança?
Para criança mais, mais cedo, porque se for a tarde assim a criança fica queren[d]o vê, num dorme e acorda e num consegue acordar e isso acontece muitas vezes comigo.

(57') a criança fica queren[d]o vê o programa

(58) Ah a minha mãe sempre falava, sabe NP.. Que quando eles vinha na igreja, eles morava na fazenda nessa época, na fazenda NP.. Então diz que quando eles vinha embora, sempre via uma luz bem azuzinha... as veis onde eles tava, a luz tava acompanhano. Então eles corria, corria pra vê, porque as veis achava que era um fantasma. Né? Corria mais...

(58') corria pra vê a luz azuzinha

(59) Foi desgastante, era muita briga, era coisa demais, aí foi acabando, acabando. Aí quando a gente encontrava final di semana, aí que ficavam purquê era eu-i eli mesmu, num era ninguém venu, num tinha ninguém nem nada, aí a gente cunversava sobre tudu o que aconteceu, pra tenta esclarece, mas nunca deu nada.

(59') num era ninguém venu a gente

(60) Digamos que sim. Aí minha irmã perguntou pra minha prima NP quem que era ela né, olhou pra trás e minha prima falou assim né “Nunca vi” né nessa trilha, a gente andando aí perguntou pra mim e chamou: “NP, quem é aquela menina que ta atrás?”

(60') “Nunca vi ela”

Podemos observar, nas ocorrências acima, que os complementos não são expressos imediatamente após o verbo analisado. Nessas situações, inferimos os complementos a partir do contexto. Dessa forma, encontramos ocorrências em que o complemento pode ser preenchido por um SN, como vemos em (57) e (58), e também por um pronome, como ocorre

em (59) e (60). Em (57), o entrevistador pergunta ao entrevistado até que horário devem ser exibidos programas infantis. Em sua resposta, o falante diz que tais programas devem ser exibidos cedo, pois as crianças não devem dormir tarde. Em (58), o falante relata que, quando sua mãe retornava da igreja para casa, avistava sempre uma luz azul que a acompanhava. Assim, ela e seus irmãos sempre corriam para avistar essa luz. Nessas duas ocorrências, os complementos não ocorrem de forma explícita. No entanto, a posição pode ser preenchida por um SN que é inferível através do contexto. Já em (59) e (60), os complementos também não estão expressos à direita do verbo, porém, diferentemente do que ocorre com (57) e (58), podem ser preenchidos por um pronome, como vemos nas paráfrases (59') e (60') acima. Em (59), o falante relata um relacionamento do passado em que havia, segundo ele, muitas brigas. O falante afirma que, apenas nos finais de semana, período em que estavam sozinhos e que ninguém os observava, era possível conversar e resolver os desentendimentos. Já em (60), o falante narra uma situação em que estava com sua irmã e sua prima em uma trilha, lugar onde avistaram uma mulher. Ao ser perguntada sobre quem era a mulher, a prima do falante afirma nunca tê-la visto. Nessas duas ocorrências, assim como ocorre em (57) e (58), não se podem localizar os complementos de forma explícita, no entanto, é possível reconhecê-los através do contexto.

Assim, a partir da análise descrita acima, é possível concluir que: a) **Ver 1** é o uso [-subjetivo] de “ver”, visto que se refere à percepção sensorial, sem que o falante expresse percepção cognitiva e sem que projete seu ponto de vista/crença/atitude acerca do que diz; b) ao ser confrontado com os demais usos de “ver”, acreditamos que **Ver 1** seja anterior aos usos **Ver 2** e **Ver 3**; devido a sua alta frequência nos dados, representando 58,5% das ocorrências encontradas; c) **Ver 1** é o uso que admite maior variabilidade de complementos à direita, sendo eles: SN, pronome, orações encaixadas finitas e não-finitas e, ainda, complementos que podem ser inferidos através do contexto; d) confirmando o que Cezário (2001) e Carvalho (2004) concluíram acerca dos complementos oracionais de **Ver 1**, verificamos que este uso admite tanto complementos oracionais finitos como não-finitos, tendendo, no entanto, a ocorrer mais com encaixadas não-finitas. Portanto, em relação ao padrão construcional de **Ver 1**, consideramos que esse uso permite a presença de uma gama bastante ampla de complementação à direita, o que indicaria menor integração entre o verbo e seus complementos. Como acreditamos, esse fato, inclusive, contribuiria para corroborar que **Ver 1** é o uso mais antigo de “ver” na língua, enquanto **Ver 2** e **Ver 3** – conforme veremos nas seções 4.2 e 4.3 – são usos mais recentes, que não apresentam a mesma variabilidade em relação a seus complementos.

4.2. Ver 2

Apresentamos, nesta seção, outro uso de “ver”, o qual categorizamos como **Ver 2** neste trabalho. Defendemos que “ver”, ao passar por um processo de mudança semântico-pragmática, desenvolveu um sentido [+ subjetivo] relacionado à expressão do ponto de vista do falante em relação ao que diz. Conforme demonstraremos adiante, **Ver 2** pode ser parafraseado, por exemplo, pelos verbos “perceber”, “concluir” e “pensar”, que são verbos que envolvem percepção cognitiva. Como destacado no início deste capítulo e demonstrado na tabela 1, **Ver 2** apresentou 94 ocorrências no *corpus* analisado, o que representa 11,3% dos dados levantados. Vejamos, a seguir, algumas ocorrências deste uso:

(61) Eu veju u seguinte é quem ta im interior si pur acaso é percebe tem uma pessoa di fora qui ta im depressão elis num pensam im psicólogo Elis pensam im psiquiatra intão eu qui isso é uma coisa qui ta na grandi cidadi tamém si você ta depressivo si ocê ta duenti tem qui i no psiquiatra po0que o psiquiatra vai ti dá um remedinho i ocê vai melhorá.

(62) Então, uma coisa que eu achei super interessante assim, que a cidade intera se uniu. Entendeu? Porque viu que num tava seno bom. Se uniu pra tirá , pra mudá , pra colocá um outro.

(63) Eu acho que melhorô... eu acho que melhorô. Né? Cê vê, a política do Brasil numa época aí, na época da ditadura. Né? Então... depois eleições diretas. Melhorô. Então... depois daquilo lá, o povo brasileiro viu que ele tem força pra mudá. Então se a gente num gosto de uma coisa, a gente tem que... tem que fazê aquilo memo! Pintá a cara e mudá.

A partir das ocorrências apontadas acima, nota-se que os falantes passam a expressar sua perspectiva pessoal em relação à proposição. Nesse sentido, o verbo “ver” indexa um julgamento do falante, visto que ele avalia uma determinada situação de acordo com suas crenças. Dessa forma, verificamos que **Ver 2** envolve modalidade epistêmica, já que, conforme vimos no Capítulo I, mais precisamente na subseção 1.2.1., esta modalidade se refere à crença e ao conhecimento do falante, expressando sua atitude acerca do que diz. Em (61), o falante emite sua opinião sobre a conduta das pessoas diante de alguém que apresenta um comportamento depressivo. Segundo ele, a postura em relação à depressão se modifica de acordo com a cidade de origem. Em (62), o entrevistado relata uma situação em que a população de sua cidade se manifestou contra um prefeito ao perceber que ele não estava lhes trazendo benefícios. Já em (63), o falante aborda a situação política do país após o *impeachment* do ex-presidente Fernando Collor de Mello e afirma que, após esse evento, o povo brasileiro concluiu que é capaz de modificar uma situação, neste caso, retirando um

presidente do poder, se este não lhe agradar. Nos três casos apresentados, “ver” pode ser parafraseado por “perceber”, “concluir” ou “pensar”, verbos que expressam percepção cognitiva. Dessa forma, em vez de representar percepção sensorial – como ocorre em **Ver 1** –, **Ver 2** passa a indicar percepção cognitiva, exprimindo a opinião do falante em relação à proposição. Conforme discutiremos mais adiante, na base da gramaticalização de **Ver 2**, estariam os processos de mudança semântica intitulados metonimização e metaforização, dos quais tratamos no Capítulo I – mais especificamente, na subseção 1.3.1. –, e, nesse caso, **Ver 2** seria [+ subjetivo] e [+ abstrato] em relação a **Ver 1**. Nesse sentido, como também demonstraremos, **Ver 2** seria polissêmico em relação a **Ver 1**, o que também ocorreria com **Ver 3**, uso que será abordado na seção 4.3.

Desse modo, buscamos comprovar, nesta seção, que **Ver 2** é [+ subjetivo] e [+ abstrato] em relação a **Ver 1**. Acreditamos, ainda, que **Ver 2** é posterior a **Ver 1**, conforme já mencionado na seção 4.1., devido, dentre outros fatores, à maior frequência de **Ver 1** em nossos dados. A partir das ocorrências a seguir, demonstraremos que **Ver 2** é [+ subjetivo] e [+ abstrato] em relação a **Ver 1**:

(64) Tipo de homem que eu penso que eu gosto, assim. Eu não tenho um tipo de homem. Mesmo porque, assim, as vezes a gente pensa num tipo lá, um cara alto, forte e tal e num sei o que e de repente a gente gosta de um baixinho magrelo. Então assim, eu já vi que num adianta a gente ficá fazendo tipo na nossa cabeça, isso aí é quem a gente gostar mesmo, assim, a gente num manda.

(65) Mais eu acho que Deus sabe o que faz, porque as vezes o que eu [pod], o que eu posso fazer por essa filha só que eu tenho né, talvez eu não pudesse fazer por mais, então eu achei que seria muito bom fica só nessa, dá a ela uma qualidade de vida né, dá a ela tudo que eu pudesse, como eu posso, como eu do a ela, tudo que eu posso faze por ela eu faço, eu acho que ela tem uma qualidade de vida muito melhor, tenho um carinho imenso, eu não, não vejo nada que possa interferir para que eu possa faze-la feliz, tudo que eu posso da, eu do, ajuda de todas as maneiras, se carinhosa.

(66) O que você acha que mudô de lá pra cá?
O ensino mudô, agora. Né? Com a municipalização, eu vejo assim que tá mais rigoroso agora o ensino, assim... Agora na cidade mesmo, eu acho assim, a praça que nem cê falô, começo a melhorá, o hospital, a reforma do hospital, só de... tê visto a dívida, de tê visto tudo isso. Mas no geral eu acho a cidade um poco parada, eu acho que tá faltano um arranque, eu acho que ela podia tá muito melhor.

É possível notar, a partir das ocorrências acima, que “ver” passa a assumir um novo sentido, deixando de se referir, como vimos em **Ver 1**, à percepção sensorial. Nos casos apresentados, “ver” adquire um sentido [+ subjetivo] e [+ abstrato]. Em (64), o falante afirma

que, ao tentar traçar o estilo de homem que lhe agrada, percebeu que não adianta tentar idealizar um homem perfeito, visto que não é possível mandar em seus sentimentos. Em (65), o entrevistado relata que optou por ter apenas uma filha com o intuito de atender a todas as necessidades que esta pode ter e, por isso, não percebe motivos que possam atrapalhar a felicidade de sua única filha. Já em (66), ao tratar da municipalização do ensino, o falante conclui que este está mais rigoroso nos últimos anos. Como podemos constatar, **Ver 2** se refere à percepção cognitiva dos falantes e expressa suas crenças e seu ponto de vista em relação ao que diz.

Considerando que **Ver 2** seria [+ subjetivo] e [+ abstrato] em relação a **Ver 1**, discutiremos, a seguir, como a percepção cognitiva, na verdade, seria o resultado de processos de metonimização e metaforização. A metonimização, como abordado no Capítulo I – na subseção 1.3.1. –, deve ser entendida, segundo Traugott e Dasher (2005), como um mecanismo conceptual através do qual inferências sugeridas são semanticizadas através do fluxo associativo e contínuo da fala/escrita, ocasionando mudança semântica. Assim, usos [(inter)subjetivos] de **Ver 2** surgem durante a interação e, ao serem reutilizados em outras situações comunicativas, são incorporados à língua. Já a metaforização presente no processo de gramaticalização do verbo “ver”, a qual resultaria um uso [+ abstrato], envolveria a projeção entre domínios e teria como base, como assumimos neste trabalho, o esquema imagético do contêiner (LAKOFF & JOHNSON, 2009 [1980]). A seguir, com base na análise proposta por Sweetser (1990) para o verbo “see” na língua inglesa (verbo “ver” em português) e nas considerações de Lakoff e Johnson (2009 [1980]) acerca do esquema imagético do contêiner, buscaremos definir o processo de mudança que, como acreditamos, teria levado à instanciação de um uso [+ abstrato] para o verbo “ver”.

Conforme já abordado no Capítulo II, Sweetser (1990), ao realizar um estudo sobre os verbos perceptivos – dentre eles, o verbo “see” na língua inglesa – conclui que este verbo pode expressar a visão física – o que denominamos, neste trabalho, de percepção sensorial – e visão mental – que tratamos aqui como percepção cognitiva. Como vimos na seção 2.1., a autora destaca que é comum que verbos relacionados à visão desenvolvam sentidos abstratos de atividade mental, devido ao fato de a visão estar relacionada ao intelecto por ser nossa fonte primária de informações objetivas sobre o mundo.

Dessa forma, Sweetser (1990, p. 32-33) aponta que o verbo “see” na língua inglesa tem como fontes semânticas comuns: a) a natureza física da visão e b) metáforas da visão, sendo elas a metáfora da visão enquanto toque físico e manipulação e a metáfora da visão de monitoramento enquanto controle. Segundo a autora, a base da primeira metáfora – já

discutida previamente por Lakoff e Johnson (2009 [1980]) – estaria na habilidade de canalização e focalização conectada ao sentido visual. Já a segunda metáfora, por outro lado, teria como base o fato de que manter o controle de uma entidade envolve seu monitoramento visual.

Desse modo, a autora destaca que verbos que expressam visão passam comumente por um processo de abstratização, desenvolvendo sentidos que envolvem atividade mental. Nesse sentido, considerando que o processo de mudança de “see” na língua inglesa envolveria uma projeção entre domínios, como é possível verificar a partir de Sweetser (1990), os sentidos relacionados à visão física figurariam no domínio-fonte enquanto os sentidos mais abstratos estariam no domínio-alvo. Os sentidos considerados mais abstratos apontados pela autora teriam origem a partir das seguintes metáforas: a) visão física enquanto conhecimento/intelecção, cuja base estaria no fato de a visão ser considerada fonte primária de informações, permitindo, por exemplo, na língua inglesa, a expressão “I saw it with my own eyes” (“Eu vi com meus próprios olhos”, em português) para indicar certeza; e b) visão física enquanto visão mental, que teria como base a forte ligação entre a visão e o conhecimento e, ainda, as propriedades estruturais compartilhadas pelos domínios visual e intelectual – nossa habilidade de focar a atenção mental e visual para monitorar estímulos mental e visualmente.

Assim, é possível depreender que, para Sweetser (1990), o verbo “see” apresentaria o *cline* [concreto] > [abstrato], já que este, segundo a análise da autora, envolve sentidos [- subjetivos], ligados à percepção sensorial, e [+ subjetivos], relacionados à percepção cognitiva. No caso dos sentidos [+ subjetivos], o verbo poderia apresentar somente visão mental ou uma mescla entre visão física e visão mental – o que, inclusive, será discutido por nós na seção 4.3. –, uma vez que, em nossos dados, encontramos um número significativo de ocorrências em que estão presentes, concomitantemente, a percepção sensorial e a percepção cognitiva.

Ainda de acordo com o que discutimos no Capítulo II – mais especificamente, na seção 2.3. –, Cezário (2001) e Carvalho (2004) também tratam de um uso abstrato para o verbo “ver”. Cezário (2001) aponta que esse uso está ligado ao plano cognitivo, podendo ser parafraseável por “perceber” e “entender”, por exemplo. Já Carvalho (2004) classifica como “VER 2” sentidos que se referem a uma atividade mental, sendo “ver”, nesse caso, também parafraseável pelos verbos apresentados acima e, além disso, por “pensar” e “concluir”. No entanto, as autoras não tratam pontualmente do cline de mudança [concreto] > [abstrato] em seus trabalhos. Sendo assim, nos dedicamos, nesta pesquisa, a comprovar este cline de mudança para o verbo “ver”, revelando o processo de metaforização que resultaria na

sua polissemia.

Desse modo, defendemos que a metaforização presente no processo de gramaticalização de “ver” – responsável pela emergência de usos [+ abstratos] do verbo – envolve a projeção entre domínios e teria como base, conforme dito acima, o esquema imagético do contêiner, proposto por Lakoff e Johnson (2009 [1980]).

Segundo os autores, o ser humano é separado do resto do mundo através da superfície de sua pele. Assim, nosso corpo seria uma espécie de contêiner em que inserimos ou expelimos algo de fora para dentro e/ou de dentro para fora. Dessa forma, ao conceptualizar nossos corpos como contêineres, tendemos a associar também nossas experiências diárias a contêineres, limitando-os por superfícies, mesmo quando estas não existem concretamente. Nesse sentido, como acreditamos, nossa visão estabelece forte ligação com a noção de territorialidade física, ou seja, conceptualizamos tudo o que vemos como algo que está dentro ou fora de nosso campo visual. A esse respeito, Lakoff e Johnson (2009 [1980], p. 68), inclusive, afirmam que “o conceito metafórico campos visuais são como contêineres surge de maneira natural”. Diante disso, os autores observam que existem muitas metáforas que se baseiam na ideia do esquema imagético do contêiner, sendo que a compreensão de todas elas é viabilizada pela nossa percepção corporal enquanto contêineres.

Com base nas considerações acima, assumimos, neste trabalho, que a polissemia de “ver” é resultado de um processo de metaforização que ocorre através do esquema imagético do contêiner proposto por Lakoff e Johnson (2009 [1980]). Desse modo, compreendemos que a visão como percepção sensorial envolve a ideia de contêiner no sentido que aponta Sweetser (1990), visto que trazemos todas as informações visuais com as quais nos deparamos em nosso cotidiano para “dentro” de nosso campo visual. Embora esta seção se dedique a tratar pontualmente de **Ver 2**, exemplificaremos abaixo, a partir de algumas ocorrências, como, de fato, a noção de visão física – tratada por nós como percepção sensorial – e a de visão mental – tratada por nós como percepção cognitiva – envolvem a ideia de que trazemos para nosso campo visual aquilo que está fora dele.

(67) Não, eu já fiz issu muito i eu achu qui tudu é fasi, eu já passei dessa fasi, eu quandu eu era mais nova eu gostava muito, era barzinhu, era bati papu +, hoji não, hoji eu já sô mais di den di casa mesmu, sô mais sussegada, agora eu inda gostu di assim, di fazê uma leitura, di **vê** um bom programa, assisti uma palestra, palestra eu ouço muito i na na televisão, às vezes pegu fitas tamém gravadas pra ouví, gostu muito di di palestras du du:: Eduardo Aquino

(68) Agora, eu não me arrependo em nenhum momento da escolha que eu fiz, de ta ralano bastante, eu sei e eu sei que o curso seria pesado, eu tenho meus irmãos que fizeram e

eu sempre vi eles estudano muito, então eu sempre soube dessa característica do curso, mas eu to adorano e....nó, tô cada vez teno mais certeza que eu acertei na minha escolha.

Ao analisarmos as ocorrências de **Ver 1** acima, vemos que, ao empregar o verbo “ver”, os informantes trazem aquilo que é percebido – neste caso, através do sentido da visão – para “dentro” do seu campo visual. Em (67), o falante enumera diferentes atividades que gosta de realizar, dentre elas assistir a um bom programa na TV. Já em (68), o entrevistado relata sua experiência na faculdade e afirma que, mesmo tendo presenciado, no passado, seus irmãos estudando muito e enfrentando dificuldades, não hesitou em seguir o mesmo caminho. Vemos que, em (67), o falante importa o “bom programa” para seu campo de visão sensorial, enquanto que, em (68), o falante tem acesso à situação – o momento em que seus irmãos estudavam – a partir de sua percepção através da visão.

Além disso, ao abordar a visão enquanto percepção cognitiva, verificamos que nela também é possível perceber a noção de contêiner, visto que igualmente realizamos uma transferência, representada, neste caso, por um processo cognitivo em que o falante parte de evidências factuais e projeta-as como atividade mental a partir de suas conclusões e seus julgamentos, conforme podemos verificar nos exemplos abaixo:

(69) intão eu vô:: aposentá i vô vê talvez eu continui com meus trabalhus manuais im casa mesmu i ô si tivé a possibilidadi di consigui um impregu di meio horário, eu posso até voltá a trabalhá purque:: tamém eu num gostaria di pará di vez, mais pur inquantu eu vou ficá um tempu im casa, vou acompanhá-la mais, vou dá mais assistênciã a ela i depois nu decorrê du tempu eu vô vê o que qui eu vou fazê, mais num tem nada pur inquantu assim planejadu não.

(70) Porque hoje tamém muita gente qué voltá pra escola, qué fazê um supletivo porque tá veno a falta que tem um estudo. Muita gente fala aqui na loja. Entendeu? E pra mostrá a importância. Entendeu?

(71) E um dia importante na sua vida que marcou a sua vida. O dia que vocês inauguraram? É do dia que começou a dar certo, que a gente viu que tava dano certo, que tava abrindo os caminho e tudo pra gente. Porque a gente tava num... num buraco assim, sem saída mesmo. Tudo num dava certo, ninguém estendia o braço pra gente, num tinha mais saída, a gente tava desesperado, eu num aguentava mais ver meu pai e minha mãe naquela situação.

(72) Eu já fiquei com sinusite, hepatite e quando eu era nenenzinha eu já tava com hepatite A, graças a Deus porque se fosse hepatite B eu tinha morrido, porque eu tava, eu nasci com muito pouco sangue e minha mãe, eu acho que ela não tava [...] porque ela tava fazendo ginástica pensando que não era ainda mas depois ela foi no médico e viu que, que ela estava esperando eu e aí ela parou de fazer, e esperou até eu... nascer, e também eu, eu [...] ia ter outro irmão, um outro irmão.

Na ocorrência (69), ao tratar do que fará no futuro, o falante diz que irá pensar a respeito. Desse modo, o informante deixa claro que precisa trazer para sua mente planos para um momento posterior. Assim, sua mente é um contêiner que receberá informações abstratas em um movimento de fora para dentro. Em (70), o entrevistado relata que alguns clientes da loja na qual trabalha têm externado sua percepção em relação a algo abstrato: a necessidade de concluir os estudos para melhorar o futuro. Nesse caso, os clientes trouxeram esse sentimento, que é uma situação abstrata, para “dentro” de suas mentes, realizando, igualmente, um movimento que revela a ideia de contêiner. Em (71), o informante, ao ser perguntado sobre um dia importante em sua vida, destaca que este foi representado pelo dia em que percebeu que seu estabelecimento estava sendo bem sucedido. Nessa ocorrência, o falante “trouxe para a sua mente” a ideia de que estava tendo sucesso em seu empreendimento, o que fez com que ele se sentisse satisfeito. Mais uma vez, verificamos a noção de transferência, representada por um processo cognitivo. Já em (72), o falante conta que teve problemas de saúde ao nascer e acrescenta que sua mãe, não tendo conhecimento de que estava grávida, executava exercícios físicos. Ao ter ciência de sua gravidez, parou de realizar tais atividades. Nesse caso, ao transferir para seu campo cognitivo a informação de que estava grávida, interrompeu os exercícios. Isso confirma, mais uma vez, um movimento que revela a ideia de contêiner.

Desse modo, defendemos, em nosso trabalho, como já afirmado anteriormente, a ideia de que a passagem da noção mais concreta à mais abstrata com as construções com o verbo “ver” deu-se através de um processo metafórico ligado ao esquema imagético do contêiner. Ao analisar os exemplos de **Ver 1** e **Ver 2** acima, confirmamos que a noção de movimento inserida nesse esquema resulta no processo de metaforização identificado nos diferentes usos de “ver”, gerando sua polissemia. Pode-se destacar, ainda, que a ideia de manipulação abordada por Sweetser (1990), conforme tratado na seção 2.1. e no início deste capítulo, apresenta-se tanto nas ocorrências de **Ver 1**, quanto nas de **Ver 2**, revelando, mais uma vez, a polissemia do verbo “ver”. Como aponta a autora, a visão e o intelecto caminham paralelamente, devido, em parte, à habilidade de focalização presente no sentido da visão. Vale lembrar que, conforme já destacamos acima, Sweetser (1990) acredita ser natural que verbos relacionados à visão desenvolvam sentidos abstratos de atividade mental, devido ao fato de a visão estar diretamente relacionada ao intelecto por ser nossa fonte primária de informações objetivas sobre o mundo.

Nesse sentido, a partir das considerações acima, há indícios de que **Ver 2** seria posterior a **Ver 1**, visto que este uso resultaria de uma abstratização natural de “ver”, conforme

destacado por Sweetser (1990). Assim, a fim de reunir mais evidências de que o uso [+ abstrato] foi instanciado na língua em um período mais recente, trataremos, a partir deste momento, do possível padrão construcional de **Ver 2**. Desse modo, também em **Ver 2**, nos dedicaremos à identificação dos complementos que se localizam à direita do verbo. Conforme demonstraremos, diferentemente dos resultados apontados na seção destinada a **Ver 1**, **Ver 2** não apresenta a mesma possibilidade de complementos revelada pelo uso [- subjetivo] do verbo – como tratado na seção 4.1.: no caso de **Ver 2**, identificamos como complemento prototípico à direita do verbo orações encaixadas finitas. Por outro lado, outra evidência que reforça ser o encaixamento com orações encaixadas finitas o padrão prototípico de **Ver 2** é, como também demonstraremos, a ausência de encaixamento com orações encaixadas não-finitas neste caso.

Como discutido no Capítulo II – mais especificamente, na seção 2.3. – e também na seção 4.1. deste capítulo –, Cezário (2001) pontua que o tipo de visão envolvida no uso do verbo “ver” – direta ou indireta – é o que determina se a estrutura com esse verbo é mais ou menos integrada. Desse modo, a partir do que destaca a autora, buscaremos comprovar, a partir da análise apresentada adiante, que **Ver 2** apresentaria como complemento à direita primordialmente formas menos integradas, que, no caso dos nossos dados, são representadas pelas orações encaixadas finitas. Também Pontes (1973 *apud* CARVALHO, 2004) e Perini (1977 *apud* CEZÁRIO, 2001), assim como Cezário (2001), partem do princípio de que a visão indireta – representada pela percepção cognitiva – apresenta como característica fundamental o encaixamento com orações finitas.

Baseando-nos nas questões apresentadas acima, descreveremos, a partir deste momento, os complementos de **Ver 2** que foram identificados em nossos dados. A partir das considerações apresentadas, defendemos, portanto, a tese de que **Ver 2** apresenta como seu complemento prototípico orações encaixadas finitas. Vejamos a tabela abaixo, na qual disponibilizamos a frequência dos complementos à direita de **Ver 2**:

Tabela 4 – Levantamento da frequência dos complementos à direita de **Ver 2**

	SN		Oração encaixada finita		Oração encaixada não-finita		Pronome		Outros casos		Total de ocorrências
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	
Corpus do Projeto Mineirês	27	29%	45	48,4%	0	0%	7	7,5%	14	15,1%	93

Verificamos na tabela 4 que, em um total de 93 ocorrências classificadas como **Ver 2**, foram identificadas 45 nas quais o complemento de “ver” realiza-se como uma oração encaixada finita – o que totaliza 48,4%. Foram encontradas, ainda, 27 ocorrências – isto é, 29% – nas quais o complemento de “ver” é um SN e 7 em que o complemento é um pronome – o que totaliza 7,5% das ocorrências. Temos, por fim, representando 15,1%, 14 ocorrências em que os complementos de “ver” foram alocados na categoria “outros casos”, cujos critérios de estabelecimento e composição já foram abordados na seção 4.1. Como já mencionamos, diferentemente do que foi identificado em **Ver 1**, não foram atestadas orações encaixadas não-finitas como complemento de **Ver 2**, o que, conforme já apontamos anteriormente, vai ao encontro do que destacam Pontes (1973 *apud* CARVALHO, 2004), Perini (1977 *apud* CEZÁRIO, 2001, p. 32) e Cezário (2001). No entanto, esse resultado não dialoga com os achados de Carvalho (2004), que, conforme vimos na seção 2.3., identificou orações encaixadas finitas e não-finitas como complemento de “ver” com sentido [+ abstrato].

Desse modo, a fim de ilustrar a realização dos complementos descritos na tabela 4, apresentamos, a seguir, algumas ocorrências retiradas de nossos dados, analisando-as individualmente. Demonstraremos, primeiramente, ocorrências em que **Ver 2** apresenta um complemento oracional finito. Conforme vimos na tabela em questão, este complemento se mostrou prototípico neste uso mais subjetivo de “ver”, totalizando 48,4% das ocorrências:

(73) E e a coisa mais interessante é que alguém me falou a respeito de da das fêmeas, que elas eram mais amigas, que elas eram mais corajosas e tudo, e realmente, eu como a minha única experiência com macho foi o NP, eu vi que as fêmeas são realmente fora de serio.

(74) Se eu ver que a pessoa ta sendo falsa eu ... falo na hora, eu detesto a falsidade e a fofoca ... são coisas terríveis no no ser humano. Eu acho que pode ser + é missão. Uma pessoa pode ter é claro que até um certo ... até um certo patamar. A própria inveja todo mundo tem e mesmo + sem ser exagerado mas + a a fofoca ... que causa intriga que causa morte é causa tudo e:: e a falsidade eu não suporto.

Nas ocorrências acima, **Ver 2** apresenta como complemento orações encaixadas finitas introduzidas por “que”. Em (73), a oração finita “que as fêmeas são realmente fora de serio” é complemento de “ver”. Nessa ocorrência, o informante relata sua experiência com cães e afirma ter preferência pelas fêmeas. Esse complemento evidencia a opinião do falante acerca das cadelas, sendo assim, “ver” pode ser parafraseado por “perceber”. Em (74), o complemento do verbo em questão é a oração encaixada finita “que a pessoa ta sendo falsa”. Mais uma vez, o verbo “ver” pode ser parafraseado por “perceber” e tem como complemento

uma oração que expressa o julgamento do falante acerca da personalidade de uma pessoa. Nas duas situações em questão, “ver” apresenta um complemento oracional finito que expressa atitudes e julgamentos do falante acerca do conteúdo proposicional.

O segundo complemento mais frequente identificado em **Ver 2** realiza-se como um SN. Vejamos, a seguir, algumas ocorrências que representam esse tipo de complemento:

(75) Pra entrar eu não achei muito difícil não, é no primeiro ano que eu fiz eu passei, agora aqui sim em todas as matérias que a gente vê a dificuldade passar aqui em todas as matérias, é aí sim é difícil.

(76) Ah a gente brasileiro está muito desiludido né? Nós é:: ... temo motivo nenhum pra comemorar uma eleição nesse Brasil nosso de corrupção { }tal; jeito e:: ce não vejo solução porque:: descobre os culpados é ... vê os { } sabe quais que são os erros e + a justiça + nem tenta punir mas a a justiça num ... infelizmente é inalterante.

Nas ocorrências (75) e (76), temos duas situações em que o complemento de **Ver 2** é um sintagma nominal. Em (75), o entrevistado expõe as dificuldades que enfrenta na faculdade em relação às disciplinas de seu curso. Já em (76), ao apresentar seu ponto de vista em relação à situação política do Brasil, confessa que não percebe solução para os problemas do país. Nos dois casos, “ver” apresenta à sua direita um SN e é usado com a função de externar o ponto de vista do falante acerca do que diz.

Conforme demonstramos na tabela 4, foram identificadas, também, ocorrências de **Ver 2** cujo complemento à direita trata-se de um pronome. Apresentamos abaixo algumas ocorrências em que isso ocorre:

(77) Eu acho que ia ser .Sabe? eu num sei se é porque eu adoro carnaval. Porque igual, muita gente quando vê que é carnaval: – Ah é aquelas mulher pelada. Eu num vejo isso. Eu vejo cultura. Mesmo porque se cê for fazer um grupo de carnaval, CE num precisa por o povo pelado

(78) cada vez qui eu, qui eu olho uma bíblia eu não vejo como um livro, eu num vejo como um livro di física, não a vejo como um livro di matemática,eu não a vejo como um livro di di di ciência mas eu vejo ela como um um um uma carta qui ela nus impulsiona a a ciência i a razão, ela nus impulsiona a verdade i a emoção

Nas ocorrências (77) e (78), **Ver 2** apresenta como complemento à direita os pronomes “isso” e “ela”. Em (77), o falante manifesta sua opinião a respeito do carnaval e afirma que percebe o evento como um acontecimento cultural, opondo-se, segundo ele, à opinião de muitas pessoas. Já em (78), o entrevistado afirma que compreende a Bíblia como uma carta

que o impulsiona, dentre outras coisas, à verdade e à emoção. O verbo “ver”, em ambos os casos, tem como seu complemento à direita um pronome e apresenta um sentido [+ subjetivo].

Conforme já discutido na seção 4.1., foram organizados em um grupo específico, o qual denominamos “outros casos”, complementos que não se apresentam imediatamente à direita do verbo “ver”. Oferecemos abaixo algumas ocorrências desta categoria e suas respectivas paráfrases, a fim de demonstrar a colocação do complemento sem que este seja topicalizado ou omitido:

(79) um bloco assim, pro pessoal brincar, uma coisa sadia, natural. Eu acho o Carnaval uma coisa bonita, enquanto tanta gente acha que é vulgaridade, eu num vejo assim. Eu num vejo, eu vejo cultura no carnaval.

(79') eu num vejo o carnaval assim.

(80) **E com relação ao convívio dos Sírios com os italianos?**

Com os italianos. Olha eu acredito... que geralmente falam assim: Ah, é... havia um rivalidade entre Sírio e os Italiano. Eu nu vejo por esse lado não. Não vivi aquela época, mas pelo o que eu sei num tinha rivalidade nenhuma entre sírio e italiano.

(80') Eu nu vejo isso por esse lado não.

Nas ocorrências acima, é possível observar que os complementos de “ver” não se encontram de forma explícita nos enunciados. No entanto, é possível recuperá-los através do contexto. Vemos, em (79), que o falante afirma que percebe o carnaval como um movimento cultural. Ao analisar a paráfrase (79'), torna-se claro que o espaço do complemento de “ver” pode ser preenchido por um SN, nesse caso, “o carnaval”. Já em (80), o entrevistado aborda a situação dos Sírios e dos Italianos em sua cidade no passado. Ele expõe seu ponto de vista em relação ao assunto e afirma discordar do que muitos dizem sobre a convivência entre os dois grupos ser amigável. Mais uma vez, diante da paráfrase apresentada, constatamos que a posição de complemento de “ver” pode ser preenchida pelo pronome “isso”, que pode ser inferido através do contexto.

Diante do que foi discutido, verificamos que **Ver 2** é um uso [+ subjetivo] e [+ abstrato], visto que expressa crenças e julgamentos do falante em relação ao que diz. Desse modo, **Ver 2** envolve a percepção cognitiva, sendo resultado de processos de metonimização e metaforização. Concluímos, ainda, que o processo de metaforização é responsável pela instanciação do uso [+ abstrato] de “ver”, envolvendo a projeção entre domínios, tendo como base o esquema imagético do contêiner (LAKOFF & JOHNSON, 2009 [1980]). Demonstramos também que **Ver 2** é posterior em relação a **Ver 1**, visto que apresenta um número

consideravelmente menor de ocorrências em relação ao primeiro uso descrito neste capítulo – o que comprova as colocações de Sweetser (1990), que afirma que, no que se refere aos verbos perceptivos, usos [+ abstratos] são resultados naturais de usos [- abstratos]. Já em termos de padrão construcional, confirmamos nossa hipótese de que **Ver 2** teria como complemento prototípico orações encaixadas finitas.

4.3. Ver 3

Além do uso que expressa percepção sensorial – descrito na seção 4.1. – e do uso que expressa percepção cognitiva – tratado na seção 4.2. –, foi identificado, ainda, em nossos dados, um uso que mescla a percepção sensorial à percepção cognitiva, o qual denominamos, neste trabalho, de **Ver 3**. Consideramos esse terceiro uso de “ver” como sendo híbrido, visto que os falantes se baseariam na percepção sensorial – que é entendida por Cezário (2001) como visão direta – para projetar, do ponto de vista cognitivo, sua percepção em relação à situação envolvida na proposição. Ressaltamos aqui novamente que esse mesmo uso também foi identificado nos trabalhos de Cezário (2001) e Carvalho (2004).

Este uso foi o segundo mais representativo no *corpus* analisado: foram encontradas 116 ocorrências, correspondendo a 13,9% em um total de 833 ocorrências. Vale ressaltar que optamos por tratar o uso híbrido após discutir o uso abstrato por acreditarmos que, desta forma, oferecemos uma análise mais clara – e talvez mais precisa –, visto que **Ver 3** envolve, concomitantemente, a percepção sensorial, já discutida na seção 4.1, e a percepção cognitiva, tratada na seção 4.2.

Em se tratando da atuação de **Ver 3**, é possível afirmar que este uso é capaz de expressar o ponto de vista/a crença/a atitude do falante acerca de algo, baseando-se em evidências que envolvem a percepção sensorial. Desse modo, tendo em vista que a percepção cognitiva está incluída nesse processo, assim como em **Ver 2**, podemos dizer que este uso é também [+ subjetivo] e [+ abstrato] em relação a **Ver 1**. Apresentamos abaixo algumas ocorrências de **Ver 3**, a fim de demonstrar o envolvimento das percepções sensorial e cognitiva neste uso:

(81) Porque num tem condições. Eu essa semana, domingo, tinha um colega tomano soro. Né? Aí a gente foi lá vê se ele tava precisando de alguma coisa. Tá uma vergonha! O hospital tá sujo, não tem remédio, não tem nada. Sabe? Tá precário demais da conta.

(82) Acho que o meu maior desafio assim, era prová pras pessoas que eu tinha capacidade. Entendeu? Porque as pessoas me viam assim como coitadinha. Entendeu? Então eu sentia uma necessidade enorme de provar pra elas que eu tinha capacidade, que eu ia vencer e que eu podia vencer. Entendeu?

(83) É ... e como é que era na sua adolescência, com é que eram os namoros?

Ah, pelo que eu vejo hoje, que eu tenho uma prima de treze anos, ela é dez anos mais nova do que eu e... os meus namoros nessa idade, nessa faixa assim, da adolescência eram bem mais inocentes do que é hoje, era aquele negócio de paquerá, de olhá, de mandá a amiga dá recado. Hoje não, hoje já conversa, já chega, nem conhece direito já sai, já fica, é um ali, um aqui. Eu não, eu tive namoradinho, sabe aquele negócio

Nas três ocorrências apresentadas, o verbo “ver” expressa, simultaneamente, percepção sensorial e cognitiva. Em (81), o falante conta que foi visitar um amigo no hospital para verificar se ele estava precisando de algo. Neste caso, a partir do que ele observasse em relação às condições físicas do amigo e do que o amigo lhe dissesse, o falante iria concluir se o paciente precisava ou não de algo. Em (82), a entrevistada relata que as pessoas, ao observarem suas atitudes, concluíam que ela era uma “coitadinha”. Mais uma vez, a percepção sensorial que se tem de algo viabiliza a percepção cognitiva em relação ao que se diz. Já em (83), o informante expõe seu ponto de vista em relação aos namoros dos adolescentes a partir do que observa no comportamento de sua prima e de outros jovens da idade dela. Desse modo, constatamos, nas três ocorrências acima, “ver” tem um sentido híbrido, visto que expressa o julgamento do falante acerca do que diz, com base em situações ou atitudes concretas que são observadas por ele.

Retomando a discussão empreendida na seção 4.2., **Ver 3**, assim como **Ver 2**, seria resultado de processos de metonimização e metaforização, apresentando, no caso da metaforização, a projeção entre domínios, que teria como base, conforme defendemos neste trabalho, o esquema imagético do contêiner (LAKOFF & JOHNSON, 2009 [1980]). Nesse sentido, assumimos que **Ver 3** representa uma mescla entre os domínios concreto e abstrato. Desse modo, o falante faz uso de evidências fundamentadas na visão com o intuito de projetar sua perspectiva / seu julgamento em relação a elas, acarretando, assim, o caráter [+ subjetivo] deste uso. Destacamos, ainda, que **Ver 3**, assim como **Ver 2**, envolve modalidade epistêmica, já que, conforme vimos no Capítulo I – na subseção 1.2.1. –, esta modalidade está relacionada à expressão da perspectiva pessoal do falante acerca do que diz. Em relação ao mecanismo da metonimização, acreditamos que este seja, também, crucial para o surgimento de **Ver 3**, visto que defendemos que, assim como ocorreu em **Ver 2**, este uso surge durante a

interação e, através de inferências sugeridas, é semanticizado através do fluxo associativo e contínuo da fala/escrita.

No que tange ao tipo de visão presente no sentido híbrido de **Ver 3**, este uso engloba tanto a percepção sensorial quanto a percepção cognitiva, envolvendo, portanto, a visão direta e a visão indireta, conjuntamente. Partindo do princípio de que **Ver 2** e **Ver 3** se aproximam por serem usos [+ subjetivos] de “ver”, nós os consideramos, neste trabalho, em distribuição complementar em relação a **Ver 1**, uso [- subjetivo] do verbo. Nesse sentido, os resultados que apresentamos até o momento parecem corroborar a nossa hipótese: como **Ver 1** envolve visão direta, ele tende a apresentar, dentre os seus complementos à direita, orações encaixadas não-finitas, que, por sua natureza, como destaca Carvalho (2004), seriam mais icônicas na língua, representariam, de forma mais direta, a realidade apreendida através do sentido da visão e poderiam ser consideradas, portanto, mais integradas ao verbo. Por outro lado, como **Ver 2** e **Ver 3** envolvem visão indireta, estes dois usos favoreceriam o encaixamento com orações encaixadas finitas, as quais apresentariam menor grau de integração em relação ao verbo.

Diante das considerações acima, trataremos adiante do padrão construcional de **Ver 3**, descrevendo os complementos que o acompanham à direita. Com base na discussão empreendida acima, partimos da hipótese de que o padrão construcional deste uso seria, preponderantemente, o encaixamento com oração finita. Apresentamos, a seguir, uma tabela na qual descrevemos os complementos identificados em **Ver 3**, bem como sua frequência nos dados.

Tabela 5 – Levantamento da frequência dos complementos à direita de *Ver 3*

	SN		Oração encaixada finita		Oração encaixada não-finita		Pronome		Outros casos		Total de ocorrências
	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	n.º	%	
Corpus do Projeto Mineirês	23	19,8%	58	50%	0	0%	12	10,4%	23	19,8%	116

A partir da tabela 5, podemos verificar que, de fato, o complemento prototípico de **Ver 3** realiza-se à direita através de orações encaixadas finitas. Este tipo de encaixamento ocorreu em 58 ocorrências em nossos dados, correspondendo ao total de 50%. Na categoria “outros

casos”, que corresponde às situações em que o complemento não se encontra imediatamente à direita do verbo “ver”, foram identificadas 23 ocorrências, ou seja, 19,8% . O mesmo resultado foi encontrado para a complementação à direita com SNs. Os pronomes, por sua vez, representam 10,4% dos complementos à direita, totalizando 12 ocorrências. E, como é possível verificar na tabela acima, assim como ocorreu com **Ver 2**, não foram constatadas ocorrências com complemento oracional não-finito dentre os complementos identificados para **Ver 3**.

Passamos, a seguir, a exemplificar os complementos à direita de **Ver 3** descritos na tabela acima. Conforme vimos, o complemento mais frequente em nossos dados – corroborando nossa hipótese – são as orações encaixadas finitas, assim como ocorre em **Ver 2**. Vejamos esse tipo de encaixamento nas ocorrências abaixo:

(84) Olh’eu achu assim antis d’eu fazer o vestibular quando eu pensava im fazer psicologia eu via qui era um mercado acabadu qui num ia ter lugar pra mim trabalhá qui {inint} na época qui eu fiz o vestibular qui eu passei eu comecei a tê um pensamento diferenci i é o pensamento qui eu tenhu hoji eu acho qui se ocê fô um bom profissional cê tem cê tem trabalhu sim si ocê si isforçá pur mais qui seja difícil ocê acaba tenu um lugar po0que cê vai criá o seu lugar naquilo

(85) O povo de Arceburgo tinha que ter mais interesse. Né?
Mas num tem, é difícil. Você veja: Arceburgo tem um jornal cê pega o jornal, não menosprezando quem escreve o jornal, mas cê vê um quantidade imensa de palavras escritas erradas e a gente vê que num é erro de diagramação, é erro de concordância mesmo. É falta de conhecimento de gramática mesmo.

Nas ocorrências acima, **Ver 3** tem como complementos à direita orações encaixadas finitas, introduzidas pelo complementizador “que”. Em (84), o falante conta que, na época em que estava prestes a realizar as provas do vestibular, a partir do que observava à sua volta em relação à psicologia, concluía que esta era uma profissão que não lhe ofereceria muitas oportunidades. Como podemos perceber, a oração encaixada finita “qui era um mercado acabadu” complementa o verbo analisado. Já em (85), o informante relata que os textos do jornal da cidade são mal escritos, contendo erros de concordância. Nesta ocorrência, o encaixamento em relação a **Ver 3** é realizado através da oração finita “que num é erro de diagramação”.

As ocorrências (86) e (87), por sua vez, representam situações em que o complemento de **Ver 3** à direita realiza-se através de um SN.

(86) Se você já fosse vota[r] como você já... / como que você escolheria seu candidato?
Eu vô te[r] que fala[r] qual seria meu candidato?

Não, como você escolheria
Dependendo do jeito que ele fala, olhan[d]o pra ele, vendo a cara dele.

(87) Ent2- e qual é a história?

Cri- tem um monstu que num gosta das criança quer vê o mal né aí essas pessoas tem uma feiticeira tem uma cobra que fala um bichu lá isquisitu e eticetera e lá no castelu ratimbun tem aquelas caixas de música tem um passarinho que canta e tem também é os circu de carrinhu, que tem um trem assim tem um monti de parquinhu tudu legal.

Em (86), o entrevistado declara que, para escolher o candidato certo para votar, é preciso observar o seu comportamento, suas atitudes e seus pensamentos, refletidos através de suas feições. Assim, o complemento de “ver”, nesta ocorrência, é o sintagma nominal “a cara dele”. Já em (87), ao descrever um programa de televisão, o informante relata a existência de um personagem, representado por um monstro, que deseja observar situações ruins acontecerem na vida das pessoas. Assim, o personagem em questão almeja concluir, através dos acontecimentos que observa, que as pessoas à sua volta sofrem maldades. Nesta ocorrência, o complemento de **Ver 3** é, mais uma vez, um SN, representado, neste caso, por “o mal”.

Os pronomes também figuraram dentre os complementos à direita de **Ver 3** analisados, conforme observamos nas ocorrências (88) e (89).

(88) Agora eu conheço gente assim, que dá aula aqui e reclama muito. Que não tem respeito na sala de aula, que o aluno desafia muito o professor. Entendeu? Põe à prova se o professor tem o controle da sala ou não. Entendeu? O aluno qué testá o professor, eu vejo muito isso hoje.

(89) acriditi na força das palavras nas horas certas, nus momentus certus, acriditi na força da palavra di Deus, na bíblia, não im vê-la para poder é:: querê separá as coisa ou julgá as coisa dexa qui as coisa si julgam pur si só mas para poder adquirir sabedoria né i adquirir sabedoria é a a a palavra di Deus na pessoa di Jesus Cristo

Em (88) e (89), os complementos à direita de **Ver 3** se realizam através de um pronome. Na ocorrência (88), o entrevistado manifesta sua opinião acerca da relação entre alunos e professores. Segundo a percepção do falante, diante do que ele observa e de relatos de professores, os alunos desafiavam os professores a fim de testá-los. Como podemos verificar, o complemento de “ver”, em (88), é o pronome “isso”. Já em (89), o falante aconselha seu interlocutor a perceber a bíblia como instrumento de sabedoria. Vemos, mais uma vez, que o complemento de “ver” é representado por um pronome.

Assim como vimos em **Ver 1** e **Ver 2**, foram verificadas, em **Ver 3**, algumas ocorrências em que o complemento de “ver” não é expresso à direita do verbo. Essas ocorrências foram classificadas como “outros casos”. Vejamos a realização deste tipo de complemento neste uso e sua exemplificação através de paráfrases.

(91) Ah... foi a NP. que feis?

Foi. Foi a NP. que feis o meu parto... na hora que eu vi... nossa! Aquilo foi a maior alegria pra mim! Me marco muito.

(91') na hora que eu vi o bebê

(92) Que características esse/ de caráter um político deveria te[r]?

Olha eu acho/ porque o presidente, ele num precisa manda[r] no Brasil, ele sô vai lá pro exterior/prá mostra[r] a cara dele /que ele [es]tá (sen[d]o presidente) do Brasil, só para isso, o resto ele num faz nada, só manda e desmanda leis, mas se eu fosse escolher eu teria que olha[r] o caráter, todas as reportagens dele teria que lê[r] depois de muito tempo se num tiver fofoca contra ele, aí tem que vê[r] com bastante cuidado.

(92') tem que vê[r] tudo com bastante cuidado

Temos, nas ocorrências acima, situações em que o complemento de “ver” não se realiza à direita do verbo, sendo, assim, inferido através do contexto. Em (91), a entrevistada relata a emoção que sentiu ao ver seu bebê pela primeira vez. Considerando que a informante descreve seu parto, conclui-se que ela se emocionou ao conhecer seu filho, como vemos em (91'). Em (92), o falante trata da personalidade ideal de um político e, diante de todo o discurso do interlocutor, inferimos que, ao empregar o verbo “ver”, ele afirma que é preciso analisar tudo o que foi relatado por ele para elegê-lo ou não, como se pode observar em (92').

A partir do que foi apresentado, podemos concluir que **Ver 3** é, de fato, um uso híbrido, que mescla percepção sensorial e percepção cognitiva. Dessa forma, ao fazer uso de **Ver 3**, o falante se basearia em evidências diretas, que podem ser percebidas sensorialmente, para projetar, do ponto de vista cognitivo, sua percepção indireta em relação à situação envolvida. Nesse sentido, considerando que a percepção cognitiva é parte desse processo, **Ver 3**, assim como **Ver 2** é [+subjetivo] e [+abstrato] em relação a **Ver 1**. Isso também justifica o padrão construcional deste uso, demonstrado em nossa análise: uma vez que **Ver 2** e **Ver 3** envolvem visão indireta, eles apresentam como complementação prototípica à direita o encaixamento com orações finitas, as quais revelam menor grau de integração em relação ao verbo.

4.4. Marcadores discursivos com o verbo “ver”

Além dos usos descritos nas seções anteriores e denominados por nós de **Ver 1**, **Ver 2** e **Ver 3**, também foram verificadas outras construções com o verbo “ver” que exercem, no discurso, a função de marcadores discursivos (doravante, também MDs). Foram encontradas 90 ocorrências com a presença de marcadores discursivos em que figura o verbo “ver” e, dentre elas, identificamos 8 diferentes tipos de marcadores. Desse modo, conforme já apontado na tabela 1, os marcadores discursivos totalizam 10,8% das ocorrências com “ver” que foram analisadas. Destacamos aqui que, tendo em vista que foram variados os tipos de marcadores discursivos encontrados em nossos dados e que cada um deles apresenta suas particularidades e especificidades, reconhecemos a necessidade de se desenvolverem trabalhos futuros que tenham pontualmente como foco os marcadores discursivos com o verbo “ver”. Assim, seria possível descrever, com maior minúcia, a realização desses marcadores na língua.

Sobre os marcadores discursivos, Freitag (2008) destaca que há controvérsias em relação à sua terminologia. Para a autora, tais construções atuam tanto no plano textual, ao estabelecerem elos coesivos entre partes de um texto, como no plano interpessoal, ao manterem a interação falante/ouvinte e ao auxiliarem no planejamento da fala. Nesse sentido, com base em Macedo e Silva (1996), Freitag (2008, p. 22) aponta que, sob o rótulo dos marcadores discursivos, inserem-se “requisitos de apoio discursivo”, que têm como característica sua natureza interpessoal. Desse modo, a autora ressalta que estas construções relacionam-se à organização da fala e podem desempenhar funções nos planos (i) interpessoal, ao atuarem como elemento de contato entre os interlocutores; (ii) interpessoal e textual, ao solicitarem a atenção do ouvinte para determinadas partes do texto, focalizando aquilo que as antecede; e (iii) rítmico, ao funcionarem como marcadores de ritmo.

Ao tratar do interesse que vem surgindo pelo estudo dos marcadores discursivos, Rost & Görski (2011) afirmam que os MDs não podem ser encaixados facilmente em uma classe formal de palavras, visto que sua formação provém de categorias diferentes, como conjunções, preposições, advérbios, verbos etc. Sendo assim, é plausível considerá-los como uma classe funcional (SCHIFFRIN, 1987; RISSO *et al.*, 1996, 2006 *apud* ROST & GÖRSKI, 2011). Nesse sentido, Urbano (1997 *apud* ROST & GÖRSKI, 2011, p. 425) defende que os marcadores discursivos são “elementos multifuncionais que amarram o texto não só enquanto estrutura verbal cognitiva, mas também enquanto estrutura de interação interpessoal”.

No que diz respeito ao uso de marcadores discursivos em textos orais, Rodrigues

(2009) pontua que os MDs são fundamentais nas articulações textuais e interacionais, já que são “sinalizadores pragmáticos do monitoramento local do texto falado e das relações interlocutivas responsáveis por sua co-produção dinâmica e emergencial” (RISSO *et al.*, 2006 *apud* RODRIGUES, 2009, p.29). Com base em Risso *et al.* (1996, 2006), a autora destaca que as funções textuais e interacionais dos marcadores discursivos são responsáveis por organizar localmente o texto falado e direcionar a interação entre os interlocutores.

Tendo em vista o esquema imagético do contêiner (LAKOFF & JOHNSON, 2009 [1980]), tratado nas seções 4.2 e 4.3, é possível também identificá-lo nos marcadores discursivos encontrados, nos quais figura o verbo “ver”. Conforme demonstraremos ao tratar brevemente de cada um dos MDs, ao fazer uso destas construções, o falante busca que seu interlocutor compartilhe sua opinião ou que o ouvinte/leitor acompanhe seu raciocínio. Desse modo, o uso dos marcadores discursivos caracteriza-se pela realização do movimento dentro-fora presente no movimento entre contêineres, visto que o interlocutor busca trazer para dentro do seu contêiner – representado por sua linha de pensamento – a opinião e/ou o raciocínio de seu interlocutor. Outro movimento identificado na realização dos marcadores discursivos, representado por “deixa eu ver”, ocorre através de uma transferência de uma ideia ou um pensamento abstrato para “dentro da mente do interlocutor”. Neste caso, o interlocutor utiliza este marcador para reformular seu discurso, pedindo um tempo durante a interação para que possa trazer para “dentro de seu contêiner”, representado por sua mente, as ideias necessárias para a prosseguir o discurso já iniciado.

Podemos afirmar, ainda, que os marcadores discursivos são, também, polissêmicos, visto que recuperam, de algum modo, a noção de percepção. Ao fazer uso dos marcadores, o interlocutor enfatiza seu ponto de vista em relação à realidade. Assim, empenha-se em levar o seu interlocutor a compartilhar sua percepção relação àquilo que diz. Vale destacar que os MDs representam a percepção cognitiva, visto que estão relacionados ao ponto de vista dos interlocutores, sendo, conseqüentemente, [+ subjetivos] e [+ abstratos] em relação a **Ver 1**.

Em nossos dados – retirados de entrevistas, conforme abordado no Capítulo III – encontramos um número expressivo de marcadores discursivos. O importante papel dos MDs em situações de interação, como destacado acima, justificaria o grande número de marcadores por nós verificados neste trabalho. Estas construções foram divididas em 8 tipos, conforme apontamos abaixo. Apesar de serem muitos os marcadores apurados, foram encontradas poucas ocorrências em cada tipo, sobressaindo-se, no entanto, com maior número de ocorrências, o marcador discursivo “viu”. Vejamos a tabela abaixo, a fim verificar a frequência dos marcadores discursivos atestados em nossos dados:

Tabela 6.– Levantamento da frequência dos marcadores discursivos com o verbo “ver” de acordo o tipo identificado

Marcadores discursivos com o verbo “ver”	n.º	%
Viu	47	52,2%
Deixa eu ver (deixa eu vê / dexa eu vê / deixo ver / xô vê)	24	26,7%
Você (vai) ver (você vê / cê vê / cê viu / cê vai vê)	13	14,5%
Quer ver (qué vê)	2	2,2%
Veja bem	1	1,1%
Vê lá	1	1,1%
Você veja	1	1,1%
Para/prá você/ocê/cê vê	1	1,1%
Total de ocorrências	90	

Como é possível verificar na tabela acima, o marcador discursivo “viu” foi o mais frequente em nossos dados, totalizando 47 ocorrências, o que corresponde a 52,2%. Em seguida, temos “deixa eu ver”, que equivale a 26,7% dos marcadores encontrados, isto é, 24 ocorrências. Representando 14,5% dos MDs identificados, temos “você (vai) ver”, com 13 ocorrências. Localizamos, ainda, 2 ocorrências em que figura o marcador discursivo “quer ver”, correspondendo a 2,2% desta categoria. E, finalmente, com apenas uma ocorrência, temos os marcadores “veja bem”, “vê lá”, “você veja” e “pra você ver”, cada um deles totalizando 1,1%. Passamos, a seguir, a tratar individualmente de cada um dos marcadores descritos na tabela 6.

I – O marcador discursivo “viu”

Este marcador discursivo foi o mais recorrente em nossos dados, conforme apontado acima. Ele é empregado como uma estratégia interacional, que permite que o falante direcione

a atenção de seu interlocutor para a proposição, com a intenção de que o interlocutor venha a concordar com o que diz o falante, o que revelaria, inclusive, seu caráter [+ intersubjetivo]. Vejamos abaixo algumas ocorrências que representam esse uso.

(93) E sobre o presente de Arceburgo, o que que a senhora acha que precisa mudá?
Ah ... de tudo um pouco , de tudo um pouco. O jardim por exemplo tá completamente abandonado. Né? Eles diz que iam pegá mas depois com... a ... negócio da Festa de São João, diz que ia esperá passá a festa. Né? Agora, com essa falta de chuva, de água, e tem que economizá energia, num sei, por enquanto ainda num mexeram, mas vão mexer sim. E o hospital, é muito necessário, viu ô... eu acho.

(94) a escola devia se integrar com o Instituto Histórico. Entendeu? Juntá fazê alguma coisa! Agora, tem aquilo ali, ninguém sabe pra quê que serve, ninguém sabe quê que tem lá... Entendeu? Fica uma coisa assim, muito vaga! Eu acho, sei lá, eu acho falta. Viu? Falta, falta muita coisa

(95) E quais eram os seus brinquedos?
Eu nunca fui de ter assim... não que meu pai me nego nem nada, sempre meu pai me trazia carrim, mas eu nunca fui apegado a esse tipo de coisa. Meu brinquedo era sempre ta na rua com meus amigos, a molecada... jogá bola. Pra mim eu acho que uma bola bastava na época, viu! Naquela época. Eu tinha brinquedo, esses brinquedo, carrim, esses brinquedo até mais... avançado, esses carrim de controle, mas eu nunca fui... tanto é porque eu num gostava de brincá sozinho, eu sempre gostei de brincá é... na rua.

Em (93), o falante opina sobre o que precisa ser modificado em sua cidade e destaca que o hospital precisa de mudanças urgentes. Logo após essa afirmativa, o marcador discursivo é usado, o que salienta sua função de levar o interlocutor a compartilhar a opinião do falante. Em (94), o entrevistado destaca a necessidade de unir a escola ao Instituto Histórico de sua cidade. Assim, mais uma vez, o falante busca fazer com que seu interlocutor compartilhe com ele seu ponto de vista. Já em (95), o falante conta que, em sua época de criança, não precisava de muitos brinquedos, sendo uma bola o suficiente. Ao empregar o marcador logo após a afirmação “Pra mim eu acho que uma bola bastava”, o falante busca fazer com que seu interlocutor acredite no que está sendo dito. Nos três casos, o marcador discursivo “viu” tem importante função pragmática, visto que organiza o discurso, mantendo as relações interacionais.

II - O marcador discursivo “deixa eu ver”

Este foi o segundo marcador em termos de frequência de uso em nossos dados, sendo

usado, primordialmente, como um pedido de tempo para que o falante possa reformular seu discurso. Vejamos este tipo de construção nas ocorrências (96), (97) e (98):

(96) Depois ele arrumô um outro pintinho, aí o pintinho tava acompanhano ele mesma coisa: todo lugar que ia, corria... atrais. De repente, ele subiu numa cadera, ele pulô em cima do pintinho, o pintinho morreu. Ele tamém quase morreu de tanto que ele gritô e chorô. Deu um trabalho! Foi preciso os vizinho tudo juntá lá em casa, dá água doce, dá chá de hortelã... quê mais? Xô vê se eu lembro de mais... Dos meus filhos tamém?

(97) Em Guarapari foi muito bom também porque eu fiz meu aniversário lá eu e meu primo e foi a primeira vez que eu levei minha impregada lá... (...) que contá dexo vê...primos em geral das duas famílias ...gosto mais do meu primo NP porque ele é da minha idade e istuda na minha sala...

(98) É, alguma coisa ingraçada que cê lembra?

Olha, --- xô vê + tinha uns colegas meus que brigaro dento da sala é + teve uma vez mais isso tem tempo dimais que um colega meu ele assim me agridiu só que eu revidei né eu revidei, só que a gente não foi pra secretaria não, resolveu na sala mesmo.

Nas três ocorrências acima, o marcador discursivo “deixa eu ver” é usado para que o falante possa organizar seu discurso, indicando, assim, necessidades referentes ao processamento do enunciado. Em (96), o falante é solicitado a contar histórias do passado. Ao finalizar uma história, pede um tempo para seu interlocutor para reformular seu discurso e se lembrar de uma nova história para contar. Em (97), o entrevistado fala sobre sua família e pede um tempo para pensar de qual primo mais gosta. Já em (98), ao ser perguntado sobre algo engraçado de que se lembra, o falante pede a seu interlocutor um tempo para se lembrar do fato. Nos casos destacados, além de realizarem um pedido de tempo, os falantes evidenciam para o interlocutor que continuam com o turno conversacional, o que reforça a preocupação dos entrevistados com a interação. Diante dessa preocupação, que inclui o *self* do interlocutor, pode-se dizer que este uso é [+ intersubjetivo].

III - O marcador discursivo “você (vai) ver”

Este marcador discursivo também se mostrou recorrente em nossos dados, representado 14,5% de todos os marcadores identificados. Tem função que consideramos [+ intersubjetiva], visto que o falante, ao fazer uso deste marcador, leva ou interlocutor a compartilhar seu ponto de vista. Vejamos este uso nas ocorrências a seguir:

(99) Nossa cê num sabe quê que foi na década de setenta, ganhá uma Copa... a gente tava lá, num sei o quê... era uma festa. Sabe? É uma alegria, cê num vê os jogador falano que vai dá uma alegria pro pessoal do Brasil, que é sofrido, o povo. Né? Mas é mesmo porque marcô! Porque cê viu. Né? Parece que é uma coisa fácil... é foi lá, ganhô... mas num é, dá até uma coisa diferente pra gente. Sabe?

(100) As festas eram tão boas quanto agora. Só que naquele tempo era uma festa sadia sem imprecância, sem briga sem rivalidade. Era aquela beleza. Tinha ... vinha parques de fora. As festas eram tão animadas que que aquele tempo elas fi... esta festa ficou tradicional desde aquela época. Entendeu? E você é moça, você vê. A festa de Arceburgo é uma festa que tem em pocos lugares.

(101) Mas agora eu acho que Arceburgo agora, se Deus quiser, eu acredito muito em Arceburgo. Eu acho que agora vai mudá. Eu acho que depois de NP... eu acho que depois que a NP veio pra cá, cê vai vê: vai mudar pra melhor.

Em (99), o falante relata a emoção que viveu quando o Brasil foi campeão da Copa do Mundo na década de 1970. Ele faz uso do marcador discursivo “cê viu” a fim de levar o interlocutor a compartilhar sua opinião em relação a esse sentimento. Em (100), o entrevistado fala da festa de Arceburgo e usa o marcador com o mesmo intuito: fazer com que seu interlocutor concorde com o que diz. Além disso, o falante, nesta ocorrência, emprega o MD para reforçar o argumento apresentado por ele – representado pela afirmação “e você é moça” – para o fato de a festa ser tradicional na cidade já há muitos anos. Em (101), por sua vez, o informante fala da situação política da cidade, a qual ele acredita que irá melhorar. Ao fazer uso do marcador discursivo “você vai ver”, o falante conduz seu interlocutor para que este também acredite que a situação da cidade irá melhorar. Nas três ocorrências acima, podemos verificar que o marcador discursivo “você (vai) ver” tem sentido [+ intersubjetivo], visto que o falante leva em conta seu interlocutor ao empregá-lo.

IV - O marcador discursivo “quer ver”

Este marcador ocorreu apenas duas vezes em nossos dados. Ao fazer uso deste tipo de construção, o falante busca levar seu interlocutor a acompanhar o que será dito posteriormente. Sua função é, portanto, claramente catafórica. Vejamos este uso nas ocorrências (102) e (103):

(102) leu andava aqui tinha minha minha tia aqui do outro lado e eu andava só de casa in casa

saia piqueni eu acho que eu largava. { } e eu ia pra lá es panhava ieu e me levava pa passia pa i busca as tia aí eu ia na garupa e eu chegava e ieu crau na garupa e ia aí aí fui ganhano um dinheiro né, na época, ieu ganhei + **qué vê** + trezentos minrréis naquela época era piqueni curri e iscundi de mãe e de pai

(103) será que hoje ainda tem gente que tem filho com partera? cê sabe?

ATÉ::: uns **qué vê** uns cinco ano atrás eu sei dua menina mãe sortera que ganhô a menina sozinha ... essa menina dela já vai até pá escola agora esse ano ... mais SOZINHA

Em (102), o falante relata a época em que era pequeno e que ganhava dinheiro de seus tios. O marcador discursivo “quer ver” é empregado, neste caso, com a finalidade de apontar para a informação que será apresentada adiante. Já em (103), o entrevistado afirma que conhece uma menina que teve sua filha sem a ajuda de ninguém. O marcador é usado, mais uma vez, com função catafórica, apontando para a informação que se encontra à sua direita. Podemos, mais uma vez, afirmar que este marcador discursivo é [+ intersubjetivo], visto que, ao empregá-lo, o falante tem a intenção de manter o interlocutor atento ao que será dito posteriormente.

V - O marcador discursivo “veja bem”

O marcador discursivo “veja bem” ocorreu somente uma vez em nossos dados. Concluímos que este MD tem também função catafórica, já que aponta para argumentos que serão levantados pelo falante a fim de fundamentar sua opinião, a qual foi anteriormente sinalizada. A fim de exemplificar este uso, oferecemos a ocorrência (104).

(104) E com relação ao que você falo sobre o fato dessas grandes empresas comprarem os times, o quê você acha disso?

Oh... isso daí ... é um negócio que eu sou totalmente contra. Porquê? Primeiro, **veja bem**: o futebol hoje ta em crise. Né? Hoje você... vê só pancada... cê num vê mais aqueles dribles sensacionais que eles davam antigamente. Então, eu acho que isso influencia muito a cabeça do jogador. Sabe? eles jogam por dinheiro. Sabe?

Em (104), o entrevistado afirma que não concorda com o fato de grandes empresas comprarem times de futebol. Ao se posicionar em relação ao assunto, o falante emprega o marcador “veja bem” e, em seguida, enumera as razões que o fazem acreditar que não é positivo o envolvimento entre dinheiro e futebol. Este marcador discursivo pode ser considerado [+ intersubjetivo], visto que indica ao interlocutor que serão apresentados

argumentos que fundamentam a opinião previamente apresentada. Assim, o falante busca fazer com que o interlocutor concorde com seus argumentos, compartilhando o mesmo ponto de vista.

VI - O marcador discursivo “vê lá”

Este marcador discursivo também foi identificado apenas uma vez no *corpus* analisado. Tem função [+ intersubjetiva], visto que leva o interlocutor a concordar com o que é dito na proposição, conforme podemos observar na ocorrência (105):

(105) E como é que era a escola naquela época? Você acha que tem diferença da escola de hoje?

Ah tem! Naquela época era mais rígida. Né? A gente se num estudasse num passava de ano. Eu bombei o segundo ano, bombei o primeiro técnico, eu bombei. Porque hoje... vê lá... hoje passa. Né? Hoje num tem repetência. Né?

Em (105), o entrevistado compara o ensino nos dias de hoje ao ensino na época em que estudava e conclui que este era mais rígido no passado. Ao empregar o marcador discursivo “vê lá”, o falante tem o intuito de fazer com que o interlocutor concorde com o que diz: no caso desta ocorrência, com o fato de que, hoje em dia, é mais fácil passar de ano. Julgamos que esse uso é [+ intersubjetivo], visto que o falante tem a intenção de que o interlocutor compartilhe seu ponto de vista.

VII - O marcador discursivo “você veja”

Com apenas uma ocorrência em nossos dados, este uso, assim como os marcadores discursivos “quer ver” e “veja bem”, também tem função catafórica e argumentativa. A partir desta construção, o falante enumera argumentos que fundamentam sua opinião, a qual foi previamente apontada. Podemos verificar a realização deste marcador discursivo na ocorrência (106):

(106) O povo de Arceburgo tinha que ter mais interesse. Né?
Mas num tem, é difícil. Você veja: Arceburgo tem um jornal cê pega o jornal, não menosprezando quem escreve o jornal, mas cê vê um quantidade imensa de palavras

escritas erradas e a gente vê que num é erro de diagramação, é erro de concordância mesmo. É falta de conhecimento de gramática mesmo.

Na ocorrência acima, o entrevistado trata do desinteresse da população de Arceburgo. Após responder à pergunta do entrevistador, o informante fundamenta sua opinião através de um exemplo que envolve a falta de conhecimento de gramática dos que escrevem as reportagens do jornal da cidade. Antes de apresentar seu argumento, o falante utiliza o marcador discursivo “você veja”, que aponta para o que será dito posteriormente e direciona a atenção do interlocutor para seus argumentos. Tendo em vista a díade falante/ouvinte, apontada por Traugott (2010), esta construção possui valor [+ intersubjetivo].

VIII - O marcador discursivo “pra você ver”

Este marcador discursivo apresentou uma função diferente das que foram destacadas para os outros marcadores discursivos identificados. Com apenas uma ocorrência no *corpus* analisado, apresenta a noção de contra-expectativa, tendo em vista que o falante, ao utilizá-lo, sinaliza para o interlocutor que o que está sendo dito não é o que se espera que aconteça. De acordo com Heine *et al.* (1991, p.192), a contraexpectativa envolve um “contraste entre aquilo que corresponde e aquilo que desvia das normas e padrões característicos do mundo com o qual o falante está familiarizado, tem em mente ou acredita que o interlocutor tem em mente, em contexto específico”. A ocorrência (107) exemplifica o emprego do marcador discursivo “pra você ver”:

(107) eh::: cê já levô susto com alguma cobra?
 ah::: já sô ... demais bob a gen(te) num vê ela ((risos)) **pro cê vê**
 cê já deu alguns pulos por causa de cobra?
 ah...já ué

Em (107), o informante afirma que já se assustou com uma cobra, apesar de ser uma pessoa acostumada a conviver em ambientes típicos desse tipo de animal. Ao fazer uso do marcador discursivo “pra você ver”, o falante reforça a ideia de contra-expectativa contida no enunciado e demonstra acreditar que o que diz é contrário àquilo que seu interlocutor espera que seja dito. Nesse sentido, este MD indica, assim como os outros marcadores apresentados, um sentido [+ intersubjetivo], pois expressa a preocupação do falante em

relação a seu interlocutor.

4.5. Outras construções com o verbo “ver”

Por fim, trataremos, nesta seção, das outras construções nas quais figura o verbo “ver”. Conforme vimos no quadro 7, no início deste capítulo, as outras construções com “ver” encontradas em nossos dados são as seguintes: “ter (muito/nada etc.) + a ver”, “ver + se/talvez + (suj.) + V2”, “para/pra + ver + se”, “tem nem que ver”, “onde já se viu”, “você vai ver (você/cê vai vê)” e “vamos ver (vamo/vão vê)”. Ainda de acordo com o que foi descrito no início deste capítulo – mais precisamente na tabela 1 –, essas construções totalizam 45 ocorrências, o que corresponde a 5,4% das ocorrências identificadas no *corpus* analisado. Nesse sentido, percebemos que estas sequências apresentam, de modo geral, expressividade em nossos dados – apesar de terem sido encontradas poucas ocorrências para cada tipo de construção. Tendo em vista os variados tipos de padrões construcionais identificados, reconhecemos, também neste caso, a necessidade de se desenvolverem trabalhos futuros que abordem especificamente cada uma das construções apontadas nesta seção. Portanto, a nossa intenção aqui é apenas discutir algumas das especificidades que foram evidenciadas em cada um dos padrões construcionais que encontramos nos dados.

Antes de tratarmos das construções apontadas acima, julgamos ser pertinente desenvolver aqui uma breve discussão acerca do que se pode designar como “expressão idiomática”, visto que assumimos que as construções que serão analisadas nesta seção não podem ser rotuladas dessa forma. De acordo com Xatara (1998a, 1998b), as expressões idiomáticas configuram-se como unidades lexicais e frasais que compõem uma combinatória de distribuição fechada ou restrita, apresentando-se como sintagmas complexos. Desse modo, são raras as possibilidades de substituição, que é característica das associações paradigmáticas. A autora defende ainda que os idiomatismos são conotativos, já que podem ser interpretados em virtude de processos de mudança semântica, que permitem que a combinatória de palavras adquira um sentido que não pode ser compreendido através da soma dos elementos que a compõem. Assim, as expressões idiomáticas são cristalizadas na língua por meio de sua alta frequência de uso, tornando-se estáveis em sua significação.

Ao cotejar os apontamentos de Xatara (1998a, 1998b) com as outras construções identificadas nesta pesquisa, concluímos que estas não se configuram como expressões idiomáticas, visto que os idiomatismos não admitem a interpolação, tampouco a substituição

dos elementos que os compõem. Conforme podemos verificar no quadro 7, algumas construções encontradas no *corpus* analisado apresentam palavras que foram descritas entre parênteses, demonstrando a possibilidade de estarem ou não presentes na construção. Isso ocorre na construção “ter (muito/nada etc.) a ver”, por exemplo. Neste caso, a construção pode ou não apresentar um intensificador. Além disso, as construções que identificamos não revelam um sentido conotativo, como se verificará mais adiante.

Conforme destacado acima, foram encontradas 45 ocorrências que representam a categoria “outras construções”. Nesta categoria, foram identificados sete diferentes tipos de construções, cuja distribuição no *corpus* pode ser verificada através da tabela abaixo:

Tabela 7 – Levantamento da frequência de uso das “outras construções” com o verbo “ver”

Outras construções com o verbo “ver”	n.º	%
Para/Pra + ver + se	16	35,6%
Ter (muito/nada etc.) + a ver	13	28,9%
Ver + se/talvez + (suj.) + V2	6	13,3%
Vamos ver (Vão/vão vê)	5	11%
Onde já se viu	2	4,5%
Você vai ver (você/cê vai vê)	2	4,5%
Tem nem que ver	1	2,2%
Total de ocorrências	45	

A tabela 7 evidencia um maior número de ocorrências da construção “para/prá + ver + se”, que apresenta 16 ocorrências, o que corresponde a 35,6% das construções identificadas. Posteriormente, temos a construção “ter (muito/nada etc.) + a ver”, que totaliza 13 ocorrências, isto é, 28,9%. Em seguida, temos a construção “ver + se/talvez + (suj.) + V2”, que apresenta 6 ocorrências, representando 13,3%. Com 5 ocorrências, figura a construção “vamos ver (vamo/vão vê)”, totalizando 11% dos dados encontrados. As construções “onde já se viu” e “você vai ver (você/cê vai vê)”, por sua vez, representam 4,5% cada uma, isto é, 2 ocorrências

de cada tipo, individualmente. Por fim, com apenas 1 ocorrência (2,2%), aparece a construção “tem nem que ver”.

I – A construção “para/prá + ver + se”

Esta foi a construção com maior representatividade em nossos dados, conforme descrito na tabela 7. Vejamos algumas ocorrências que a exemplificam:

(108) Eu desliguei a água, eu ... na máquina, a gente põe só pra centrifugá, a coisa lava tudo na mão. Pra passá, eu passo estritamente o necessário. Né? E isso assim, mas o que num é necessário, essas coisa num precisa. Vamo economizá pra vê se ...acaba com essa coisa. Né? Cabô?

(109) Era uma vez uma menina chamada Bela, ela tava... lá com o pai dela. Só que um dia o pai dela, ele teve que fazer uma invenção, uma invenção um concurso. Aí ele conseguiu preparar, demorou uns dois meses para ele preparar a máquina. Aí ele tava indo lá pra aldeia pra, pra experimentar a máquina para ver se ele ia ganhar o troféu.

Nas ocorrências (108) e (109), a construção “para/prá + ver + se” projeta finalidade e condicionalidade ao mesmo tempo. Em (108), o falante expressa a intenção de gastar menos energia elétrica. Assim, afirma que tomou algumas providências com o intuito de – se for possível – economizar energia. Já em (109), o entrevistado conta uma história na qual um dos personagens prepara uma máquina com a possível intenção de ganhar um troféu. Desse modo, esta construção pode ser considerada [+ subjetiva], visto que revela a incerteza e o descomprometimento do falante em relação à realização ou não da proposição. Embora Cezário (2001) e Carvalho (2004), não tenham desenvolvido seus trabalhos, teoricamente, a partir da gramaticalização de construções, as autoras sinalizaram, em seus dados, a presença desta mesma sequência, indicando que ela veicularia a ideia de “verificar algo no futuro”. Vemos, neste caso, que o sentido que a construção apresenta se estabelece devido à presença concomitante – junto ao verbo “ver” – das conjunções “para”, que atua como marcador de finalidade, e “se”, que atua como marcador de condicionalidade. Portanto, o sentido da sequência em questão apenas pode ser verificado quando se considera a construção como um todo.

II – A construção “ter (muito/nada etc.) + a ver”

As ocorrências (110) e (111) ilustram a segunda construção mais frequente em nossos dados:

(110) E o quê você acha da festa ser na praça? Ce acha que a festa tem que ser na praça? Ah eu acho que tem senão tira a tradição da cidade, num tem nada à ver mudar a festa pra outro lugar, num fais o estilo. Eu acho que começô lá tem que sempre ser lá porque é lá que todo mundo conhece, é lá que todo mundo gosta.

(111) eu achu qui a psicologia podi trabalhar muito bem na ária médica como assim na ária hospitalar qui elas tão se juntando como a psicologia i a fonoaudiologia qui é muito participantí qui a genti iscuta fatos i fatos sobri perda di fala perda coisa di respiração qui tem muito a vê até na fisioterapia qui eu tamém achu qui nessa recuperação não é só recuperação di músculo di movimento é uma recuperação mental di sentimento é interior é uma renovação interior qui eu acho qui cada cada pedacinho qui ixisti profissional junta numa coisa só.

Na ocorrência (110), o falante demonstra discordar da informação apresentada no conteúdo proposicional, uma vez que afirma que não concorda com a mudança da festa da cidade para outro lugar que não seja a praça. Já em (111), o entrevistado expressa concordância em relação à proposição, sugerindo a possibilidade de unir diferentes áreas da saúde, como psicologia, fonoaudiologia e fisioterapia. Assim, o falante destaca a relação entre alguns problemas de saúde e a área da fisioterapia e, também, entre os problemas de saúde e as outras áreas citadas. Desse modo, a construção “ter (muito/nada etc.) + a ver” apresenta um sentido [+ subjetivo], visto que explicita o ponto de vista do falante em relação ao que diz. Vemos, neste caso, que a presença do intensificador nesta construção – “tudo” ou “nada”, por exemplo – é fundamental para a definição do tipo de posicionamento assumido pelo falante: enquanto a sequência “tem *muito* a ver” sinaliza uma avaliação positiva por parte do falante, a sequência “tem *nada* a ver” indica uma avaliação negativa.

III – A construção “ver + se/talvez + (subj.) + V2”

Apresentamos, a seguir, algumas ocorrências que caracterizam esta construção. Conforme se pode observar, ao empregá-la, o falante expressa certo descomprometimento em relação ao que afirma.

(112/113) O ano passado eu fiz o segundo. Aí esse ano eu iria estudá, não consegui vaga, por motivo do meu horário assim... De trabalho. Que... Eu te, eu tenho que trabalhá à tarde, de, de duas hora. E eu teria que estudá, sim, na parte da manhã. Só que, o que que acontece ? Eu pego, não consegui vaga. Aí, num deu pra eu terminá este ano o meu ensino, ensino médio ainda. Mais assim que eu terminá, eu quero **vê se eu começo**. Dô início o ano que vem de novo. Aí o que que eu vô fazê ? Eu vô terminá o ensino médio. Aí, já de iniciativa, eu quero começá já o curso pra podê entrá na polícia. **Vê se consigo!**

(114) intão eu vô:: aposentá i **vô vê talvez eu continui** com meus trabalhus manuais im casa mesmu i ô si tivé a possibilidadi di consigui um impregu di meio horário, eu posso até voltá a trabalhá purque:: tamém eu num gostaria di pará di vez, mais pur inquantu eu vou ficá um tempu im casa, vou acompanhá-la mais, vou dá mais assistênciã a ela i depois nu decorrê du tempu eu vô vê o que qui eu vou fazê, mais num tem nada pur inquantu assim planejadu não.

Em (112/113), o falante se refere a seus planos após concluir o Ensino Médio. Ele afirma que, quando terminar o último ano, vai tentar começar o curso para entrar na polícia. Ao usar “vê se eu começo” e “vê se consigo”, o informante busca se descomprometer em relação à proposição. O mesmo acontece em (114): nesta ocorrência, o falante trata do que pretende fazer após sua aposentadoria e diz que ainda irá pensar sobre isso, apontando, entretanto, que, se possível, pretende continuar seus trabalhos manuais. Ao empregar “vô vê talvez eu continui”, o entrevistado demonstra não ter certeza em relação ao que afirma, projetando suas intenções no campo da dúvida/possibilidade e visando, desse modo, a proteger sua face. Neste caso, vemos que a presença das partículas “se” e “talvez”, atuando com os demais elementos da construção, indicam que as intenções do falante se inserem no campo da hipótese. Esse descomprometimento do falante, a partir da construção “ver + se/talvez + (suj.) + V2”, sinaliza que a sequência em questão é [+ subjetiva].

IV – A construção “vamos ver (vamo/vão vê)”

Esta construção revela a expectativa do falante em relação à informação apresentada como conteúdo proposicional. Vejamos seu uso a seguir:

(115) Vestibular? Preparando não to ainda não. Mas eu quero fazer fono, sempre quis fazer fono, sempre quis, meu pai que...Meu pai mexe com ... aparelho auditivo, então ele conhece muita fono. Aí ele deu a ideia e tal, pra ele é mais fácil né pra me ajudar, pra me pô no ramo, aí eu decidi faze. Agora eu vou tenta o ENEM, se Deus quisé,(risos),e **vâmo ver** né.

(116) Cê acha que isso, com um planejamento da prefeitura vai melhorar?
A prefeitura vai... ta fazeno um planejamento pra isso. Né? Já tem projeto, já! Dizem que tem projeto, agora **vão vê**. Né? Vão esperá.

Em (115), o entrevistado manifesta interesse em prestar vestibular para fonoaudiologia. Assim, ao utilizar a construção “vão vê”, o falante demonstra desejar ser aprovado no vestibular e ter esperança em relação a isso. Já em (116), o informante revela sua expectativa em relação ao projeto da prefeitura. O falante espera, neste caso, que este projeto traga benefícios à sua cidade. Assim, visto que esta construção indica as expectativas do falante – e a sua incerteza sobre a concretização dos fatos que almeja –, ela se apresenta como [+ subjetiva]. Destacamos aqui ainda que o fato de a construção em questão se configurar como uma perífrase de futuro, constituída pelo verbo “ir” flexionado na 1ª pessoa do plural no presente do indicativo e o verbo “ver” no infinitivo pode revelar um convite do interlocutor para que o ouvinte/leitor concorde com o que é dito e compartilhe sua expectativa. Esta construção revela, ainda, o apontamento para o futuro que projetaria justamente que se trata de expectativas que tem o falante sobre o que pretende que ocorra.

V – A construção “onde já se viu”

Esta construção revela uma função claramente contra-argumentativa, o que pode ser verificado a partir das ocorrências abaixo:

(117) Aí eu era meia sistemática, sei lá. Né? Aí eu pegava e falava assim... aí pedia a entrada lá e o moço que tava na bilheteria vendia. Né? Porque num tava sabeno de nada. Né? Aí entrava, chegava lá dava a entrada. Aí quando era no outro dia, ele encontrava comigo falava: **Onde já se viu**, ocê pagá as entrada lá, já falei que ocês num pagam nada. (E num sei o que) Eu fico com raiva se você pagá!

(118) Quando eu casei, foi um casamento muito bonito na igreja. Né? Meu pai nessa época tava até... tinha sido operado e ele num foi na igreja assisti o casamento, ele num pôde entrá comigo. Né? Então eu falava assim: – Meu pai num pode í, eu tamém num vô chamá ninguém assim pra entrá comigo, eu vô entrá sozinha. E todo mundo fico espantado, porque **onde já se viu** a noiva entrá sozinha! Foi eu e as duas daminhas e entrei sozinha. E o padre queria í me buscá lá na porta da igreja: – Eu vô lá, eu te pego, cê põe a mão na minha mão, e eu te levo no altar. Eu falei: – Não Senhor, muito obrigada, eu vô entrá é sozinha mesmo. Né?

Em (117) e (118), ao empregar a construção “onde já se viu”, os falantes indicam espanto ou discordância em relação ao que está expresso no conteúdo preposicional. Em (117), a informante conta que, no passado, tinha um namorado que era dono de um cinema e que, portanto, ela não precisava pagar a entrada. No entanto, alguns funcionários que desconheciam o fato cobravam sua entrada e, ao descobrirem quem ela era, mostravam-se contrários a esta cobrança. Em (118), a entrevistada relata que seu pai não pôde estar

presente em seu casamento e que ela, conseqüentemente, optou por entrar na igreja sozinha. Com isso, ela afirma que o padre da cidade queria buscá-la, pois não é comum uma moça entrar na igreja para se casar desacompanhada. Ao empregar esta construção, as informantes expressam discordância em relação ao que afirmam, o que reflete o sentido [+ subjetivo] da sequência em questão. Das construções analisadas nesta seção, esta é uma das poucas que se demonstram mais fixas, não permitindo qualquer tipo de interpolação ou substituição dos elementos que a compõem.

VI – A construção “você vai ver (você/cê vai vê)”

Esta construção, que apareceu apenas duas vezes em nossos dados, constitui uma ameaça à face do interlocutor, conforme vemos em (119/120):

(119/120) “NUNCA mais num te perdô porque você é muito ruim e além ainda que você fica você descobri que você fica robano aqui na floresta AH::: HÂ:: HÂ você vai vê ((ruídos)) você vai vê como:: como você vai sofrê vai sofrê” aí no final da estória ele sofreu MUITO

Em (119/120), a construção “você vai ver” sinaliza uma espécie de ameaça. Nesta ocorrência, o falante conta uma história na qual um dos personagens tem um mau comportamento, o qual é repreendido por um outro personagem. Assim, o informante usa a construção “você vai ver” para demonstrar sua insatisfação com o comportamento do personagem e com a censura sofrida por ele. Verifica-se que esta construção, além de marcar um posicionamento do falante, envolve também a face de seu interlocutor, o que revela ser esse uso [+ intersubjetivo]. Também, neste caso, a construção se estabelece a partir de perífrase de futuro, constituída pelo verbo “ir” flexionado no presente e o verbo “ver” no infinitivo. Nesse caso, a projeção no futuro indica que o falante, por não concordar com seu interlocutor, pretende fazer algo que não venha a lhe agradar.

VII – A construção “tem nem que ver”

Esta construção, exemplificada em (121), apareceu apenas uma vez no *corpus* analisado.

(121) Ah eu gosto, Nossa Senhora, gosto prá car(...) eu gosto é de dançar né? falou que é dançar eu danço, cê não **tem nem que ver** eu não sei assim é as passada né? lambada, eu não sei as passadas não, mas o bruto da lambada eu danço, o grosso assim ali eu danço uma coisa mais afi /mais afiada, fica difícil prá mim que eu não não dá prá acompanhar não.

Em (121), o falante garante que gosta muito de dançar e, para que seu interlocutor não tenha dúvidas sobre isso, ele faz uso da construção “tem nem que ver”. Assim, o informante expressa sua certeza em relação à informação apresentada na proposição, o que revela o caráter [+ subjetivo] desta construção. Assim como ocorre com a sequência “onde já se viu”, a construção “tem nem que ver” também se apresenta com maior fixidez, uma vez que igualmente, neste caso, não é possível qualquer tipo de interpolação ou substituição dos elementos constituintes.

Conforme destacado anteriormente, a intenção desta seção foi apontar algumas das particularidades de cada um dos padrões construcionais identificados. Como já afirmamos também, a realização de trabalhos futuros poderá delinear, com maior precisão e pontualidade, o processo de instanciação destas construções na língua.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa se propôs a investigar a existência de diferentes usos atribuídos ao verbo “ver”. Assim sendo, ao identificá-los, buscou-se: a) averiguar o processo de gramaticalização que teria levado à emergência desses novos usos na língua e b) averiguar a existência de uma relação semântica entre os diferentes sentidos atribuídos a “ver”, indicando, assim, sua polissemia.

Para tanto, partimos das hipóteses de que os novos usos do verbo “ver” teriam se instanciado na língua através de um percurso crescente de (inter)subjetivização e se manifestariam, de uma forma geral, através de padrões construcionais. Outra questão importante nesta investigação é a existência de uma associação entre os diferentes sentidos de “ver”, que nos levaria a afirmar a sua polissemia. Conforme demonstramos durante o trabalho, as hipóteses apresentadas acima foram comprovadas.

Identificamos três usos para o verbo, os quais denominamos, nesta pesquisa, de **Ver 1**, **Ver 2** e **Ver 3**. Diante da análise dos dados e do levantamento da frequência de uso, obtivemos fortes indícios de que **Ver 1** seria o uso primário do verbo em relação aos outros usos identificados. No entanto, não foi possível, através desse levantamento, concluir a precedência de **Ver 2** ou de **Ver 3**.

Nesse sentido, verificamos que, primeiramente, “ver” apresenta na língua um sentido relacionado à percepção sensorial, representando um uso [- subjetivo]. Por ser anterior em relação aos outros usos, **Ver 1** apresenta maior variabilidade de complementos à direita, sendo eles: pronome, orações encaixadas finitas e não-finitas, complementos que podem ser inferidos através do contexto e SNs, sendo os últimos os que ocorrem com mais frequência à direita de **Ver 1**.

No entanto, outros sentidos foram atribuídos ao verbo “ver” com o passar do tempo, devido às necessidades comunicativas dos falantes. Estes novos usos projetam o ponto de vista/a atitude/a crença dos falantes acerca da proposição. O primeiro deles, demonstrado neste trabalho, é **Ver 2**. Este uso demonstra-se [+ subjetivo] e [+ abstrato] em relação a **Ver 1**, em virtude de expressar crenças e julgamentos do falante acerca daquilo que diz. Assim, este uso envolve percepção cognitiva e surge através de processos de metonimização e metaforização, estando o último atrelado à projeção entre domínios. Concluímos ainda que, através da ideia de manipulação, podemos afirmar que **Ver 2** está relacionado a **Ver 1**,

representando, portanto, um caso de polissemia. Em relação ao seu padrão construcional, demonstramos que este uso assume como complemento prototípico à direita orações encaixadas finitas.

O outro uso [+ subjetivo] de “ver” foi o que classificamos como **Ver 3**. Este se apresenta híbrido ao mesclar as percepções sensorial e cognitiva. Neste uso, o falante se baseia em algo concreto para encadear atividades cognitivas e expressar seu julgamento em relação à situação envolvida. Por representar, também, a percepção cognitiva, que é igualmente expressa por **Ver 2**, esses dois usos compartilham o mesmo padrão construcional: **Ver 3**, assim como **Ver 2**, apresenta como complementação prototípica à direita o encaixamento com orações finitas. Este uso também se relaciona aos demais usos do verbo, o que nos permite defender, mais uma vez, a polissemia.

É importante ressaltar que foi expressiva a presença de marcadores discursivos em que figura o verbo “ver”, bem como as outras construções que apresentam, igualmente, este verbo como um de seus elementos. Esses marcadores e essas construções caracterizam-se, em grande parte, por serem usos [+ (inter)subjetivos] do verbo e evidenciam uma expansão pragmática dos sentidos de “ver”, que, por sua vez, passa a ocorrer em padrões construcionais específicos, estabelecendo novos usos. Desse modo, constatamos, ainda, que esses marcadores discursivos e essas construções têm como uma de suas principais funções a marcação de um determinado posicionamento do falante acerca do enunciado proferido.

Portanto, como podemos concluir através da realização desta pesquisa, o verbo “ver”, a partir de uma reanálise semântico-pragmática, desenvolveu usos [+ (inter)subjetivos], os quais são empregados em diferentes contextos, por falantes de uma determinada comunidade linguística, e sua escolha parte, impreterivelmente, de sua intenção comunicativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISTÓTELES. *Arte retórica e arte poética*. Rio de Janeiro: Ediouro. s/d.
- BARCELONA, A. *Metaphor and metonymy at the crossroads: a cognitive perspective*. Berlin: Mouton de Gruyter, 2000.
- BASTOS, J. T. da Silva; *Diccionario Etymologico, Prosodico e Orthographico da Lingua Portuguesa*. Lisboa: EdLivraria Editora, 1912.
- BEAUGRANDE, R. de. *Introduction to the study of text and discourse*. Viena: Universitäts Verlag, 1993.
- BECHARA, Evanildo. *Moderna Gramática portuguesa*. 37ª Ed. 16ª reimpr. Rio de Janeiro: Lucerna, 2006.
- BYBEE, J.; PERKINS, R.; PAGLIUCA, W. *The evolution of grammar*. Chicago: The University of Chicago Press, 1994.
- BYBEE, J. Mechanisms of change in grammaticalization: the role of frequency. In: JOSEPH, B. D.; JANDA, J. (eds.). *The handbook of Historical Linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003.
- BRYMAN, A. Quantitative and qualitative research strategies in knowing the social world. In: MAY, T. & WILLIAMS, M. (eds.). *Knowing the social world*. Philadelphia: Open University Press, 1998.
- CARVALHO, G. C. *Um estudo descritivo dos predicadores experienciais psicológicos, físicos, epistêmicos e de percepção do português: análise das correlações sintático-semânticas orientada pela frequência dos tipos de construções morfológicas*. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2008.
- CARVALHO, C. S. *Cláusulas encaixadas em verbos causativos e perceptivos: uma análise funcionalista*. Tese de Doutorado. Campinas: UNICAMP, 2001.
- CEZARIO, M. M. *Graus de integração de cláusulas com verbos cognitivos e volitivos*. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2001.
- CHAFE, Wallace. 1980a. The deployment of consciousness in the production of a narrative. In: Chafe (1980b:9-50). Chafe, Wallace, ed.1980b.
- CHOMSKY, Noam. *Syntactic Structures*. The Hague: Mouton, 1957.
- _____. *Aspects of the Theory of Syntax*. Cambridge: The MIT Press, 1965.
- _____. *Knowledge of Language: Its Nature, Origin, and Use*. New York: Praeger, 1986

CROFT, W. *Radical construction grammar. syntactic theory in typological perspective*. New York: Oxford University Press, 2001.

_____. & CRUSE, A. D. *Cognitive Linguistics*. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

DAVIDSE, K.; VANDELANOTTE, L.; CUYKENS, H. Introduction. In: _____. (orgs.). *Subjectification, intersubjectification and grammaticalization*. Berlin/New York: De Gruyter Mouton, 2010.

DENZIN, N.; LINCOLN, Y. (eds.). *Handbook of Qualitative Research*. Thousand Oaks, CA: Sage Publication, 2000.

FINEGAN, E. Subjectivity and subjectification. In: STEIN, D.; WRIGHT, S. *Subjectivity and subjectification*. New York: Cambridge University Press, 1995.

FREIRE, G. A. N. Sobre percepção e negação de eventos no PB. *Revista Interdisciplinar*. Ano IV, V.9. , 2009. p. 67-77

FREITAG, R. M. Marcadores discursivos interacionais na fala de Itabaiana. *Revista do Gelne*, v.10, n.º 1/2, 2008. p. 21-32.

GARCÍA, F.G. Finding, seeing, thinking and observing in English utopian literature: towards and understanding of relevance of "NP + XP" complement in the morphology an grammar of J. Swift's Gulliver travels. In: VALVERDES, S. (ed). *El inglés en sus textos*. Granada: University Press, 2000.

GERGEN, K. J. *The Saturated Self: The Limits of Identity in Contemporary Life*. New York: Basic Books, 1991.

GOFFMAN, E. *The nature of deference and demeanor*. American Anthropologist, n.º, v. 58 (3), 1956.

_____. *Asylums: essays on the social situation of mental patients and other inmates*. Nova York, Doubleday Anchor, 1961.

_____. A elaboração da face: uma análise dos elementos rituais da interação social. In: FIGUEIRA, S. (org.). *Psicanálise e Ciências Sociais*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1980.

GOLDBERG, A. E. *Constructions: a construction grammar approach to argument structure*. Chicago: University of Chicago Press, 1995.

_____. *Constructions at work: the nature of generalization in language*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

GONÇALVES, S. C. L. et al. (org.) *Introdução à gramaticalização*. São Paulo: Parábola, 2007.

HALLIDAY, M. A. K. *An introduction to Functional Grammar*. 3. ed. London: Edward Arnold, 1985.

HEINE, B.; CLAUDI, U.; HUNNEMEYER, F. *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: University of Chicago Press, 1991.

HOLANDA, A. B. *Dicionário Aurélio Escolar da Língua Portuguesa*. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1999.

HOPPER, P. J. *Emergent Grammar*. v.13 California: Berkeley Linguistics Society, 1987. p. 139-157.

_____. On some principles of grammaticalization. In: TRAUOGOTT, E. C.; HEINE, B. (Ed.). *Approaches to grammaticalization*. Amsterdam: Benjamins, 1991.

_____.; & TRAUOGOTT, E. C. *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press, 2008 [1993].

HOUAISS, A.; VILLAR, M. S. de.; FRANCO, F. M. M. *Dicionário Houaiss da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001.

ILARI, Rodolfo. *Linguística românica*. São Paulo: Ática, 1992.

KENEDY, E; MARTELOTTA, M. E. T. A visão funcionalista da linguagem no século XX. In: FURTADO DA CUNHA, M. A.; OLIVEIRA, M. R.; MARTELOTTA, M. E. T. (org.). *Linguística Funcional: teoria e prática*. Rio de Janeiro: DP&A / Faperj, 2003.

LAKOFF, G.; JOHNSON, M. *Metáforas de la vida cotidiana*. 8.ed. Madrid: Cátedra, 2009 [1980].

LANGACKER, R. W. Subjectification. *Cognitive Linguistics*, 1, 1990: p. 5-38.

LEACOCK, C. & RAVIN. Y. Polissemia: an overview In: LEACOCK, C. & RAVIN. Y. *Polysemy. Theoretical and Computational Approaches*. New York: Oxford University Press, 2002 [2000].

LEHMANN, C. *Thoughts on Grammaticalization*. Munchen, Newcastle: Lincon Europa, 1995 [1982].

_____. Das Sprachmuseum. *Linguistische Berichte*. 142, 1992. p. 477-494.

LOBATO, L. Os verbos auxiliares em português contemporâneo: critérios de auxiliaridade. In: LOBATO, L. *et al.* (org.) *Análises linguísticas*. Petrópolis: Vozes, 1975. pp. 27-91

LYONS, J. *Linguagem e Linguística: uma introdução*. Tradução de Marilda WinklerAverbug. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

MACEDO, A, SILVA, G. Análise sociolinguística de alguns marcadores conversacionais. In: MACEDO, A., RONCARATI, C, MOLLICA, M. (orgs.) *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1996.

MAIER, Nicole. Causatives in Brazilian Portuguese. *Caderno de Estudos Linguísticos*, Campinas, n. 33, Jul/Dez, 1997. p. 83-96

MARTELOTTA, M. E. T. Funcionalismo e metodologia quantitativa. In: OLIVEIRA, M.; ROSÁRIO, I. (org). *Pesquisa em linguística funcional: convergências e divergências*. Rio de Janeiro: Léo Christiano Editorial, 2009. p. 1-20.

_____. Categorias cognitivas e unidirecionalidade. In: LIMA-HERNANDES, M. C. (org.). *Gramaticalização em perspectiva: cognição, textualidade e ensino*. São Paulo: Paulistana, 2010.

MEILLET, A. *Linguistique historique et linguistique générale*. Paris: Champion, 1948 [1912].

NERLICH, B.; & CLARKE, D. Outline of a model for semantic change. In: KLLERMANN, G. & MORISSEY, M. D. (eds.) Frankfurt am Main: Peter Lang, 1992.

NEVES, M. H. M. *A gramática funcional*. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

_____. *Texto e gramática*. São Paulo: Contexto, 2006.

NICHOLS, J. Functional Theories of Grammar. *Annual Review of Anthropology*, v. 43, 1984. p. 97-117.

PERINI, M.A. *Gramática do infinitivo português*. Petrópolis: Vozes, 1977.

PIETROFORTE, A. V. Seraphim; LOPES, I. Carlos. *A semântica lexical*. In: FIORIN, J. L. *Introdução à Linguística*, v 2, São Paulo: Contexto, 2011.

PONTES, E. *Verbos auxiliares em português*. Petrópolis: Vozes, 1973.

RASERA, F. E.; GUANAES, C. & JAPUR, M. Psicologia, ciência e construcionismos: dando sentido ao self. *Psicologia: Reflexão e Crítica*, 2004, v.17, n. 2. p. 157-165.

RISSO, M. S. Marcadores discursivos basicamente sequenciadores. In: JUBRAN, C. C. A. S; KOCH, I. G. V. (org.). *Gramática do português culto falado no Brasil*. Campinas: Ed. da Unicamp, 2006. v. 1. p.427-496.

_____; SILVA, G. M. O.; URBANO, H. Marcadores discursivos: traços definidores. In: KOCH, I. G. V. (org.). *Gramática do português falado*. Campinas: Ed. da Unicamp, 1996. v.4. p.21-94.

RODRIGUES, A. L. S. Marcadores discursivos no processo de retextualização de entrevistas. Dissertação de mestrado. São José do Rio Preto: UNESP, 2009.

ROSCH, E. *et al.* Basic objects in natural categories. *Cognitive Psychology*, n. 8, p. 382-439, 1976.

ROST, C. A. ; GORSKI, E. M. . (Inter)subjetivização de marcadores discursivos de base verbal: instâncias de gramaticalização. *Alfa : Revista de Linguística* v. 55, 2011. p. 423/2-455.

SALOMÃO, M. M. Gramática das construções: a questão da integração entre sintaxe e léxico. *Revista Veredas*, v. 6, n. 1., 2002. p. 63-74.

- SAUSSURE, F. *Curso de Linguística Geral*. São Paulo, Cultrix, 1995 [1916].
- SCHIFFRIN, D. *Discourse Markers*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1987.
- SILVA, A. S. *O Mundo dos Sentidos em Português: Polissemia, Semântica e Cognição*. Coimbra: Edições Almedina, 2006.
- STERN, G. *Meaning and change meaning*. Bloomington: Indiana University Press, 1968 [1931].
- STUBBS, M. A matter of prolonged field work: notes toward a modal grammar of English. *Applied Linguistics*. 7;1-25, 1986.
- SWEETSER, E. *From etymology to Pragmatics: metaphorical and cultural aspects of semantic structure*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- THÈSES. *Mélanges linguistiques dédiés au premier congrès des philologues slaves. Travaux du Cercle linguistique de Prague 1*, 1929. In: ILARI, R. *Articulação Tema-Rema*. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992.
- TRAUGOTT, E. C. Subjectification in grammaticalization. In: STEIN, D.; WRIGHT, S. *Subjectivity and subjectification*. New York: Cambridge University Press, 1995.
- _____. Constructions in grammaticalization. In: JOSEPH, B. D.; JANDA, R. D. (eds.). *The handbook of historical linguistics*. Oxford: Blackwell, 2003.
- _____. Grammaticalization, constructions and the incremental development of language: suggestions from the development of degree modifiers in English". In: ECKARDT, R.; JÄGER, G.; VEENSTRA, T. V. (eds.). *Variation, Selection, Development: Probing the Evolutionary Model of Language Change*. Berlin/New York: Mouton de Gruyter, 2008.
- _____. Grammaticalization and Construction Grammar. In: CASTILHO, A. T. (org.). *História do Português Paulista*. vol.1. Campinas: Unicamp/Publicações IEL, 2009.
- _____. (Inter)subjectivity and (inter)subjectification: a reassessment. In: DAVIDSE, K.; VANDELANOTTE, L.; CUYKENS, H. (org.). *Subjectification, intersubjectification and grammaticalization*. Berlin/New York: De Gruyter Mouton, 2010.
- _____. & DASHER, R. *Regularity in semantic change*. New York: Cambridge University Press, 2005.
- URBANO, H. Marcadores conversacionais. In: PRETI, D. (Org.). *Análise de textos orais*. 3. ed. São Paulo: Humanitas, 1997. v.1. p.81-101.
- VITRAL, L. O papel da frequência na identificação de processos de gramaticalização. *Scripta*, vol. 9, n. 18. Belo Horizonte, 2006. p. 149-177.
- VOTRE, S. *Cognitive verbs in Portuguese and Latin: unidirectionality revisited*. University of California, Santa Barbara, 1999..

_____. Continuidade e mudança em verbos cognitivos em latim e português. In: *XLIX SEMINÁRIO DO GEL*, Marília, mai, 2001.

XATARA, C. M. O campo minado das expressões idiomáticas. *Alfa*, n. 42 (n. esp.). São Paulo: UNESP, 1998a. p. 147-159.

_____. Tipologia das expressões idiomáticas. . *Alfa*, n. 42 (n. esp.). São Paulo: UNESP, 1998b. p. 169-176.

ANEXO 1

Entrevistas utilizadas do “Projeto Mineirês: a construção de um dialeto”	
Belo Horizonte	Entrevista BH 01
	Entrevista BH 02
	Entrevista BH 03
	Entrevista BH 04
	Entrevista BH 05
	Entrevista BH 06
	Entrevista BH 07
	Entrevista BH 08
	Entrevista BH 09
	Entrevista BH 10
	Entrevista BH 11
	Entrevista BH 12
	Entrevista BH 01
	Entrevista BH 13
	Entrevista BH 14
	Entrevista BH 15
	Entrevista BH 16
Entrevista BH 17	
Ouro Preto	Entrevista OP 02
	Entrevista OP 03
	Entrevista OP 04
	Entrevista OP 05
	Entrevista OP 07
	Entrevista ARC 01

Arceburgo	
	Entrevista ARC 02
	Entrevista ARC 03
	Entrevista ARC 04
	Entrevista ARC 05
	Entrevista ARC 06
	Entrevista ARC 07
	Entrevista ARC 08
	Entrevista ARC 09
	Entrevista ARC 10
	Entrevista ARC 11
	Entrevista ARC 12
	Entrevista ARC 13
	Entrevista ARC 14
	Entrevista SJP 01
	Entrevista SJP 03
	Entrevista SJP 04
	Entrevista SJP 06
	Entrevista SJP 07
	Entrevista SJP 08
	Entrevista SJP 09
	Entrevista SJP 10
	Entrevista SJP 11
	Entrevista SJP 12
	Entrevista SJP 13
	Entrevista SJP 14
Entrevista SJP 15	
Entrevista SJP 16	

	Entrevista SJP 17
	Entrevista SJP 18
	Entrevista SJP 19
	Entrevista SJP 20
	Entrevista SJP 21
	Entrevista SJP 23
	Entrevista SJP 24
	Entrevista MAR 43
	Entrevista MAR 44
	Entrevista MAR 45
	Entrevista MAR 46
	Entrevista MAR 47
	Entrevista MAR 48
	Entrevista MAR 49
	Entrevista MAR 50
	Entrevista MAR 52
	Entrevista MAR 53
	Entrevista MAR 54
	Entrevista MAR 55
	Entrevista MAR 56
	Entrevista MAR 57
	Entrevista MAR 58
	Entrevista MAR 59
	Entrevista MAR 60
	Entrevista MAR 61
	Entrevista MAR 62
	Entrevista MAR 63

Mariana

	Entrevista MAR 64
	Entrevista MAR 65
	Entrevista MAR 66
Piranga	Entrevista PIR 01
	Entrevista PIR 02
	Entrevista PIR 03
	Entrevista PIR 04
	Entrevista PIR 05
	Entrevista PIR 06
	Entrevista PIR 12
	Entrevista PIR 16
	Entrevista PIR 25
	Entrevista PIR 26